



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



V. 4 N. 7 Setembro 2003



Universidade Católica Dom Bosco

Reitor
Pe. José Marinoni
Pró-Reitor Acadêmico
Pe. Jair Marques de Araújo
Pró-Reitor Administrativo
Cl. Luilton Pouso

Editora UCDB
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário
79117-900 Campo Grande-MS
Fone: (67) 312-3377 Fone/Fax: (67) 312-3373
e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora
Direção: Heitor Romero Marques

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Eduardo José de Arruda
Emília Mariko Kashimoto
Marcelo Marinho

Editor Responsável

Marcelo Marinho

Co-editor

Aparecido Francisco dos Reis

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Rosilange de Almeida

Abstracts

Barbara Ann Newman

Resúmenes

Mari Neli Dória

Revisão de Texto

Os próprios autores

Capa

Marcelo Marinho (projeto e fotografia)

Tiragem: 1.000 exemplares

Distribuição: Bibliotecas universitárias

Conselho Editorial

Adyr Balastreri Rodrigues (USP)
Alberto Palombo (Florida Atlantic University)
Alicia Rivero (SERCAL)
Amália Ines Geraiges de Lemos (USP)
Aurora García Ballesteros (Universidad Complutense de Madrid)
Cezar Augusto Benevides (UFMS)
Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)
Dorivaldo Walmor Poletto (PUCRS)
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA)
Evaldo Gaeta Espíndola (USP)
Everson Alves Miranda (UNICAMP)
Javier Gutiérrez Puebla (Universidad Complutense de Madrid)
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)
Leila Christina Dias (UFSC)
Marcel Bursztyn (UNB)
Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)
Maria do Carmo Zinato (Florida Center for Environmental Studies)
Maria Helena Vallon (UFMS)
Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP)
Marília Luiza Peluso (UNB)
Mário César Leite (UFMT)
Marisa Bittar (UFSCar)
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (UCC)
Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)
Miguel Panadero Moya (Universidad de Castilla - La Mancha)
Nilo Odalia (UNESP)
Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)
Rosa Esther Rossini (USP)
Sérgio Granemann (UCB)
Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS)

Conselheiro fundador

Milton Santos (*in memoriam*)

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,
n. 7 (Setembro 2003). Campo Grande: UCDB, 2003.

74 p. V. 4

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

Latindex, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.unam.mx)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá
(www.dge.uem.br/geodados)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades
(www.dgbiblio.unam.mx/clase.html)

Índice

Artigos

- A concepção do espaço econômico polarizado7
Jandir Ferrera de Lima
- A abordagem dos meios inovadores: avanços e perspectivas15
Olivier Crevoisier
- Desenvolvimento local e relações de proximidade: conceitos e questões27
André Torre
- Degradação de reservas florestais particulares e Desenvolvimento Sustentável em Mato Grosso do Sul41
Reginaldo Brito da Costa, Ayr Trevisanelli Salles e Heloiza Helena Silva de Moura
- Reflexión intercultural y educación democrática: pueblos autóctonos y sociedad multicultural en América Latina47
José Marín
- Desenvolvimento Local e educação política urbana para a relevância rural65
Robinson Jorge Paulitsch e Vicente Fideles de Ávila

Artigos

A concepção do espaço econômico polarizado

The concept of polarized economic space
La concepción del espacio económico polarizado

Jandir Ferrera de Lima
Universidade do Quebec em Chicoutimi (UQAC)

contato: jandir@unioeste.br

Resumo: Este artigo analisa a concepção de espaço econômico polarizado. A noção de pólo é ligada à noção de dependência. O pólo reflete a concentração das atividades produtivas e da existência de um centro, com uma pequena periferia composta de vários espaços que gravitam no seu campo de influência econômica e política. Portanto, a questão principal na análise espacial e até mesmo na política territorial deve ser a busca pelo policentrismo das atividades econômicas. Na realidade, uma das características do desenvolvimento capitalista é a exclusão social dos espaços e das culturas que não se adaptam à sua lógica de produção. Por isso, o processo de polarização é um elemento de conflito, pois vem reforçar as desigualdades regionais e o caráter excludente do sistema produtivo.

Palavras-chave: Economia Regional; Economia Espacial; Desenvolvimento Econômico.

Abstract: This article analyzes the conception of polarized economic space. The notion of a pole is connected with the notion of dependence. The pole reflects the concentration of the productive activities and the existence of a center, with a small periphery composed of some spaces that gravitate in its field of economic and political influence. The ultimate issue in space analysis and even in territorial politics should be the search for the polycentrism of economic activities. In reality, one of the characteristics of capitalist development is social exclusion from spaces and from cultures that do not adapt to its logic of production. Therefore, the polarization process is an element of conflict, as it comes to strengthen the regional inequalities and the excluding character of the productive system.

Key words: Regional Economy; Economic Development; Space Economy.

Resumen: Este artículo analiza la concepción de espacio económico polarizado. La noción de polo es relacionada a la noción de dependencia. El polo refleja la concentración de las actividades productivas y la existencia de un centro, con una pequeña periferia compuesta de varios espacios que gravitan en su campo de influencia económica y política. Por lo tanto, la cuestión principal en el análisis espacial y hasta en la política territorial debe ser la búsqueda por el policentrismo de las actividades económicas. En realidad una de las características del desarrollo capitalista es la exclusión social, de los espacios y de la cultura que no se adaptan a su lógica de producción. Por eso, el proceso de polarización es un elemento de conflicto, pues refuerza las desigualdades regionales y el carácter excluyente del sistema produtivo.

Palabras claves: Economía Regional; Economía Espacial; Desarrollo Económico.

1. Introdução

O objetivo desse artigo é analisar a concepção de espaço econômico polarizado. Essa análise é importante porque no espaço distribuem-se os fatores de produção (recursos naturais, capital e trabalho) e a economia estuda sua exploração a partir da sua utilidade na geração de riquezas. Mas, na evolução do pensamento econômico, a ciência econômica passou a incorporar o espaço como variável importante nos estudos do desenvolvimento econômico e no equilíbrio da firma, a partir dos trabalhos de Alfred Marshall. A influência de conceitos desenvolvidos por Marshall (1938), como externalidades, localização e estrutura de mercado, possibilitaram a introdução do espaço, pelos geógrafos, como elemento ativo na análise do potencial das regiões. Com isso, o estudo da geografia econômica, na medida que se interessa pela utilidade das características físicas do espaço, para auferir o desenvolvimento econômico, avalia o uso dos recursos naturais, as possibilidades de produção e as transformações

no meio físico impostas pelo homem, a partir dos condicionantes do próprio espaço e da sua eficiência.

Além disso, para Ponsard (1988, p. 7-21) a grande omissão da ciência econômica foi ignorar o papel do espaço na localização das atividades produtivas, sobre a demanda, sobre a oferta de bens e serviços e na localização dos assentamentos humanos. A teoria econômica de tradição neoclássica é concebida segundo uma análise pontiforme, isto é, a economia é localizada sobre um ponto onde os indivíduos, as residências e as ações ficam sempre sobre um único espaço. A análise econômica espacial vem mudar essa percepção, no momento que introduz a noção de espaço como um elemento ativo na dinâmica do sistema produtivo.

Assim, a noção de espaço tem um lugar importante na economia moderna. Sobre o espaço geográfico das regiões, são produzidos os bens de subsistência, os excedentes para as trocas, assim como mudanças científicas, culturais, políticas, biológicas, geográficas e econômicas. Por isso, sobre o espaço há várias relações entre os objetos e as ações.

Para Santos (1997), os objetos e as ações são os elementos principais na definição de espaço. Com eles é possível analisar suas categorias internas que são a paisagem, os territórios e os relevos. A paisagem é um conjunto de formas e ela exprime a ação do homem. O território é um conjunto de elementos naturais e artificiais que caracteriza um espaço em particular. Os relevos são formas da paisagem e a matéria sobre a qual se produzem as ações humanas.

Mas essas categorias ganham diferentes interpretações, porque o espaço geográfico é uma imagem, um reflexo do desenvolvimento de um grupo social num período da história. Este espaço geográfico é um elemento, um produto da acumulação do capital e da reprodução social. Então, as concepções de espaço se intercalam entre os diversos conceitos da geografia, da economia e da sociologia. Assim, para Bailly (1983, p. 292-295), "o espaço é considerado como um território no qual os grupos (e as ideologias) agem e impõem seus objetivos e suas práticas [...]". O território, em um momento preciso, é um território onde se fazem a concentração, o estabelecimento, a dispersão humana e a localização das atividades produtivas dos indivíduos.

Assim, a concepção de território demonstra que o espaço não é economicamente neutro. Para Ponsard (1988, p. 7-21), as transações, as residências, as distâncias e as posições dos indivíduos não são as mesmas todo o tempo. Eles habitam e exploram diferentes lugares onde produzem relações sociais de produção. Por isso, o espaço tem toda uma implicação na determinação na otimização da produção, na determinação de preços de equilíbrio, na dispersão das pessoas e recursos, nas possibilidades de exploração da natureza e na forma de produzir o desenvolvimento entre diferentes locais. Então, o espaço tem um efeito sobre o processo de crescimento econômico. Com isso, a natureza econômica do espaço é a causa de todo um conjunto de decisões que tem influência sobre a dinâmica do sistema de produção. Portanto, para visualizar a relação direta entre o espaço e economia, é necessário conhecer a classificação que a economia faz do espaço.

2. As três concepções do espaço econômico

A noção de espaço econômico tem elementos geográficos e características particulares que o definem. Mas para a região, há todo um conjunto de relações econômicas e sociais que tem como lugar central de análise as cidades. Segundo Claval (1995, p. 7), o espaço econômico é organizado em áreas que gravitam em torno de áreas urbanas. As áreas urbanas representam os centros de produção assim como as decisões econômicas e administrativas de todo o conjunto regional. A organização deste espaço em torno das cidades e as relações que se produzem nas regiões conduzem as transformações nas formas de produção e na troca das mercadorias.

Sendo assim, a economia regional se apóia na classificação clássica dos espaços econômicos formulada por Boudeville (1972, p. 15-40). Para ele, o espaço econômico envolve três noções: o espaço homogêneo, o espaço polarizado e o espaço de planificação.

- 1) O espaço homogêneo: Ele é caracterizado por zonas, territórios ou regiões com as mesmas características físicas, econômicas e sociais. Suas características são visíveis em todas as regiões e no conjunto elas formam um espaço único. Assim, o espaço homogêneo refere-se, ou corresponde, a um espaço contínuo com características semelhantes de densidade, de estrutura de produção, do nível de renda e várias outras similitudes.
- 2) O espaço polarizado: A concepção de espaço polarizado tem em François Perroux (1977, 1982) seu principal teórico. A noção de pólo é ligada à noção de dependência, de concentração e da existência de um centro, com uma pequena periferia composta de vários espaços que gravitam no seu campo de influência econômica e política. Desta maneira, o espaço polarizado é heterogêneo, pois as cidades ou espaços satélites não têm as mesmas características do desenvolvimento do centro, porém em uma relação de dependência. Mas todas as cidades ou centros têm papéis específicos no espaço, na divisão social do trabalho como na produção de bens e serviços.
- 3) O espaço de planejamento (região plano): A característica maior deste tipo de espaço

é que nele os diversos territórios ou regiões que o compõem são ligados às mesmas decisões. Os territórios são orientados por um mesmo plano de desenvolvimento econômico. As condições de planejamento e a ação dos instrumentos regulatórios garantem o acesso aos recursos naturais escassos, estabelecem as regras de localização dos assentamentos humanos e das diretrizes da exploração industrial e extrativa. Com isso, as atividades de planejamento e gestão dos recursos, têm como delimitador o espaço geográfico e a forma como este interage com o meio em que está inserido, tanto produtivo como improdutivo. Para Andrade (1987), isso implica levar em consideração os elementos físicos (estrutura, relevo, hidrografia e clima), os elementos biológicos (vegetação e fauna) e os elementos sociais, ou seja, a organização feita pelo homem. Com isso, nota-se que o espaço não é um elemento isolado, mas interdependente, o que pode ser observado no âmbito das regiões. Por outro lado, o espaço plano ou programa, segundo Silva (1996), apesar de não coincidir com a região polarizada, teria por vocação a criação de regiões polarizadas novas. O que implicaria na seleção de meios disponíveis no espaço geográfico para um determinado fim.

Apesar destas concepções de espaço, a teoria econômica, depois de 1950, dedica uma atenção considerável sobre o espaço polarizado. Esta discussão teve uma influência muito forte sobre as análises do desenvolvimento econômico. De acordo com Jacques Boudeville (1972, p. 25), a região tem uma oposição com o espaço “[...] porque ela se compõe de elementos geográficos necessariamente contíguos, de elementos espaciais que possuem fronteiras comuns”. A região é um espaço heterogêneo onde estão presentes as relações entre um pólo dominante, sua periferia e os pólos de outras regiões. Assim, o espaço econômico tende à polarização. As possibilidades de um espaço homogêneo ocorrem mais em função das características geográficas que econômicas.

3. O Espaço econômico polarizado

François Perroux (1977) procurou distinguir as várias noções de espaço e suas

implicações. Segundo suas idéias, as atividades econômicas não são localizáveis com precisão, por isso, o espaço não podia ter um sentido meramente físico. Não poderia também ser definido como um território delimitado pelos acidentes geográficos ou pelo livre arbítrio do homem, ao contrário, considerava essas divisões vulgares e sem valor analítico para a economia. Dessa forma, defendia que os espaços são conjuntos abstratos, constituídos de relações econômicas (monetárias, investimento, poupança etc.), realizadas por agentes econômicos (unidades familiares, empresas e governo).

Assim, Perroux (1982) conceitua o espaço econômico em duas perspectivas: inicialmente, examinando e descrevendo o relacionamento e a distribuição das atividades econômicas no espaço geográfico, atividades que podem ser localizadas através de suas coordenadas ou mapeamento; posteriormente, analisando o espaço econômico que corresponde a relações conceituais mais amplas – por exemplo, uma empresa ou indústria, ou um grupo delas, pode localizar sua produção em uma determinada área, porém seu mercado de insumos, ou de produto, pode estar localizada dentro ou fora do mesmo espaço geográfico.

Com isso, o espaço polarizado corresponde a um campo de forças ou de relações funcionais. Ele corresponde às interdependências ou intercâmbios entre os espaços homogêneos, ou seja, consistem em centros (pólos ou nó) dos quais emanam forças centrípetas (de atração) e centrífugas (de repulsão). Cada centro atuando forma um campo de atuação próprio. Pode-se então definir o espaço ou região polarizada; como o lugar onde há intercâmbio de bens e serviços, do qual a intensidade de intercâmbio interior é superior, em cada um de seus pontos definidos, à intensidade exterior.

Os espaços polarizados podem ser de crescimento ou de desenvolvimento. Os pólos de desenvolvimento são aqueles que conduzem a modificações estruturais e que abrangem toda a população da região polarizada. Já o pólo de crescimento corresponde a certos pólos que, mesmo motivando o crescimento do produto e da renda, não provocam transformações significativas das estruturas regionais.

Segundo Silva (1996), o pólo de crescimento é ativo, pois produz a expansão industrial, mantendo o ritmo crescente das suas atividades, em contraste ao pólo de desenvolvimento, que apenas produziria a expansão da indústria mediante condições especiais. Assim, os pólos exercem um efeito de dominação sobre os outros espaços. Essa dominação se dá através da ação de uma unidade motriz. A unidade motriz pode ser uma unidade simples ou complexa, composta por empresas ou indústrias, ou uma combinação delas que exercem um efeito de atração (dominação) sobre as demais unidades a ela relacionada. Sua atuação num espaço sócio-econômico gera efeitos positivos.

Uma empresa motriz pode estar geograficamente situada em um local de exploração da matéria-prima e seu mercado de bens e serviços estar localizado em outras regiões, dessa forma a empresa ou indústria estará completamente deslocalizada em relação ao seu mercado de bens e serviços (ex.: indústria de mineração).

Assim, segundo Lima, Silva e Piffer (1999), a empresa motriz compõe um espaço econômico polarizado. Ela está inter-relacionada com as demais indústrias através de um sistema de relações econômicas – preços, fluxos, investimentos etc. Diferentes indústrias crescem a taxas diferenciadas. Dessa forma, dois fatos condicionam, basicamente, o crescimento regional: o fluxo de rendas pessoais e as relações técnicas e comerciais entre empresas localizadas na região, que tem maior influência no desencadeamento do crescimento regional. Dessas empresas, a unidade motriz geralmente tem a maior influência, pois é de grande porte. A sua produção representa uma grande parcela da produção regional. Ela gera economias externas, tem um grande volume de transações com o pólo, caracterizando dessa forma uma grande interdependência técnica (*linkagens*). Apresenta um crescimento normalmente superior a média regional e utiliza técnicas intensivas de capital.

Nesse sentido, pode-se classificar, segundo Lima, Silva e Piffer (1999), num sentido econômico e funcional, a influência da unidade ou indústria motriz em relação aos efeitos que ela engendra sobre a estrutura de produção, e efeitos sobre a demanda ou

mercado. Estes efeitos seriam sobre a estrutura da produção (aglomeração, efeitos técnicos para frente e para trás, transporte), sobre o mercado (impactos de inovações, mudanças nas variáveis macroeconômicas, mudanças institucionais e demográficas).

Analisando os efeitos econômicos-funcionais sobre a estrutura de produção, ocorre o efeito de aglomeração quando a indústria ou grupo de indústrias opera a um nível de escala ótima. Uma redução de custo causa economias de escala, externa e de localização espalhando-se pelo conjunto da região.

Apesar de os efeitos de aglomeração envolverem as relações de uma cadeia produtiva, os efeitos técnicos de encadeamento são os que dizem respeito à função de produção, ou seja, as relações de compra de insumos e fornecimento de produtos. Os efeitos para trás (fornecimento de insumos), com as indústrias complementares, são geralmente mais importantes que os efeitos para frente (fornecimento de produtos) com as empresas satélites, porque o valor adicionado pela empresa motriz é comparativamente ao da indústria satélite bem maior.

Os efeitos de junção ou transporte envolvem investimentos para expandir a capacidade da rede de transporte como resposta à atuação da indústria motriz, já que o transporte é um componente expressivo do custo. A rede de transporte torna-se dessa forma parte do eixo de desenvolvimento, que além do tráfego de produtos inclui a orientação principal e durável do tráfego de serviços e capitais.

Já os efeitos sobre a demanda ou mercado basicamente dizem respeito às mudanças nas propensões keynesianas, ou seja, o crescimento da indústria motriz afeta a estrutura de população através da expansão da renda regional. Do mesmo modo, as instituições se modificam a fim de se ajustarem à elevação do nível de bem-estar geral. Aumentos persistentes na renda causam, segundo Keynes (1985), uma diminuição na propensão a consumir e em contrapartida uma elevação na propensão a poupar.

Da mesma forma, ocorrem mudanças na relação trabalho/lazer devido ao efeito demonstração – tentativa de alcançar *status* de estrato social superior – e as variações de produtividade.

4. Espaço polarizado como um local de conflitos

O espaço interage com relações sociais específicas no aproveitamento dos fatores de produção, dando forma às relações econômicas e históricas que surgem entre e intracomunidades. Assim, o espaço polarizado fundamenta-se a partir de um conjunto de variáveis econômicas localizadas ou não, já que a unidade do espaço é dada pelas suas características e a natureza das relações de interdependência entre os seres que o habitam.

Esta interdependência coloca fatores geográficos como linhas de ligação entre os ambientes físicos e naturais que acomodam os povos. É a linha de conjunção entre as regiões e a viabilidade das suas atividades produtivas. Com isso, a análise do espaço polarizado e a forma de exploração dos recursos naturais tornam-se pertinente na compreensão do papel concreto das regiões no desenvolvimento econômico.

Assim, a polarização no espaço econômico é um elemento de conflito. As relações entre as regiões economicamente ativas e distintas politicamente, com um sistema produtivo ou modo de produção comum, pode dar-se aleatoriamente ao papel político das mesmas, principalmente das regiões pólos. Isso ocorre quando as regiões não estão integradas efetivamente ou pela proximidade e divisão de fatores de produção comuns, mas estratégicos ao seu desenvolvimento econômico. Neste caso, as relações entre as regiões pólos e as regiões periféricas exprimem uma intensidade de atividades e padrões que são independentes da estrutura das fronteiras.

Por isso, o aproveitamento espacial dos fatores de produção, a favor de uma acumulação do capital menos desigual, requer a formação de um espaço de planejamento e a gestão eficaz da sua exploração. Isto se torna patente em ambientes de fronteira, onde as linhas que definem as regiões autônomas politicamente estão assentadas em recursos de cunho internacional.

Deve-se ressaltar que a linha de aproveitamento econômico dos fatores de produção no espaço e na evolução dos modos de produção tende, com o tempo, a se sobrepor às fronteiras políticas. Com isso, condiciona-se a integração dos mercados à integração

espacial entre as regiões que o compõem, criando possibilidades de comércio e de exploração dos recursos naturais. Essas possibilidades, no ambiente excludente do capitalismo, coloca em desvantagem as áreas mais afastadas e sem um amplo progresso industrial.

Essa desvantagem é visível ao observar-se uma relação inversa entre a quantidade e/ou qualidade dos fatores de produção e a ocupação do espaço pelo homem. Além disso, a tecnologia tem um papel importante no acesso à exploração dos recursos e dos meios mais eficientes de transformá-los. O que leva, dentro da órbita política, à hegemonia de algumas regiões, que detêm tecnologia eficaz de exploração e no aproveitamento das potencialidades naturais dos espaços sem que estão efetivamente assentados.

Por isso, ressalte-se mais uma vez, a polarização e a concentração das atividades produtivas em pólos é uma postura de conflito, frente às unidades territoriais e políticas constituídas, pois no espaço convergem umas séries de interesses sobre o direito de decidir e administrar as riquezas.

Nota-se então que além do Estado-nação, cabe também à sociedade civil e aos agentes econômicos a tomada de decisões para a preservação e gerenciamento das atividades produtivas. Além disso, a localização das empresas muda no decorrer da história, na medida que muda o poder político local ou a necessidade de exploração do espaço. Isso ocorre porque a ocupação do espaço é acarretada essencialmente por três fatores: Políticos, econômicos ou pelas condições naturais de existência.

Estes três fatores se interagem, o que representa a dissociabilidade entre os fatores políticos e econômicos. Já as condições naturais de existência levam em consideração, num primeiro plano, a subsistência dos assentamentos humanos. No momento que a sociedade passa a produzir excedentes comercializáveis, o processo de mercantilização começa a transformar as relações sociais no espaço e a estabelecer novos padrões de produção.

Pode-se tomar como exemplo os assentamentos humanos na América do Sul, e especialmente no Brasil, cuja ocupação dá-se sobre a exploração da terra e a extração

de produtos silvícolas e agrícolas exportáveis, no princípio do seu processo de colonização. A ocupação do espaço pelos portugueses, com nítidos interesses econômicos, estabeleceu as transformações do ambiente físico e social, culminando numa organização política de exploração da terra, calcada nas capitânicas hereditárias, nas imensas sesmarias e no estabelecimento de grandes latifúndios com um mando político centralizado. A forma desta ocupação do espaço tornou-se um elemento marcante na posse da terra pelos portugueses, além de condicionantes históricos para as transformações que suas colônias passaram.

Por outro lado, na América do Norte houve um processo diferente de colonização. Num primeiro momento, o povoamento tornou-se a peça-chave para gerir a terra e as relações sociais, calcadas nitidamente em aspectos religiosos e políticos. Uma boa parte dos colonizadores buscavam uma nova pátria, fugindo de perseguições na Europa. Além disso, a distribuição da terra levou em consideração a ocupação dos territórios em linhas de fronteira ou zonas até então despovoadas.

Essa distribuição foi, na maioria dos casos, de forma aleatória sem preocupar-se com o credo, exigindo apenas a capacidade de produzir nas áreas ocupadas. Evidentemente, para efetivar esta ocupação, os grupos nativos foram expropriados. Tanto que os movimentos migratórios das comunidades indígenas, em alguns casos dos próprios colonizadores para o interior de determinadas regiões ou áreas insalubres, foi uma constante na evolução histórica dos Estados Unidos e Canadá. Isto se apresenta mais preeminente com os grupos nativos, os negros e a população miscigenada, além de algumas minorias. Assim, nota-se que o interesse econômico no espaço deriva-se de dois aspectos peculiares: Facilidades no âmbito do comércio e da acumulação de capital e o aproveitamento rentável dos fatores de produção.

A facilidade de comércio, sem o aproveitamento rentável dos fatores de produção, ocorrem em áreas consideradas de livre comércio ou de processamento de exportações. Essas áreas são tradicionalmente polarizadas, pois a localização geográfica dos fatores e até mesmo os subsídios à coloni-

zação estabeleceram características peculiares de ocupação. Independente disto, a interação dos níveis de comércio e a exploração do meio ambiente parece ser mais comum na história mundial, principalmente em países com uma nítida fronteira agrícola móvel, como o Brasil. De acordo com Gutierrez (1997), esta é uma tendência quando a terra é passível de gerar excedentes comercializáveis, principalmente no mercado internacional. Tanto que, historicamente, o crescimento econômico tem demonstrado uma degradação latente no espaço físico e biológico e a concentração crescente das atividades produtivas.

5. À guisa de conclusão

O objetivo desse artigo é analisar a concepção de espaço econômico. Nota-se que análise econômica espacial é um elemento importante no estudo da concentração das atividades produtivas e dos efeitos de dominação entre regiões polarizadoras e polarizadas. Na realidade, o estudo da economia espacial é recente na teoria econômica. Análises mais concretas do papel espaço na localização das atividades produtivas e na organização das regiões tiveram origem no século XX. Essas análises tentam transcender o caráter pontiforme do espaço, característica principal da análise econômica neoclássica.

Nesse aspecto, a concepção do espaço econômico ganhou três formas: o espaço homogêneo, de planejamento e o polarizado. Desses, o espaço polarizado representa um campo de análise muito profícuo em economia regional. A natureza da concentração e aglomeração das atividades produtivas tem nos pólos um ambiente de estudo para a compreensão do processo de desenvolvimento econômico regional e local. Tanto que a partir de 1950, alguns estudos tentam explicar o funcionamento das economias regionais através da análise da geografia econômica.

Portanto, a questão principal na análise espacial e até mesmo na política territorial deve ser a busca pelo policentrismo das atividades econômicas. Na realidade, uma das características do desenvolvimento capitalista é a exclusão social, dos espaços e das culturas que não se adaptam à sua lógica de produção. Por isso, o processo de polarização é um elemento de conflito, pois vem reforçar

as desigualdades regionais e o caráter excludente do sistema produtivo. Assim, a análise econômica deve buscar formas e alternativas de corrigir e regular as formas de produção sobre o espaço. Ela deve transcender a polarização e fornecer às regiões elementos significativos de planejamento, para melhor homogeneizar os espaços, no tocante à sua estrutura de produção.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. São Paulo: Atlas, 1987.

BAILLY, A. S. Espace géographique et espace vécu. In: PAELINCK, Jean; SALLEZI, Alain (org.). *Espace et localisation*. Paris: Economica, 1983. p. 290-303.

BOUDEVILLE, Jacques-R. *Aménagement du territoire et polarisation*. Paris: M.-Th. Génin, 1972.

CLAVAL, Paul. Comment s'organise l'espace régional? *Revue Sciences Humaines*. Hors-série, n. 8, février-mars, p. 6-8, 1995.

GUTIERREZ, Maria B. S. Comércio e meio ambiente no Mercosul: Algumas considerações preliminares. *Texto para discussão n. 470*, Rio de Janeiro: IPEA, mar. 1997.

KEYNES, John. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. (Os economistas). São Paulo: Nova Cultura, 1985.

LIMA, Jandir F.; SILVA, Josemar; PIFFER, Moacir. A teoria da polarização como instrumento de programação econômica a nível regional. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 48-56, 1999.

MARSHALL, Alfred. *Principles of economics*. London: Macmillan, 1938.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCWARTZMANN, J. (org.) *Economia regional e urbana: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 145-156.

PERROUX, François. *Dialogue des monopoles et des nations: équilibre ou dynamique des unités actives?* Grenoble Presses Universitaires de Grenoble, 1982.

PONSARD, Claude (org.). *Analyse économique spatiale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

SANTOS, Milton. *La nature de l'espace*. Paris: L'Harmattan, 1997.

SILVA, Josemar. *A teoria dos pólos de desenvolvimento: uma discussão teórica dos pólos de desenvolvimento do Paraná*. Monografia (graduação) - UNIOESTE, Toledo, 1996.

A abordagem dos meios inovadores: avanços e perspectivas
The approach of innovating milieu: development and perspectives
El abordaje de los medios innovadores: avances y perspectivas

Olivier Crevoisier
Universidade de Neuchâtel – GREMI (Suíça)

contato: olivier.crevoisier@unime.ch

Resumo: Os estudos sobre os meios inovadores surgiram em meados dos anos 80, por iniciativa do Grupo Europeu de Pesquisas sobre os Meios Inovadores (GREMI – Suíça). Tais estudos consideram as dimensões do espaço e do tempo para a compreensão dos mecanismos econômicos no contexto de um dado território. Neste trabalho, apresenta-se o programa do GREMI e o conjunto de axiomas dos quais depreendeu-se a teoria dos meios inovadores e da rede de inovação. Buscam-se também explicar os elementos do dinamismo local, assim como explicar sobre as perspectivas atuais desses estudos.

Palavras-chave: Meio inovador; território; governança.

Abstract: Studies on ways of innovating appeared in the middle of the 80s through the initiative of the European Research Group on Ways of Innovating (GREMI – Switzerland). Those studies consider the dimensions of space and time for the understanding of economic mechanisms in the context of a given territory. In the work in hand, the GREMI program is presented and the set of axioms from which was withdrawn the theory of ways of innovating and the network of innovation. The study also seeks to explain the elements of local dynamism, as well as considering the actual perspectives of these studies.

Key words: Innovating milieu; territory; governance.

Resumen: Los estudios sobre los medios innovadores surgieron a mediados de los años 80, por iniciativa del Grupo Europeo de Pesquisas sobre los Medios Innovadores (GREMI – Suíza). Tales estudios consideran las dimensiones del espacio y del tiempo para la comprensión de los mecanismos económicos en el contexto de un determinado territorio. En este trabajo, se presenta el programa del GREMI y el conjunto de axiomas de donde se desprendió la teoría de los medios innovadores y de la red de innovación. Se busca también explicar los elementos del dinamismo local, así como exponer sobre las expectativas actuales de esos estudios.

Palabras claves: Medio innovador; territorio; gobernanza.

Introdução

Se as problemáticas espaciais sempre estiveram, de certa forma, mais ou menos presentes na ciência econômica, o mesmo não ocorreu com o que chamamos hoje de abordagens territoriais. O que se entende por isso? A economia tradicional e o que hoje se chama de economia espacial, ou de nova geografia econômica, integram o espaço apenas em um segundo momento de sua abordagem. Assim, os fenômenos econômicos, num primeiro momento, são pensados e conceituados de uma forma independente do seu contexto espacial e temporal. Somente em seguida é que o espaço é reintegrado, como, por exemplo, quando se trata de custos ligados à distância.

A pesquisa sobre os meios inovadores já se volta exatamente para os aspectos espaciais das transformações econômicas e sobretudo, avança na direção contrária de antes, ou seja, foca a maneira pelo qual o território dá sua forma às estruturas econômicas e co-determina sua evolução. O território é entendido como um espaço constituído de um conjunto de relações entre os homens e entre os homens e seu ambiente material. Este espaço é objeto de intenções e

de apropriações diversas. Partir do território significa reconhecer que no sistema econômico, nem tudo está interconectado. Existe aquilo que está ligado e o que está desligado, aquilo que faz parte do sistema e aquilo que está isolado ou separado dele. Nunca houve dúvidas sobre a utilidade desse enfoque por parte das coletividades públicas e nem para as empresas: para elas, os problemas da transformação das atividades econômicas são apreendidos, antes de mais nada, por meio de uma realidade localizada e específica.

Uma tal abordagem não deve ser confundida com uma simples “aplicação” da teoria, e em particular, da teoria econômica. A principal crítica dirigida às abordagens, ditas “territoriais”, é que ainda lhes falta uma teoria mais rigorosamente formulada e integrada, uma vez que só tratam de estudos de casos. Em realidade, não se trata disso. A abordagem territorial dos problemas econômicos repousa em uma epistemologia diferente, com tendência a afirmar-se cada vez mais e de forma cada vez mais clara. Na avalanche de abordagens institucionais (HODGSON, 1998), a busca da interdependência consubstancial entre a teoria e realidade aparece no âmago da abordagem dos meios inovadores. É nesse aspecto que, hoje,

essas pesquisas distinguem-se claramente de grande parte dos trabalhos de economia, ou seja, daqueles trabalhos que ainda mantêm a separação da teoria de um lado e sua aplicação de outro.

I. O programa de pesquisa do GREMI: um repensar

O programa de pesquisa conduzido pelo Grupo Europeu de Pesquisas sobre os Meios Inovadores (GREMI - Suíça) caracteriza-se até hoje, mais precisamente, por uma interação estreita e sistemática entre o trabalho de campo e a teorização. Cada pesquisa, ao trazer exemplos e contra-exemplos, tem contribuído para a evolução do conceito de meio inovador. Durante os primeiros estudos, o meio inovador não passava de uma caixa preta. Particularmente, em meados dos anos oitenta, a hipótese de Philippe Aydalot já era a de que havia "algo", localizado em nível regional, que permitia entender porque certas regiões eram mais dinâmicas do que outras. Pesquisadores do GREMI I (AYDALOT, 1986) e GREMI II (MAILLAT e PERRIN, 1992), por outro lado, conseguiram evidenciar aquilo que as empresas encontravam na região e respectivamente fora da região, em processos de inovação. Os integrantes do GREMI III (MAILLAT, QUEVIT e SENN, 1993), em seguida, exploraram as redes de inovação e mostraram o funcionamento espacial, local e extra-local dessas redes. Foram essas pesquisas que permitiram fixar os principais conceitos. Já os pesquisadores do GREMI IV (RATTI, BRAMANTI e GORDON, 1997) voltaram seus trabalhos para a comparação entre trajetórias de regiões ativas em setores idênticos (sistemas de produção regionais do calçado, do têxtil, da indústria do relógio, etc.). Entretanto, essas regiões, atuantes em ambientes idênticos de tecnologia e mercado, por se tratar do mesmo setor, conheciam evoluções particularmente contrastadas, podendo estar sujeitas desde a um forte crescimento, até a um desaparecimento. Esses contrastes só podiam ser explicados através de fatores relacionados ao território. O corpo conceitual, progressivamente construído em torno da noção do meio inovador, conseguiu demonstrar isso com clareza.

A partir da hipótese de Philippe

Aydalot, a caixa preta, portanto, conseguiu ser aberta, e em seguida, preenchida, graças a uma estreita interação entre a pesquisa teórica e o trabalho de campo.

Esse gosto pela pesquisa empírica é certamente o principal cimento do GREMI. Constituído de pesquisadoras e pesquisadores preocupados com sistemas de produção regionais, esse grupo foi inicialmente bastante heterogêneo. Sua sobrevivência vem ocorrendo, sem sombra de dúvida, graças a esse mesmo gosto pela pesquisa empírica e pela utilização constante dos quadros explicativos, através dos estudos de caso. Melhor dizendo, há uma primazia pela indução a partir da realidade sobre a vontade de preservar esquemas de certo rigor e que violentam a realidade. As pesquisas do GREMI constituem, portanto, uma constante retomada dos conceitos desenvolvidos, postura aceita por todos (STENGERS, 1995).

O objetivo deste artigo é o de apresentar os principais conceitos que fazem parte dessa abordagem feita através dos meios inovadores. Em seguida, a título de ilustração, serão colocados os principais resultados da pesquisa GREMI V (CREVOISOER e CAMAGNI, 2000) sobre os meios urbanos, a fim de mostrar a maneira pela qual a abordagem pelos "meios", permite identificar e compreender as dinâmicas produtivas e espaciais.

II. Uma axiomática do desenvolvimento econômico dos territórios

No plano teórico, o conceito de meio inovador passou de uma caixa preta a um corpo conceitual mais estável. Ainda não constitui uma teoria definitiva e formalizada. Entretanto, há hoje, um consenso em torno do seu questionamento (explicar o sucesso das regiões que se desenvolvem e os insucessos das regiões estagnadas), dos conceitos (meio inovador e rede de inovação) e dos métodos (primazia do indutivo) utilizados.

Atualmente, a abordagem pelos meios inovadores sistematiza as principais questões relativas aos dinamismos econômicos espaciais. Por um lado, ela permite qualificar a evolução da tecnologia e das interações entre atores e, de outro lado, as formas espaciais e temporais desses processos.

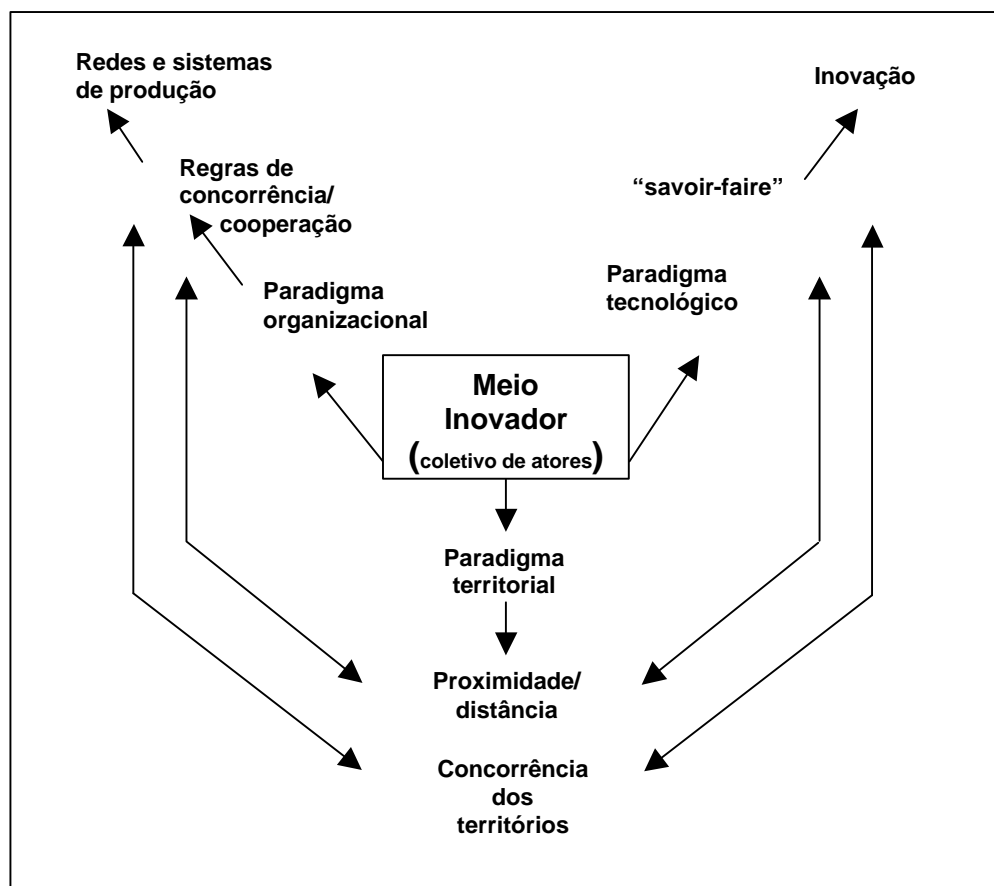
Os meios inovadores articulam-se ao

redor de três eixos particularmente importantes do ponto de vista das transformações atuais: a dinâmica tecnológica, a transformação dos territórios e as mudanças organizacionais. Cada um desses eixos remete a preocupações essenciais da sociedade e a uma vasta literatura especializada. Nesse sentido, o meio inovador é um conceito integrador, uma ferramenta sintética de análise e compreensão das transformações econômicas atuais. À articulação do geográfico, do técnico-econômico e do organizacional, não provém de uma disciplina acadêmica particular, mas de uma axiomática original.

O paradigma tecnológico acentua o papel das técnicas e, mais amplamente, da inovação, dentro da transformação atual do sistema econômico. Nos países da Europa Ocidental, o nível elevado dos salários e custos em geral, como também a pressão dos países emergentes, induzem à necessidade de uma concorrência pela diferenciação. O desenvolvimento de novas técnicas e de

novos produtos é uma maneira de preservar a competitividade desses espaços. A *inovação* não pode ser reduzida a um simples investimento em pesquisa e desenvolvimento ou pedido de patente. Kline e Rosenberg (1986) mostram muito bem que o mais importante nesse processo é o conjunto das funções de produção: a inovação pode encontrar sua origem na relação de uma empresa com seu mercado, mas também na fabricação ou nos serviços a ela relacionados. Do encadeamento da mobilização dos diferentes recursos e competências poderá emergir, eventualmente, um sucesso econômico. Tecnicamente, a inovação pode ser entendida como o resultado da articulação dos recursos da empresa e de seu ambiente, tanto no que tange às relações com empresas situadas à montante e jusante, como à dinâmica geral do setor, ou ao aparecimento de novas técnicas em outros setores, ou então às relações com outros atores regionais ou situados fora da região, etc.

Figura 1: Os paradigmas dos meios inovadores e o desenvolvimento econômico territorializado



Fonte: OCre/IRER/2000.

A inovação é pois, e antes de tudo, um processo de diferenciação diante da concorrência: diferenciação do setor em relação a outros setores, diferenciação da empresa frente a seus concorrentes, etc. A diferenciação nos mercados não pode ser feita sem uma diferenciação dos recursos e da organização subjacentes. Com o tempo, inovação e especificação dos recursos (COLLETIS e PECQUEUR, 1995) aparecem como as duas faces do mesmo processo. Os processos de aprendizagem e de constituição de novos "*savoir-faire*" são a consequência, a longo prazo, da colocação de novos produtos no mercado e da criação de novas técnicas. O amadurecimento de novos produtos e novas técnicas, ao se repetir ao longo do tempo, provoca uma diferenciação progressiva dos *savoir-faire* e da cultura técnica do meio diante do seu ambiente (CREVOISIER et al., 1996). Na área dos recursos específicos e, em particular, do *savoir-faire*, além do seu próprio dinamismo, a empresa torna-se largamente dependente de seu ambiente espacial.

O paradigma organizacional diz respeito aos mecanismos que permitem ou impedem a coordenação entre atores dentro de um meio. Uma empresa, e em particular uma PME, é apenas um elemento inserido num sistema de produção e em um sistema territorial. E esta inserção implica no estabelecimento de relações com as outras empresas de seu ambiente, tanto com aquelas que fornecem seus insumos como com aquelas que compram seus produtos e serviços. Ela implica também em um enraizamento territorial que lhe permite mobilizar recursos específicos, como também de participar de redes locais de inovação e de suporte ao sistema de produção regional.

Os mecanismos de coordenação estão no interior dos meios inovadores, pois eles articulam os aspectos funcionais e territoriais. Descrever as regras locais de concorrência/cooperação é enunciar as complementaridades funcionais e a divisão do trabalho que se organizam localmente. Estas redes locais contribuem igualmente para a manutenção e reprodução da fronteira entre o meio e o exterior, no sentido de definir tanto os atores que fazem parte do sistema de coordenação local, como aqueles que não o

fazem. Esta capacidade particular de coordenação é igualmente essencial do ponto de vista da concorrência com outros sistemas de produção. Com efeito, a competitividade resulta tanto da capacidade organizacional de adaptação, como do conteúdo técnico dos "*savoir-faire*" dos produtos e dos processos.

Além das capacidades de coordenação, o funcionamento dos "meios" gera, ao longo do tempo, interdependências não mercantis, ou, se preferir, um coletivo resultante da instauração progressiva de uma divisão do trabalho e de formas de cooperação. A cooperação não é permanente, mas ela proporciona a constituição de um capital relacional, permitindo que os atores locais identifiquem e tenham acesso a diversas modalidades de recursos particulares. A existência desse capital relacional supõe que a mobilização dessas diversas modalidades de recursos vão além das formas monetárias. Os valores (empresariais, familiares, profissionais...) em vigor num meio, conduzem também os diferentes atores a contribuírem na inovação e na produção, na perspectiva de um investimento social, permitindo uma atuação com base na confiança e reciprocidade.

Este aspecto dos meios inovadores conduz a outros estudos mais especializados sobre os problemas de coordenação, de Williamson (1985), que distinguem desde hierarquia, mercado e rede, até economia das convenções (Revue Economique, 1989), passando por noções mais recentes, como aquelas das interdependências não-mercantis (STORPER, 1995), ou então as economias de proximidade (GILLY e TORRE, 2000). De modo mais geral, todos esses estudos são qualificados, hoje, como economia institucional (HODGSON, 1998). Entretanto, no caso desses estudos, são as abordagens sobre a "governança" que retêm nossa atenção. A "governança" (STOKER, 1998) leva aos mecanismos do comportamento de uma estrutura ou de uma ordem não impostas do exterior, mas que resultam da interação de um certo número de grupos que se influenciam mutuamente. Se o termo governo remete às instituições oficiais do Estado, a "governança" privilegia os mecanismos de governo que não se apóiam exclusivamente no poder público. Esta abordagem

da coordenação entre atores é particularmente útil quando diferentes lógicas - por exemplo, pública e privada, mercantis e não mercantis - estão presentes.

A inovação não aparece de modo uniforme no espaço. O paradigma territorial demonstra essas diferenças e mostra que o território, enquanto organização, pode gerar recursos (*savoir-faire*, competências, capital etc.) e atores (empresas, empreendedores, instituições de suporte etc.) necessários à inovação. Os *savoir-faire* aparecem como recursos específicos, próprios a certos territórios, que são regularmente regenerados pela atividade econômica e pelas diferentes instituições de formação, de pesquisa e geralmente de suporte, presentes na região. Os *savoir-faire* não são, portanto, simples resquícios da história. De modo geral, as capacidades locais de desenvolvimento, como o empresariado ou a boa articulação entre o sistema de produção e as instituições de suporte, são abordados como constructos locais, baseados em convenções locais particulares, que permitem ao meio constituir-se como tal e responder de maneira mais ou menos adequada à transformação dos mercados e das técnicas.

Sob a perspectiva dos meios inovadores, o território é entendido como uma organização ligando empresas, instituições e população local, tendo em vista o seu desenvolvimento econômico. A abordagem pelos meios inovadores acentua uma oposição entre proximidade e distância. O que está próximo (no meio) é diferente (*savoir-faire* específicos) e se mobiliza diferentemente (concorrência/cooperação e capital relacional) do que está distante. Logicamente esta concepção de proximidade é sempre construída e relativa. Não pode ser reduzida a uma pequena distância física: ela marca muito bem as fronteiras entre o que está dentro do meio e o que está fora dele. As empresas locais e o território estão relacionados com a regeneração dos recursos locais específicos, recursos esses que marcam a diferença entre uma região e outra, no plano da inovação. A concorrência dos territórios faz-se pela inovação sobre a base de recursos específicos.

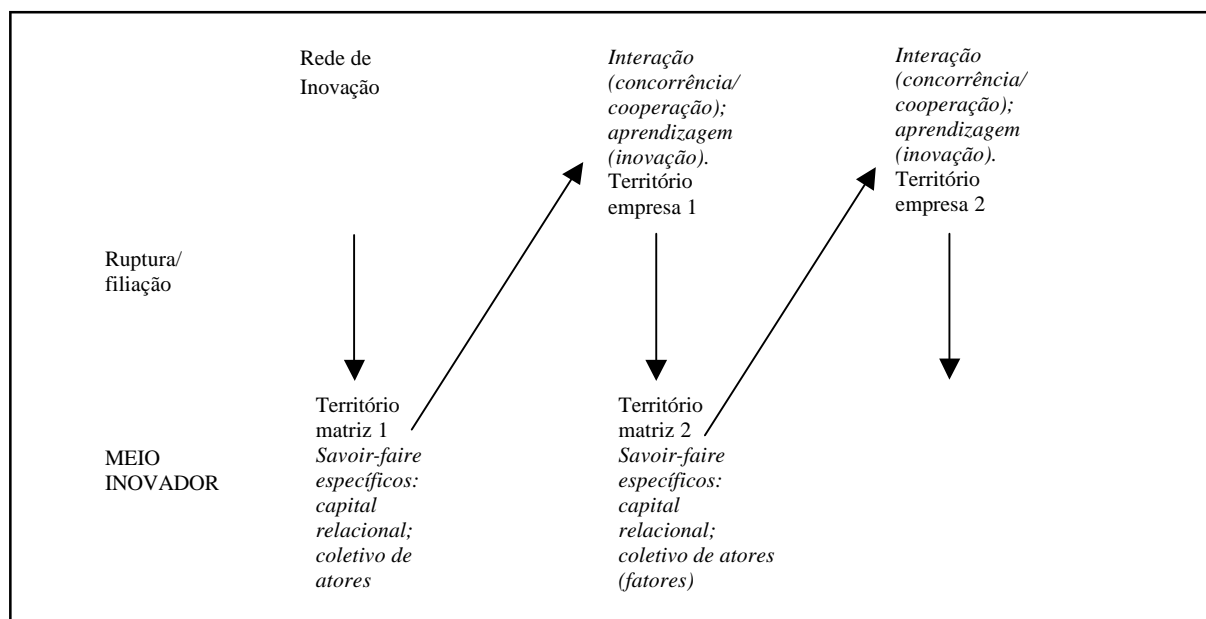
Elemento essencial, de acordo com a

abordagem pelos meios inovadores, estes três paradigmas são considerados simultaneamente como três lados indissociáveis da realidade, não havendo, portanto, hierarquia que indique, por exemplo, que o organizacional seja mais importante, ou que imponha sua lógica ao tecnológico. Isto diferencia radicalmente a abordagem dos meios inovadores de outros corpos teóricos, como por exemplo, aquele da economia industrial. Em economia industrial, o território (a proximidade, a distancia, a nação, etc.) é deduzido do funcionamento da indústria. É a dinâmica industrial que “produz” espaço e lhe confere suas características (CREVOISOER, 1996). Conseqüentemente, não é possível compreender como um dado espaço vai estruturar a dinâmica industrial, e mesmo adquirir sua própria autonomia. Ao contrário, para o geógrafo, o espaço é o primeiro. É a partir deste que se originam as populações, as cidades, as economias. Tal inovação é apenas o fruto de um espaço particular. A abordagem pelos meios inovadores coloca os três paradigmas como ontologicamente iguais.

Ao longo do tempo, um meio transforma-se em inovador, pela mobilização dos recursos constituídos no passado, adaptados às novas técnicas e aos novos mercados e, incorporados nos novos produtos: é a ruptura/filiação (figura 2). Este processo caracteriza-se por uma relação entre o meio, que contém os recursos (*savoir-faire*, capital relacional, etc.) e as redes de inovação, frutos da mobilização e atualização desses recursos, por meio de um processo de inovação. Ao longo desse processo, o território é alternativamente a matriz, a partir da qual se desenvolvem as redes de inovação, e a marca deixada por essas redes sobre os recursos do meio.

Em resumo, e de modo normativo, a abordagem pelos meios inovadores propõe uma visão geral do desenvolvimento econômico territorializado que se caracteriza por: ma concorrência pela inovação e não pelos custos de produção; uma organização do sistema produtivo em redes e não sobre mecanismos de mercado ou hierárquicos; a concorrência entre territórios e não entre empresas.

Figura 2: O processo de ruptura/filiação



Fonte: Ocre/IRER/1999.

O funcionamento desses elementos provoca uma diferenciação progressiva e conjunta dos componentes do meio face a seu meio ambiente. Resulta em um meio dotado de recursos específicos, de regras de funcionamento, de um território próprio, além de uma cultura técnica e de interdependências, marcas do funcionamento anterior do sistema. Estes elementos constitutivos transformam-se novamente em recursos, enquanto o meio permanecer dinâmico. Enfim, um meio inovador funciona na temporalidade da inovação e da mudança, ao mesmo tempo retornando ao funcionamento anterior do sistema. O enfoque deve ser dado particularmente ao processo de ruptura/filiação. O território é por suas vez, a marca do funcionamento anterior do meio e a matriz de sua transformação.

Isso, certamente, não significa que toda economia possa ser compreendida graças à axiomática desenvolvida acima. As hierarquias existem e freqüentemente se reforçam, novos setores econômicos se desenvolvem em detrimento de outros, etc. Entretanto, essa visão parece suficiente para dar conta da problemática de base do GREMI, para poder explicar as diferenças nas trajetórias de desenvolvimento regional. Em resumo, o meio inovador aparece como um caso particular dos sistemas espaciais de inovação

(OINAS e MALECKI, 1999) que são potencialmente multiregionais e multinacionais. Os processos de inovação só podem ser entendidos quando se considera o contexto multidimensional (econômico, político, cultural, etc.) e multiescalar (local, nacional, mundial) no qual eles se desenvolvem. Entretanto, no interior do paradigma territorial em economia, é necessário construir ferramentas conceituais e metodológicas mais integradas e mais operacionais, na escala regional, e de perceber que essa abordagem coloca em evidência e explica.

Nesse aspecto, a abordagem pelos meios inovadores aproxima-se de outros trabalhos: os estudos dos distritos industriais, por exemplo, que descrevem e explicam as trajetórias do desenvolvimento de certas regiões industriais, enfocando particularmente os mecanismos de coordenação local; os tecnopólos, do mesmo modo, que constituem um caso particular de trajetória baseada na criação e utilização dos conhecimentos científicos e técnicos; o conceito mais recente de região aprendiz (ASHEIM, 1996, ASHEIM e COOKE, 1999, MAILLAT e KÉEBIR, 1999) também é correlato, mas apresenta problemas do ponto de vista da análise empírica. Quanto ao posicionamento mais geral da abordagem pelos meios inovadores no âmbito de outras abordagens

do desenvolvimento econômico, o leitor poderá usufruir do trabalho aprofundado de Bramanti e Ratti (1997).

O meio inovador constitui, portanto, um *ideal type* que permite a confrontação com as realidades de diferentes regiões. Num trabalho empírico, essa abordagem permite posicionar todas as regiões. Não são todas que possuem meios inovadores: algumas são organizadas em rede de concorrência/cooperação, mas não inovam; outras inovam sem que cooperações locais sejam identificáveis, etc. O meio inovador não tem a ambição de esgotar a realidade, mas de permitir sua decodificação num mundo marcado pela inovação e mudança estrutural, por uma dialética local/global e por uma economia das redes. Sob a forma de *ideal type*, o meio inovador permite entender a maneira pela qual o local apresenta sua forma ao global; na sua falta, pode-se compreender a ausência de autonomia de desenvolvimento de uma região.

III. Meios urbanos inovação, sistemas de produção e ancoragem

A fim de ilustrar essa abordagem e o modo de utilizá-la, esse artigo traz as principais questões e resultados obtidos durante a última pesquisa GREMI V (CREVOISIER e CAMAGNI, 2000). Evidentemente, os meios inovadores permitem apreciar as dinâmicas das regiões especializadas, muitas vezes descritas na literatura como inovadoras e “ganhadoras”: distritos industriais, tecnopólos, etc. Nesse sentido o conceito é muito abrangente. Por outro lado, ele está em condições de verificar as dinâmicas observáveis nas cidades, e em particular nas maiores, aquelas que denominamos de “metrópoles” (VELTZ, 1996) ou as *global cities* (SASSEN, 1991)?

A cidade, entendida como dispositivo de organização social com vocação ao intercâmbio, à interação e à eficácia econômica, compartilha de numerosas características dos meios. A proximidade é a mais importante delas, mas ela também é portadora de economias de escala, e sob certas condições, de vantagens relacionados ao dinamismo manifestado através da aprendizagem, inovação econômica e social e da

criatividade em geral. A cidade sempre foi considerada como um lugar privilegiado de criação do novo, efeito e causa de seu poder econômico e político. Outro elemento comum a esse tipo de meio é a capacidade de estar em rede e de articular o local e o global. Enfim, a semelhança mais chamativa entre os dois conceitos diz respeito ao elemento relacional e sinérgico (CAMAGNI, 2000).

Entretanto, quando se passa à análise empírica, as cidades reais são sistemas muito mais complexos que os meios não urbanos de especialização industrial. A atividade econômica aparece de forma muito mais diversificada nas cidades, o meio físico sofre mais pesadamente a organização econômica e social pelos custos fundiários, os custos de mobilidade e os custos da mão de obra; em geral, a redundância das relações aí é muito maior nas cidades e o preço a se pagar por essa redundância é importante, em termos monetários e de bem estar coletivo. Além disso, o tamanho e a forma das cidades evoluíram em direção à metropolização. Na metrópole, as atividades econômicas e residenciais não se organizam mais em sub-sistemas localizados e facilmente identificáveis. A cidade, tornou-se complexa, não podendo mais ser apreendida em termos de meio local: seu território, nessa situação de hoje, é dividido em sistemas de produção eventualmente organizados como meios (CAMAGNI, 2000, p. 2-3).

Sendo assim, a principal questão é a seguinte: em que medida e com quais limites pode-se interpretar a cidade como um meio, e em que medida pode-se partir da hipótese de que no interior do contexto urbano ou metropolitano, existam sub-sistemas de produção capazes de desenvolver os processos sinérgicos e de aprendizagens coletivas que chamamos *meios*? A pergunta é importante porque ela está no âmago da literatura sobre metropolização. Com efeito, Saskia Sassen (1991) descreveu a *global city* como um sistema de produção, elaborando de um lado, as capacidades de comando de uma economia globalizada e, de outro lado, as inovações no âmbito financeiro. Veltz (1996), por sua vez, insiste nas aprendizagens rápidas e na confiança entre atores (existência de meios profissionais e empresariais) que caracterizam a metrópole. Essas idéias são essências, mas até o presente momento, elas só constituem hipóteses explicadoras da metropolização e não conclusões. De fato, visto nesse âmbito, em que o contexto urbano poderia ser considerado mais eficaz do que certas regiões

menos densas, mas que certamente também podem ser bem organizadas e menos onerosas? Em outras palavras, em que a aglomeração – típica do urbano – seria mais eficaz que a proximidade – característica dos meios?

Outro aspecto dessa questão: quais são as relações entre cidade e mudança técnica? De fato, se a cidade tem sido sempre reconhecida pelos historiadores como o lugar do aparecimento da novidade, esta propriedade seria também válida para a inovação tecnológica? Tratando-se da revolução industrial, Braudel mostrou bem que ela não se desenvolveu nas principais cidades da época, mas exatamente em Manchester, Sheffield, etc. cidades que foram o produto desse processo e não as incubadoras.

A inovação tecnológica não é, portanto, apenas um privilégio das cidades. A dinâmica do sistema de produção, algumas vezes, se sobrepõe, impondo sua lógica à estrutura urbana, sem todavia submetê-la totalmente. Ao se questionar sobre as relações entre mudança técnica e contexto urbano, Mokyr (1995) concluiu, por outro viés, sem equívoco e de modo um tanto provocador: *“All the same, by questioning the assumptions underlying the hypothesis and looking in some detail at historical case studies, it is possible to show that easy generalizations about the positive role of cities in technological progress are historically false [...]”* (p. 5), e mais adiante: *“a more careful examination of the evidence reveals that not with standing a priori arguments, urbanization has been neither necessary nor a sufficient condition for technological change”* (p. 19). A questão da relação entre inovação técnica e cidades permanece ainda aberta. É precisamente essa interrelação entre dinâmica do sistema de produção e dinâmica urbana que aparece no âmago dessa interrogação.

3.1 Das interdependências produtivas às indivisibilidades urbanas

É preciso distinguir dois casos. De um lado, as metrópoles, no interior das quais se encontram os sistemas de produção (nos casos analisados na pesquisa GREMI: a comunicação, a moda e a logística em Milão, a moda e as finanças em Paris, etc.) geral-

mente constituídas em cadeias completas dentro do espaço urbano. Essas atividades são, em geral, típicas do terciário de vanguarda. De outro lado, os sistemas de produção regionais distribuídos entre espaços urbanos e não urbanos de uma região (os casos estudados referem-se à logística em Verona, o turismo em Évora, etc.). O primeiro caso não permite distinguir no processo de inovação, o papel da aglomeração e da proximidade: de fato, todos os elementos da cadeia são ao mesmo tempo próximos e aglomerados na mesma metrópole. O segundo caso, ao contrário, permite refletir sobre as especificidades do espaço urbano dentro da região e de construir novas hipóteses. Evidentemente, tem sido possível detectar empresas inovadoras em contextos rurais, mesmo em ramos de atividades tipicamente urbanas. Entretanto, os processos inovadores, a qualquer momento, sempre acabam passando pela cidade. A relação é menos direta que o pareça. O questionamento deve, portanto, ser ligeiramente deslocado da inovação propriamente dita para as capacidades de inovação (saberes, *savoir-faire*, informações, conexões com parceiros, etc.). No âmbito do processo de criação – e não simplesmente da difusão – da inovação, o aporte específico da cidade é o de se pesquisar as capacidades de inovação nos seus devidos locais de (re)produção e, mais precisamente ainda, em locais, em que se possa supor a indivisibilidades na oferta de serviços urbanos públicos ou privados. De fato, a teoria econômica explica a existência de sistemas de produção territoriais, pela existência de externalidades, e ela explica mais precisamente a cidade pela suas externalidades, vistas como produto das indivisibilidades. Observa-se, de imediato, que nem todas as externalidades aparecem em função das indivisibilidades: por exemplo, o capital relacional constitui uma parte importante das economias externas próprias de um meio produtivo, sem portanto, estar ligado a indivisibilidades.

Falar em termos de externalidades e indivisibilidades é, entretanto, insuficiente para uma abordagem dos meios inovadores. De fato, os conceitos da economia *standard* não levam em conta a organização dos sis-

temas de produção e das cidades. É por isso que Rémy e Voye (1992) propõem a noção de “Local de Interação e de Aprendizagem – LIA” para caracterizar a cidade. Esta noção não tem a mesma essência teórica desta indivisibilidade, mas os dois termos implicam-se frequentemente: o tecnopólo e a universidade, o centro financeiro e a bolsa, o distrito industrial e a feira industrial...

Concretamente, o que se entende por LIA junto à articulação da organização urbana e dos sistemas de produção? São os centros de formação e de pesquisa, as feiras industriais e comerciais, as organizações profissionais (sindicatos, câmaras de comércio, etc.), em alguns casos, os museus, “clubes” ou certos mercados sofisticados (bolsa, resseguro, etc.), mas também alguns lugares ou construções (*trade centers...*) ou mesmo as mídias. Se, por um lado, parece claro que tais LIA geram externalidades para os sistemas de produção, os mesmos também são constitutivos da cidade. Além disso, eles representam uma parte determinante das atividades urbanas. De fato, o que seria da economia das cidades sem universidades, sem hospitais universitários, sem as organizações de defesa dos interesses, sem as mídias, etc.?

Além do mais, a noção de LIA contém aspectos de centralidade, de permanência, a saber de especialização que contribuem para diferenciar claramente o urbano de outros contextos.

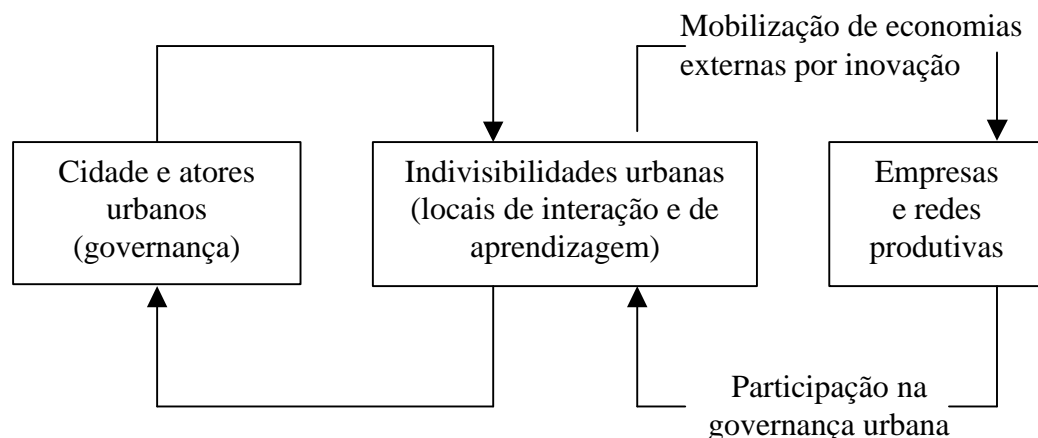
3.2 Continuação sobre as dinâmicas urbanas e produtivas

Depois de haver identificado as articulações e combinações essenciais entre cidade e inovação, entre indivisibilidades e interdependências produtivas, é necessário compreender como essas combinações podem ser geradas, ou na relação inversa, porque elas aparecem somente em determinados contextos? São as propriedades da cidade enquanto sistema auto-organizado que interessa aqui. Como emergem os LIA, as indivisibilidades e as economias externas que caracterizam a cidade? Como os atores mais particularmente ligados ao sistema de produção participam dessa emergência? Tudo faz parte do problema da governança urbana (figura 3).

Meios urbanos e meios produtivos podem perfeitamente coexistir sem, para tanto, manter qualquer relação entre si. O interesse trazido pela articulação entre meios produtivos e meios urbanos diz respeito à coordenação na gênese das indivisibilidades, de tal maneira que essas últimas sejam igualmente economias externas para o sistema de produção.

Entretanto é perfeitamente visível que os meios produtivos desenvolvem-se na cidade unicamente em função das externalidades geradas por eles mesmos, de sua própria autonomia. Do mesmo modo, cidades podem gerar indivisibilidades múltiplas, sem ser necessário para isso que essas últimas se articulem com os meios produtivos que aí se encontram.

Figura 3: As interações entre a dinâmica urbana e a dinâmica dos sistemas de produção através das indivisibilidades urbanas



Fonte: Ocre/ IRER/1999.

Percebe-se a emergência, entre os meios produtivos e os meios urbanos, de uma tipologia articulada em torno das formas de articulação dinâmica, da governança e relacionada com a gênese das indivisibilidades. Como já foi comentado anteriormente, a governança urbana relaciona-se com os mecanismos do comportamento de uma cidade de uma maneira não imposta do exterior, mas resultante da interação de um certo número de grupos que se influenciam mutuamente. Se o termo “governo” leva às instituições oficiais do Estado, a “governança” privilegia os mecanismos de governo que não repousam exclusivamente no poder público Stoker (1998). Desse ponto de vista, a partir de quais formas de governança são criados e evoluem os locais de interação e aprendizagem? Quais são os atores que participam desta governança ou que são excluídos dela? De onde eles vêm? De quais meios? Quais as modalidades de participação nas diversas formas de governança?

Os estudos efetuados no âmbito do GREMI V ilustram essas diferentes questões. A abordagem dos meios inovadores, aplicados em contextos muito variados, permitiu distinguir trajetórias diferenciadas, ligando os processos de inovação econômica, as modalidades de concorrência/cooperação e de governança e, enfim, da organização espacial. Logicamente, estes resultados não esgotam a problemática urbana: a cidade, o meio e a inovação são conjuntos relativamente autônomos e se articulam entre si apenas em determinados momentos e sob determinadas condições. Entretanto, eles permitem esclarecer certos aspectos da cidade ligados à produção econômica. Ao contrário, a teoria urbana enriquece a abordagem dos meios inovadores, por permitir uma melhor compreensão do impacto desta forma dominante de organização socioeconômica, que é a cidade.

Conclusões

Formulada por Philippe Aydalot, na metade dos anos 80, a idéia de que existem, no nível regional, meios que favorecem ou bloqueiam a inovação, foi desenvolvida e conceituada. Estabilizada há cerca de uma

década, a abordagem dos meios inovadores constitui hoje uma ferramenta sistemática de análise e compreensão das dinâmicas econômicas espaciais. Em que medida ainda é atual, do ponto de vista da pesquisa? Podemos distinguir dois eixos.

Primeiramente, a abordagem, tal como se apresenta formulada hoje, pode ser aplicada a campos diversos, como o demonstra a pesquisa sobre os meios urbanos. Atualmente o GREMI cria as bases para um programa de pesquisa sobre a dinâmica territorial dos recursos naturais e culturais. Numa época em que a imensa maioria dos recursos utilizados pelo sistema econômico são constructos, como se dão os processos de identificação, execução, criação e destruição dos recursos? Quais as formas de coordenação no âmbito das coletividades que elaboram esses processos? Como o território, legado da história e da geografia, co-determina essas dinâmicas?

A segunda direção de pesquisa, apenas esquematizada, consiste em reconsiderar os conceitos e as teorias da ciência econômica do ponto de vista do território. De fato, como sublinhado mais acima, a abordagem territorial dos problemas econômicos parte da idéia de que as noções mais simples não devem ser concebidas independentemente de seu contexto espacial e temporal. A poupança e o investimento, a concorrência, a cooperação, a substituição capital/trabalho, a empresa, a renda, etc. são noções que deveriam ser sistematicamente definidas nas suas formas espaço-temporal e, não de modo abstrato. De fato, o problema da ciência econômica não é hoje o de construir mais teorias- elas já são muito numerosas e contraditórias- e nem de identificar a boa teoria. A dificuldade é, sobretudo, a de identificar e compreender os mecanismos econômicos em funcionamento em um contexto concreto. Na realidade, é o contexto espacial e temporal que atribui as diversas formas de manifestação desses mecanismos. A dificuldade da explicação científica das dinâmicas econômicas não viriam exatamente do fato de não se encontrar “boas” teorias, mas por não se ter trabalhado suficientemente, a relação entre os mecanismos fundamentais da economia e sua inserção no tempo e no espaço. Mais precisamente, o território é, ao

mesmo tempo, a marca e matriz da concorrência, da cooperação e das combinações entre capital e trabalho pela tecnologia, etc. As transformações econômicas e as do quadro temporal e espacial explicam-se uma à outra. Por exemplo, pelo que se tem conhecimento, nunca se chegou a explicitar as espacialidades e as temporalidades subjacentes à teoria keynesiana ou às abordagens neoclássicas. Entretanto pode-se supor que elas não passam de casos particulares de mecanismos econômicos mais gerais, inseridos em contextos espaciais e temporais que lhes dão forma específica. Desse modo, espaços nacionais, com circuitos econômicos próprios e um horizonte relativamente curto, estariam dando sua forma à teoria keynesiana; um espaço puntiforme com a instantaneidade dos ajustes determina os mecanismos considerados na abordagem neoclássica; etc. A abordagem dos meios inovadores, ainda limitada a suas ambições e seus resultados, talvez seja, hoje, a que mais tenha avançado nessa direção.

N.d.E.: Artigo traduzido do francês por Cleonice Alexandre Le Bourlegat.

Referências bibliográficas

- ASHEIM, B. Industrial Districts as Learning Régions: A Condition for Prosperity? *European Planning Studies*. n. 4, p. 379-400, 1996.
- ASHEIM, B.; COOKE Ph. Local Learning and Interactive Networks in a Global Economy. In: OINAS, P.; MALECKI, E. (eds.). *Making Connections: Technological Learning and Régional Economie Change*. Aldershot: Ashgate, 1999. p. 145-177
- AYDALOT, Ph. (éd.). *Milieux innovateurs en Europe*. Paris: GREMI, 1986.
- BRAMANTI, A.; RATTI, R. The Multi-Faced Dimensions of Local Development. In: RATTI, R.; BRAMANTI, A.; GORDON, R. (eds.). *The Dynamics of Innovative Régions. The GREMI Approach*, Aldershot, Ashgate, p. 3-45, 1997.
- CAMAGNI, R. Global Networks and Local Milieu: Towards a Theory of Economie Space. In: CONTI, S.; MALECKI, E.; OINAS, P. (eds.) *The Industrial Enterprise and its Environment: Spatial Perspectives*. Aldershot: Ashgate, 1995. p. 195-215.
- CAMAGNI, R. *Principes et Modèles de l'Économie Urbaine*. Paris, Économica, 1996.
- CAMAGNI, R. Avant-propos. In: CREVOISIER, O.; CAMAGNI, R. *Les milieux urbains: innovation, systèmes de production et ancrage*. Neuchâtel: EDES, 2000. p. 1-5.
- COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Politiques technologiques locales et création de ressources spécifiques. In: RALLET, A.; TORRE, A. (éd.). *Économie industrielle et économie spatiale*. Paris: Économica, 1995. p. 445-463.
- CREVOISIER, O. Proximity and Territory versus Space in Régional Science. *Environment and Planning A*, Vol. 28, p. 1683-1697, 1996.
- CREVOISIER, O.; FRAGOMICHELAKIS, M.; HAINARD, F.; MAILLAT, D. *La dynamique des savoir-faire*. Zurich: Seismo, 1996.
- CREVOISIER, O.; CAMAGNI, R. *Les milieux urbains: innovation, systèmes de production et ancrage*, Neuchâtel: EDES, 2000.
- GILLY, J.-P.; TORRE, A. *Dynamiques de proximité*. Paris: L'Harmattan, 2000.
- HODGSON, G. The Approach of Institutional Economies. *Journal of Economie Littérature*, n. 34, p.166-192, 1998.
- KLINE, S.; ROSENBERG, N. An Overview of Innovation. In: LANDAU, R.; ROSENBERG, N. (eds.). *The Positive Sum Strategy*. Washington: National Academy Press, 1986. p. 275-305.
- MAILLAT, D.; PERRIN, J.-C. (éd.). *Entreprises innovatrices et Développement territorial*. Neuchâtel: GREMI/EDES, 1992.
- MAILLAT, D.; QUÉVIT, M.; SENN, L. (éd.). *Réseaux d'innovation et Milieux innovateurs: un pari pour le développement régional*. Neuchâtel: GREMI/EDES, 1993.
- MAILLAT, D.; KÉBIR, L. 1999. Learning Région et systèmes de production territoriaux. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, n. 3, p. 429-447. RERU 2001, I, p. 153-166.
- MOKYR, J. Urbanization, Technological Progress, and Economie History. In: GIERSCH, H. (éd.), *Urban Agglomération and Economie Growth*, Heidelberg, Springer, p. 3-38.
- OINAS, P.; MALECKI, E. 1999. Spatial Innovation Systems. In: OINAS, P.; MALECKI, E. *Making Connections: Technological Learning and Régional Economie Change*. Aldershot: Ashgate, 1995. p. 7-33.
- RATTI, R.; BRAMANTI, A.; GORDON, R. (eds.). *The Dynamics of Innovative Régions. The GREMI Approach*, Aldershot: Ashgate, 1997.
- RÉMY, J.; VOYÉ, L. *La Ville: Vers une nouvelle définition?* Paris: L'Harmattan, 1992.
- SASSEN, S. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- STENGERS, I. *L'invention de la science moderne*. Paris: Flammarion, 1995.
- STOKER, G. Cinq propositions pour une théorie de la gouvernance. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n. 155, p. 19-30, 1998.
- STORPER, M. *L'économie de la région: les relations comme actifs économiques*, Communication au Colloque de l'ASRDLF: Toulouse, 1995.
- VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- WILLIAMSON, O. *The Economie Institutions of Capitalism: Firms, Market, Relational Contracting*. New York/London: The Free Press/MacMillan, 1985.

Desenvolvimento local e relações de proximidade: conceitos e questões

Local development and proximity relationships: concepts and questions

Desarrollo local y relaciones de proximidad: conceptos y cuestiones

André Torre

Instituto Nacional de Agronomia – Paris-Grignon (INA-PG)

contato: torre@inapg.inra.fr

Resumo: Atualmente, a noção de “proximidade” encontra-se tanto no programa eleitoral de políticos quanto na linguagem publicitária utilizada por bancos ou hiper-mercados, numa forma de demonstração de cuidados para com o interesse público em âmbito local. O termo terminou por chegar à comunidade de economistas: o desempenho das empresas é explicado com base em seu entorno produtivo e institucional imediato, assim como em suas relações de troca, de concorrência e de cooperação. No texto abaixo, reflete-se sobre a noção de proximidade tal como empregada na análise econômica, com base na distinção entre “proximidade geográfica” e “proximidade organizada”. Para tanto, considera-se a noção de “externalidade”, ou seja, o conjunto de resultados de atividades que causam benefícios ou danos incidentais a terceiros, sem que o gerador da externalidade receba compensação direta ou arque necessariamente com ônus eventuais.

Palavras-chave: Proximidade organizada; externalidade; Desenvolvimento Local.

Abstract: At the moment, the notion of “proximity” is found both in the political electoral programs as well as in the language of publicity, used by banks and hyper markets, in such a way as to show care for the local public interest. The word finally arrived in the economists’ community: the performance of companies is explained based on their immediate productive and institutional profile, as in exchange relationships of competition and of cooperation. The text below reflects on the notion of proximity as used in economic analysis based on the distinction between “geographical proximity” and “organized proximity”. For this, the notion of “externality” is considered, or rather, the set of results of activities that cause benefits or incidental harm to third parties, without the generator of externality receiving direct compensation or necessarily taking on the eventual onus.

Key words: Organized proximity; externality; Local Development.

Resumen: Actualmente la noción de “proximidad” se encuentra tanto en programa electoral de políticos como en lenguaje publicitaria utilizada por bancos o hiper mercados, como forma de demostración de cuidados en relación al interés público en el ámbito local. El término por fin llega a la comunidad de economistas: el desempeño de las empresas se explica con base en su entorno productivo e institucional inmediato, así como en sus relaciones de cambio, competencia y de cooperación. En el texto que sigue, se refiere sobre la noción de proximidad, tal como la empleada en el análisis económico, con base en la distinción entre “proximidad geográfica” y “proximidad organizada”. Por lo tanto, se considera la “externalidad”, o sea, el conjunto de resultados de actividades que causan beneficios o daños incidentales a terceros, sin que el gerador de la externalidad reciba compensación directa o arque necesariamente con costes eventuales.

Palabras claves: Proximidad organizada; externalidad; Desarrollo Local.

1. Introdução

Atualmente, as questões de proximidade provocam um grande interesse em vários setores da sociedade. Na França, esse termo encontra-se tanto no programa eleitoral de políticos quanto na linguagem publicitária utilizada por bancos ou hiper-mercados, numa forma de demonstração de cuidados para com o interesse dos consumidores. Ainda que, muitas vezes, a noção permaneça vaga e o uso do termo “proximidade” abarque situações de distintas naturezas, o entusiasmo terminou por chegar à comunidade de economistas, apesar de sua tendência a rejeitar novidades. O termo é forte o suficiente para motivar a realização de congressos como o “Third Congress on Proximity” (Paris, dezembro de 2001), para justificar a edição de um número especial do *Cambridge Journal of Economics* (1999), ou para dar origem a diversos títulos bibliográficos.

Esse interesse deve-se aos rumos atuais

das ciências econômicas que, com maior frequência, se debruçam sobre a análise do entorno de empresas ou de indivíduos. Passou-se, progressivamente, de pesquisas centradas prioritariamente sobre empresas independentes e seu funcionamento interno a pesquisas sobre os conjuntos nos quais essas empresas se inserem, sejam eles sistemas produtivos ou redes de produção e de inovação. Da mesma forma, a concepção de agente representativo disputa lugar, hoje, com análises sobre o indivíduo inserido em suas relações sociais de natureza pessoal ou comunitária. O desempenho das empresas é amplamente explicado com base em seu entorno produtivo e institucional, assim como em suas relações de troca, de concorrência e de cooperação, relações entretidas com outros atores econômicos, muitas vezes situados a pequena distância, no âmbito de estratégias de interação. Paralelamente, compreendem-se os indivíduos como pertencentes a comunidades ou a redes de distinta natureza, com

as quais esses indivíduos mantêm relações à distância ou relações de proximidade.

Ao se considerarem tais abordagens com a seriedade necessária, nota-se que o estudo das relações de proximidade nada mais é do que um alargamento do quadro inicial de análise das estratégias industriais com base no entorno local da empresa. Esse gênero de estudo, segundo Lawson (1999), tornou-se fundamental e propenso a abordagens inovadoras. Esse tipo de estudo deve se estender ao entorno local de atores que chamaremos de “agentes ubíquos”, ou seja, atores presentes ao mesmo tempo aqui e alhures, que mantêm relações concomitantes de conflito e de cooperação com seus vizinhos, além de conservarem sua conexão com redes de pessoas em localização distante. No texto abaixo, interrogam-se as origens da noção de proximidade na análise econômica, passando-se, em seguida, à apresentação dos elementos necessários à compreensão das dinâmicas de proximidade. Para tanto, serve-se da distinção, doravante clássica, entre proximidade geográfica e proximidade organizada, tal como estudada pelos pesquisadores ligados ao “Dynamiques de Proximité”, grupo de pesquisas interinstitucional sediado na França.

2. A noção de “proximidade” nas análises econômicas

O recente interesse pela questão da proximidade não deve permitir que se esqueça o fato de que tal noção aparece desde há muito tempo nas análises econômicas, mesmo que surja de forma incidental ou velada. De qualquer forma, o recorrente esquecimento do espaço é mesmo uma das características próprias das ciências econômicas! Sem entrar num recenseamento cansativo da literatura versando sobre o tema da proximidade, lembremos que tal noção ocupa um importante lugar em certos autores que tratam de integrar o espaço na análise econômica, estudiosos entre os quais se destacam von Thünen et Marshall.

Von Thünen (1826) analisa os efeitos da proximidade pelo viés das vantagens da localização. Sua explicação da localização das atividades urbanas e agrícolas versa sobre as forças econômicas que agem na

escala de uma cidade (centro de mercado) situada em meio a uma zona rural agrícola pouco desenvolvida. As localizações de primeira ordem encontram-se no centro do sistema, enquanto as outras decrescem segundo círculos concêntricos. Nesse caso, busca-se a proximidade da cidade, pois a renda referente à localização depende das diferenças de custo de transporte. Encontra-se essa idéia em diferentes trabalhos teóricos que se inspiram do esquema de Von Thünen. Por exemplo, Alonso (1964) e Fujita (1989) privilegiam o estudo da ocupação urbana do solo, mas sempre em função da proximidade do centro da cidade. Tal como demonstra a nova Economia Urbana, essa variável é determinante na alocação de solos para uso industrial, comercial ou residencial em áreas urbanas, particularmente na implantação do chamado “comércio de proximidade”.

Com frequência, estudos fazem referência à contribuição de Marshall (1890), cujas idéias constituem ao mesmo tempo o ponto de partida tanto das pesquisas sobre a economia de aglomerados urbanos quanto das análises mais recentes centradas em distritos industriais. De fato, Marshall sublinha as vantagens da proximidade na localização das empresas que, por se encontrarem em um mesmo local, recebem benefícios. Esses benefícios decorrem da divisão espacial do trabalho ou, ainda, dos efeitos de transbordamento local (“local spillover”) ilustrados pela célebre frase de Alfred Marshall, que afirma: “the secrets of industry are in the air”. As mesmas vantagens da produção em larga escala podem também incidir nas concentrações, sobre um dado território, de um grande número de firmas especializadas, ligadas a um mercado de trabalho específico. Contudo, tanto aqui quanto em von Thünen, a caixa preta com informações sobre as relações externas da proximidade permanece fechada, e a análise centra-se sobretudo no estudo dos fenômenos ligados às dinâmicas de proximidade, sem o que segredo de suas origens seja realmente desvelado.

2.1 A entrada da noção de proximidade nas análises tradicionais

Ao mesmo tempo em que a questão da proximidade posta-se no núcleo de inúmeras

abordagens tradicionais, o próprio termo é raramente empregado e, com frequência, é ocultado sob o véu de referências a conceitos tecnicistas. Assim, na literatura tradicional, a análise da função dos “spillovers” geográficos nos processos de aglomeração ocupou, durante muito tempo, um lugar de destaque, sobretudo a partir dos trabalhos conduzidos por Marshall em torno desse tema. Citem-se, por exemplo, os trabalhos de Pred (1966) sobre o papel da informação nos processos de urbanização, ou, ainda, os estudos de Utterback (1974) sobre a importância dos contatos interpessoais no estabelecimento de processos localizados de interações. Também Lucas (1988) interroga-se sobre as razões pelas quais os agentes econômicos concentram-se no centro de Chicago ou de Manhattan, apesar do preço elevado e do eventual desconforto físico, quando o ônus é menor em inúmeros outros locais. Lucas sugere uma resposta simples: esses agentes desejam posicionar-se em mútua proximidade. Também nesse autor, a proximidade é, no melhor dos casos, considerada como uma variável causal, dotada de fortes virtudes, sem que os ingredientes de sua composição sejam realmente estudados.

É curioso observar que, de fato, é de uma idéia vizinha que se derivou parte das pesquisas conduzidas no âmbito da nova geografia econômica. Os fenômenos de aglomeração, analisados por Krugman (1991) e seus diversos seguidores, sempre tangenciam hipóteses relacionadas à proximidade, visto que os estudos sublinham, de forma recorrente, a necessidade de concentração dos agentes e das empresas. Tal já se percebe, em termos de externalidades espaciais, nas abordagens de Papageorgiou e Smith (1983), baseadas na hipótese de que os indivíduos têm uma propensão fundamental a estabelecer interações e a buscar o contato social (considerado como uma necessidade humana elementar que não se exprime, necessariamente, nas relações de mercado). Cada agente beneficia-se, nesse caso, das externalidades espaciais positivas produzidas pelos outros, numa relação cuja intensidade decresce com o aumento das distâncias. É a própria existência e as propriedades dessas externalidades que favorecem os processos de aglomeração, visto que os agentes em busca de contatos procuram se

aproximar uns dos outros. O equilíbrio espacial inicial pode então se deslocar abruptamente, e a busca de contatos contribui para explicar a formação de cidades ou de áreas espacialmente concentradas. Nesse caso, considera-se como indiscutível a idéia de que a necessidade de contato satisfaz-se pela proximidade entre agentes econômicos, noção cuja prova ainda resta por se confirmar. Os modelos de economia geográfica tentam construir, com base nesses fundamentos, uma teoria da formação das cidades; para tanto, estende-se às empresas a idéia da necessidade de contatos, dizem os estudos de Ogawa e Fujita (1989). Coloca-se em relevo a troca de informações ao longo do processo de produção, troca pela qual as firmas sempre procuram; nesse caso, as informações são consideradas como um bem público impuro cuja conservação e aquisição são favorecidas pela concentração de agentes em um mesmo espaço. Os produtores tendem a se agrupar para se beneficiarem dessas externalidades positivas de proximidade, isto é, da informação que circula com maior facilidade em um perímetro restrito, tendendo a se diluir com o aumento das distâncias.

Na nova economia geográfica, as análises centradas no crescimento das rendas associam, de forma menos linear, os processos de polarização das atividades à existência de relações de proximidade, pois essas análises sublinham, com mais frequência e intensidade, a importância dos custos de transporte, conforme estudos de Krugman (1991); a relevância das relações a montante e a jusante entre empresas locais, como em Venables (1996); ou, ainda, o papel de fatores como a indivisibilidade ou a preferência pela variedade, cuja dimensão espacial permanece sem verificação. Em compensação, as análises em termos de concorrência espacial tentam, desde Hotelling (1929), trazer uma resposta à seguinte questão: a localização da firma deve acontecer em proximidade ou à distância das outras empresas? As soluções propostas dependem dos preços e do grau de diferenciação dos produtos. A opção pela distância na implantação dos concorrentes constitui, na realidade, o fiel da balança na estratégia da diferenciação dos produtos. Se não há diferenciação de produtos, deduz-se

que, para as empresas, é legítimo optar pela diferenciação espacial, fato que conduz à afirmação do princípio de substituição entre diferenciação geográfica e diferenciação espacial.

Referir-se a Hotelling é fundamental, pois esse pesquisador demonstrou que a concorrência pela clientela constitui uma força centrípeta que leva os vendedores a se concentrarem geograficamente. Nesse tipo de análise, os consumidores dispõem-se ao longo de uma cidade linear para a qual discute-se a questão da localização de duas empresas. Em se desconsiderando o preço dos produtos, a ambos os vendedores é interessante localizarem-se no centro do mercado (conforme o equilíbrio de Nash em estratégias puras), eventualmente frente a frente, para se facilitar ao máximo o acesso à clientela. Mas não é obrigatoriamente o que ocorre quando se consideram os preços, segundo os trabalhos de d'Aspremont, Gabszewicz e Thisse (1979). A situação de diferenciação espacial dos produtos interfere nas empresas, incitando-as, num segundo momento, a reduzirem os preços para tentarem se apropriar do conjunto do mercado, mormente se essas empresas estão localizadas em proximidade da clientela. Em consequência, os vendedores optarão preferencialmente por se instalarem nas extremidades do mercado e privilegiar a separação no espaço ao detrimento da proximidade com a clientela. A concorrência em preços apresenta-se, por esse viés, como uma força centrífuga, e a proximidade somente é buscada em casos de diferenciação de produtos. Dessa forma, há substituição entre diferenciação geográfica e diferenciação de produtos, pois, para enfrentar os efeitos centrífugos da concorrência em preços, os vendedores servem-se da diferenciação da produção, a fim de avizinham-se dos consumidores e de suas idiosincrasias.

No conjunto, esses modelos todos se caracterizam por uma tensão entre a concorrência (que leva as empresas a se afastarem para obterem espaços de venda) e a busca das vantagens inerentes à proximidade dos clientes (vantagens de mercado) ou dos próprios concorrentes (com suas externalidades positivas). Os benefícios da proximidade, que muito se enfatizam, raramente são explicitados, além de serem intensamente confundidos com o próprio processo de

aglomeramento espacial, com o qual a proximidade pode contribuir sem estar necessariamente associada ao processo.

2.2 Para abrir a caixa-preta das relações de proximidade

Os estudos até agora examinados distinguem-se por duas características principais: a primeira é o interesse pelas relações de proximidade; a segunda consiste no fato de se considerar essas relações como uma variável causal, sem que se analise seu conteúdo. Outros trabalhos buscaram abrir a caixa-preta das externalidades da proximidade por intermédio da interpretação simultânea de sua significação e de seu conteúdo. Esses trabalhos centram-se, majoritariamente, na questão das firmas e de sua busca por laços de proximidade.

Derivada dos trabalhos de Marshall e de Hoover na esfera da economia de aglomerações, a corrente tradicional de análise dos fatores de localização enfrenta a concorrência de pesquisas que tentam avançar e explicar as próprias causas dos fenômenos de externalidade, por intermédio de trabalhos que sublinham as virtudes da localização de várias empresas em um perímetro restrito. As correntes de pesquisas centram-se em três principais aspectos do processo de concentração e amarração espacial de empresas: a especificidade do capital humano; a flexibilidade das relações extra-mercadorias; a criação e o implemento de inovações (aqui tomadas como parcelas de conhecimento).

No que toca ao capital humano, Pyke, Becattini e Sengenberger (1990) são os primeiros a apresentarem pesquisas sobre os sistemas localizados de produção, no período em que surgem sinais da competitividade coletiva de pequenas firmas agrupadas num mesmo perímetro. Retomando a antiga noção de distrito proposta por Marshall para qualificar certas zonas localizadas de crescimento, Becattini, ao detrimento do estudo de firmas isoladas, analisa um grupo de pequenas empresas e suas relações mútuas. A característica mais evidente do distrito industrial é a de que, numa área geográfica bastante delimitada, estabelecem-se em rede várias empresas, por meio de relações de concorrência e de cooperação; todavia, a

questão preponderante deve ser encontrada na análise das causas da localização das empresas e da fidelidade a uma área geográfica precisa.

O distrito industrial não resulta de uma concentração (acidental) de empresas atraídas por fatores iniciais favoráveis, tais como, por exemplo, os recursos primários; resulta antes de um enraizamento de natureza organizacional no território, fato que dificulta aos produtores desligarem-se dos laços ao lugar. Essa ligação privilegiada deve-se à existência de externalidades da proximidade, que são tanto geradoras de efeitos positivos quanto patrimônio comum aos estabelecidos no distrito, que se tornam responsáveis pela amarração das empresas nesse território. Um dos mais importantes fatores dessas externalidades é a presença local de recursos humanos, depositários de um saber especializado resultante da acumulação de aprendizados sucessivos. Essa presença traz características que geram certos efeitos de externalidades de proximidade. Inicialmente, as empresas estão seguras de que podem encontrar, em seu entorno imediato, competências que seria difícil encontrar alhures, fato que contribui para aumentar a fidelidade e a preferência pelo distrito. Posteriormente, os trabalhadores, estando qualificados, podem se tornar empreendedores independentes, criando-se, dessa forma, uma atividade ao modo de enxame.

Quanto às relações que se estabelecem em âmbito externo à troca de mercadorias, pesquisas sobre as externalidades da proximidade sublinham os vínculos horizontais que atuam em áreas localizadas de produção. O questionamento da análise tradicional das economias externas inicia-se, aqui, pela supressão das fronteiras da empresa, a favor de uma organização em rede, tal como a que se pode encontrar no caso emblemático do Vale do Silicó, sustenta Saxenian (1994). Para além das características puramente ligadas às especificidades das tecnologias concernentes, arrolam-se então três dimensões fundamentais à origem da competitividade desses sistemas industriais: existência de instituições locais fiadoras da circulação de uma cultura local; especificidade da organização interna das firmas; presença de uma estrutura industrial diferenciada, baseada na

recorrência de ligações entre os atores locais.

Segundo autores como Glasmeier (1988) ou Maskell (1998), a chave da performatividade desses sistemas deve ser buscada sobretudo na geração interna de externalidades de proximidade. Tal geração apóia-se em dois fatores essenciais: uma organização interna flexível e importantes relações extra-comerciais. A comunicação entre concorrentes potenciais apresenta-se, assim, como um empenho à favor da flexibilidade, em um sistema que se determina pela rapidez das mudanças decorrentes da grande volatilidade dos mercados e da evolução das tecnologias de ponta. A facilidade e a frequência com que se estabelecem interações encontram-se à origem da criação de uma rede local, às malhas da qual a empresa se prende, tornando-se passível de se beneficiar de avanços tecnológicos, ou de compartilhar suas descobertas com a vizinhança imediata. Essa partilha de informações ocorre, com frequência, de maneira informal, não abrindo espaço a transações, realizando-se a difusão de conhecimentos por intermédio de interações recorrentes e de circulação de trabalhadores entre as diferentes empresas do local. Lundvall (1992) e Nelson (1993) propõem uma análise semelhante quanto aos sistemas nacional e local de inovação, idéias que se baseiam na disponibilização coletiva e compartilhada de competências no âmbito de agrupamentos localizados de firmas, o que vale também para os meios inovadores, no entender de Bramanti e Ratti (1998). Nesse sentido, Maskell e Malmberg (1999) mostram as formas de atuação da proximidade, notadamente no que tange à natureza interativa dos processos de aprendizagem e formação, fato que introduz uma dimensão geográfica na análise. Nesse caso, os benefícios da proximidade tornam-se forças de aglomeração, ao incidirem sobre as firmas engajadas nos processos de interação.

No tocante ao implemento de inovações (tomadas como parcelas de conhecimento), os fundamentos micro-econômicos das externalidades de proximidade são tratados por Feldman (1994) em seus trabalhos de geografia de inovações, nos quais analisam-se os processos de concentração espacial de inovações, seja no âmbito de regiões, seja no de áreas geográficas menos

extensas, tendo-se como ponto de partida a noção de proximidade. A inovação, como já havia demonstrado Hagerstrand (1967) em trabalhos pioneiros, concentra-se intensamente em certas zonas, nas quais encontram-se não apenas unidades de produção, mas também laboratórios de pesquisas privados e instituições ligadas à pesquisa acadêmica, como laboratórios públicos e universidades. Essas evidências empíricas reafirmam a importância das relações de proximidade na geração de novas tecnologias. Jaffe, Trajtenberg e Henderson (1993) sustentam, ademais, a forte relação entre tais aspectos e a concentração espacial das atividades industriais, tanto que Anselin, Varga e Acs (1997) concluem que a localização de empresas, assim como a competitividade de certas áreas de produção, muito além das relações puramente industriais, dependem também dos laços entre ciência e indústria.

Essa análise reporta-se à própria natureza do conhecimento, que seria apenas parcialmente apropriável, fato que gera efeitos de transbordamentos involuntários de uma empresa ou de uma instituição para outras. O caráter localizado da transmissão se deve ao fato de que o conhecimento atravessa mais facilmente corredores e ruas do que continentes e oceanos, nas palavras de Feldman (1994). Assim, as indústrias marcadas por importantes efeitos de transbordamento vêem o fortalecimento de sua competitividade em casos de concentração geográfica, como afirmam Audretsch e Feldman (1996). As externalidades de proximidade são decorrentes da própria natureza do conhecimento, e a inovação passa a ser considerada como um processo cognitivo, distintamente da informação, que pode ser transmitida à distância sem prejuízos, devendo a transmissão do saber ser realizada de forma totalmente estandarizada. As primeiras etapas do desenvolvimento da tecnologia solicitam, de fato, uma forte comunicação entre os atores, interações reiteradas que estabelecem códigos e linguagens compartilhados, assim como um processo de interpretação e de tradução dos saberes tácitos parciais, com a respectiva transformação do conjunto desses fatores em questões operacionais, tal como ensinam Amin e Wilkinson (1999). Todavia, Rallet e Torre (2001) ressal-

vam que a assimilação entre conhecimento tácito e relações de proximidade ainda solicitam estudos que confirmem tais hipóteses de trabalho.

Como sustentam Largeron e Auray (1998), para a noção de proximidade há várias definições matemáticas distintas, todas de inspiração euclidiana, mas podem-se imaginar medições do tipo topológico ou pré-topológico, como, por exemplo, em termos de aderência ou de vizinhança de um conjunto, tal como apontam Matula e Sokal (1980). Por exemplo, no caso em que, entre i e um elemento y qualquer, pertencente a um conjunto A , a distância é inferior ao patamar s , e que, entre i e um elemento z qualquer de A , a distância é inferior ao patamar s , então i se encontra na proximidade de A , assim como todos os i que tenham as mesmas propriedades (AURAY et al., 1998). Ademais, as proximidades podem ser múltiplas, e podem, em função dos critérios escolhidos, induzir vizinhanças diferentes, de forma que um elemento qualquer estará tanto mais próximo de x quanto maior for o número de vizinhanças de i a que pertence. Aplicações desses conceitos começam a aparecer na literatura especializada, indicam Steyer e Zimmermann (1998).

Pesquisas alternativas realizam-se na França, atualmente, sobre as características, os efeitos, as vantagens e os inconvenientes das relações de proximidade. Esse trabalho é feito principalmente pelo grupo "Dinâmicas de Proximidade", que centra sua atenção na dimensão espacial dos fenômenos de organização econômica. Os resultados encontram-se distribuídos em uma importante quantidade de estudos (ver, por exemplo, BELLET, COLLETIS e LUNG, 1993; RALLET e TORRE, 1995; BELLET, KIRAT e LARGERON, 1998; GILLY e TORRE, 1998; GILLY e TORRE, 2000b). Essas pesquisas constataam a existência e a persistência de laços de proximidade entre indivíduos ou empresas, fato que se contrapõe à idéia de que a globalização destrói as relações locais, assim como à idéia, radicalmente oposta, de que se caminha, inelutavelmente, rumo à polarização. As evidências empíricas dão como falsa a tese de que o implemento das comunicações à distância e das trocas internacionais levaria ao desaparecimento do

local, em proveito da generalização do teletrabalho ou do estabelecimento dos domicílios familiares fora das metrópoles. É igualmente questionável a tese da monopolização exclusiva no âmbito de conjuntos dominantes, caso em que a concentração das atividades no núcleo das metrópoles se realizaria na forma de hierarquia entre centro e periferia. Constata-se, ao contrário, a permanência de agrupamentos humanos e de redes de pólos. Todavia, os trabalhos aqui apresentados não representam, de forma alguma, unicamente a defesa e a ilustração das virtudes da proximidade, pois, se o espaço local pode ser veículo de desenvolvimento e dinamismo, ele pode também ser um fator de bloqueamento ou desconfiança.

3. Diferenciação entre proximidade geográfica e proximidade organizada

A proximidade organizada esteia-se em dois aspectos lógicos distintos: pela lógica do pertencimento, são organizacionalmente próximos os atores que pertencem ao mesmo espaço de relações (firma, rede...), ou seja, atores que se entrelaçam mutuamente por meio de interações de diferentes naturezas; pela lógica da similitude, são próximos os atores que se agrupam, ou seja, que possuem o mesmo espaço de referência e compartilham os mesmos saberes, de tal forma que se torna importante a dimensão institucional. No primeiro caso, é da efetividade de coordenações que depende o pertencimento a um mesmo conjunto; no segundo caso, é da relação de similitude das representações e dos modos de funcionamento que depende a proximidade.

Enquanto a proximidade organizada trata da separação econômica e das ligações no plano de organização da produção, a proximidade geográfica trata da separação no espaço e dos laços no plano das distâncias, com base tanto na idéia de espaço geonômico (cf. PERROUX), quanto em aspectos relacionados à própria localização das empresas, integrando-se à reflexão a dimensão social dos mecanismos econômicos, noção a que se denomina “distância funcional”. Em outras palavras, a referência às contingências naturais e físicas, claramente inscrita em sua definição, não esgota o seu significado que,

por sua vez, compreende igualmente aspectos de construção social tais como as infraestruturas de transporte (do qual depende o tempo de acesso) ou, ainda, os recursos financeiros (dos quais depende o uso de certas tecnologias de comunicação).

É a articulação entre essas duas variáveis que provoca e justifica as pesquisas conduzidas pelo grupo “Dynamiques de proximité”. Observações *in loco* demonstram, por exemplo, que um distrito industrial combina, em sua definição, ambas as variáveis, visto sua constituição por empresas interligadas simultaneamente por relações de similitude e de pertencimento, empresas que se encontram à pequena distância funcional uma das outras. Uma empresa que deseje se apropriar de um *savoir-faire* externo irá inquirir sobre seu entorno produtivo imediato e sobre as empresas portadoras das competências necessárias: o ideal será que ambos os fatores se complementem.

3.1 O papel central das interações

As definições da noção de proximidade fundam-se na existência de interações – de natureza espacial e organizacional – entre atores, entre objetos técnicos ou, ainda, entre atores e objetos. Essas definições recusam a referência exclusiva aos custos de transporte sobre os quais se esteia a análise espacial convencional (dependente de uma lógica baseada em distâncias), assim como a referência exclusiva à concepção física da relação entre atores e lugares.

Essas interações podem assumir diferentes tipologias (formais ou informais, comerciais ou extra-comerciais) e concernem as relações agente-agente (adoção e difusão das inovações, por exemplo), agentes-inovações (atividades coletivas de inovação) e inovações-inovações (complementaridades tecnológicas)... A distinção entre interações de natureza intencional e não intencional é portadora de sentido. Na realidade, ela permite que se estabeleça uma fronteira entre as dimensões que dependem do papel dos atores e aquelas relativas às condições técnicas ou de distância; portanto, ela permite também que se justifique analiticamente a introdução da ação dos agentes econômicos na análise da proximidade, sem entretanto

esmaecer o importante papel de elementos tais como os bens não rivais ou os fatores relativos ao entorno. A fronteira entre as duas dimensões é, com certeza, válida apenas quando se trata de recortes instantâneos, pois as externalidades constatadas ao longo do tempo podem resultar de uma criação deliberada realizada ao longo de um período precedente.

A análise das interações não intencionais teve grande sucesso em estudos de economia regional no âmbito das economias de aglomerações. A noção de efeitos externos, que emerge de forma implícita nessa forma de análise, merece ser relembrada e interrogada à luz dos recentes avanços que, em particular, são marcados pela encampamento dessa idéia por parte de autores voltados às questões de desenvolvimento, de funcionamento de redes ou de adoção de tecnologias. Essa noção fornece, na realidade, a chave para a leitura de uma série de interações que incorporam simultaneamente as dimensões espaciais e industriais. Além do mais, quando essa noção é confrontada à distinção entre proximidade geográfica e organizacional, ela fornece elementos para a compreensão dos processos de desenvolvimento e de aglomeração em âmbito local.

Torna-se evidente a existência de duas dimensões das externalidades que, com frequência, estão intimamente associadas, e que remetem respectivamente às relações de mercado ou às extra-mercadológicas.

Primeiramente, as externalidades tecnológicas decorrem de interdependências extra-mercadológicas e são o tema de inúmeros estudos dedicados às questões de economia espacial e regional. Neste caso, o que nos interessa sobremaneira é a dependência em relação ao eixo de empresas em proximidade, pois ela revela que os fatores de aglomeração e de localização dos atores em proximidade, engendrados pelos efeitos externos que se operam entre empresas, podem rapidamente assumir uma dimensão irreversível em um dado território, pois a especialização em uma certa trajetória (eficaz ou nociva) gera êxito ou malogro a partir da repetição dos esforços ou dos erros, e não da superioridade intrínseca da combinação de fatores escolhida. É também o que ocorre com as firmas que se instalam em uma

área de produção com o objetivo de aproveitarem os efeitos externos locais e, posteriormente, encontram-se bloqueadas pelos elementos constritivos existentes no eixo formado pelas empresas.

Por sua vez, as externalidades financeiras retomaram recentemente seu lugar de destaque em diversos estudos, inclusive na economia geográfica, que vê nessa noção uma forma cômoda de integrar a noção de custos de transporte. Essas externalidades referem-se à circulação de tipo comercial, particularmente no caso dos efeitos de preço, e nos interessam na medida em que revelam as capacidades de polarização de grandes empresas ou de grupos de atores no âmbito local, sejam elas realizadas, por um lado, pelo viés das relações de compra e venda ou da implementação de relações de terceirização, sejam elas derivadas, por outro, dos vínculos entre a produção das empresas e o consumo de seus produtos por assalariados. Em seqüência aos trabalhos de Perroux e de Mirdal, interessa-nos aqui a retomada analítica das dimensões produtivas, em seu sentido mais abrangente, ou seja, aquele relativo às etapas da fabricação dos bens. Pela reintrodução dessa dimensão estrutural, um pouco negligenciada nos dias de hoje, é o próprio tecido produtivo dos sistemas locais que se encontra reassentado no primeiro plano da análise.

O estudo das interações de natureza intencional (trocas comerciais, contratos, relações de interação e de parceria) incide sobre um conjunto ainda mais efervescente, ou seja, o das modalidades de ação dos agentes, ação individual (mesmo socializada) ou coletiva. Limitemo-nos às interações cujo objetivo consiste na criação de laços entre parceiros, ao detrimento das relações de concorrência ou de ameaça: trata-se aqui de relações de cooperação, de confiança, de conflitos, de trocas de informações técnicas, de consolidação de parcerias, etc. Essas relações podem ter um fundamento puramente relacional, quando o assunto é, por exemplo, conquistar a confiança de um vizinho, ou garantir a neutralidade de terceiros em uma operação de natureza econômica. Mas, a partir do momento em que nos interessamos prioritariamente pelas firmas, por suas estratégias e por seu entorno, as relações que

mais importam são as que têm uma dimensão produtiva ou organizacional.

A importância e a frequência dessas interações constituem um fator de dinâmica que contrasta com o aspecto estático dos critérios determinantes para a localização das empresas. De fato, é a partir da densidade mais ou menos forte e prolongada das interações que podem se conceber as evoluções e as modificações dos sistemas, isto é, os processos de separação/entrelaçamento e de aproximação/afastamento dos agentes, das organizações e das atividades. Por densidade das interações entenda-se aqui o número de interações, mas também sua possibilidade de reprodutibilidade ou de perenização, assim como seu grau de transitividade. O nível da densidade evolui no tempo e constitui, em graus diversos, um indicador de proximidade – organizacional, espacial, ou ambas. Aqui é patente a analogia com certas análises do processo de inovação tecnológica, que consideram a presença de interações fortes como fator de identificação de vigorosos laços de proximidade entre os atores. Assim, a proximidade geográfica é amplamente associada às interações fortes, enquanto o afastamento é aceitável quando as interações são menos fortes ou já estão consolidadas no local. É preciso, todavia, não negligenciar o volume de informações não estandarizadas que podem ser veiculadas pelos laços fracos: a densidade constitui um indicador de proximidade, mas revela igualmente os limites de um entrelaçamento exclusivo em relação às virtudes dessa mesma proximidade.

As características das interações permitem uma análise comparada das relações em proximidade ou à distância. Retenhamos a idéia segundo a qual os fenômenos de cooperação e de parceria, ou de trocas e aquisições de saber tecnológico, baseiam-se em um processo de natureza iterativa e procedimental, o que implica não apenas a racionalidade limitada dos atores, mas também uma tomada de consciência tanto em relação à dimensão cognitiva, quanto em relação ao caráter particular do conhecimento. Acompanhando-se, dessa forma, a demarcação iniciada por Polanyi e Machlup, posteriormente sistematizada por Nonaka (1994), nós introduzimos uma distinção entre

informações e conhecimentos (tácitos e codificados), o que permite em particular a abordagem de questões de inovação e de sua relação com o território.

Essa distinção tem dois resultados imediatos: o primeiro é o de estabelecer, com base na distinção entre conhecimentos codificados e tácitos, uma separação entre os conhecimentos transmissíveis sob forma sistemática e aqueles que são mais difíceis de se formalizarem ou de se comunicarem, pois os conhecimentos tácitos possuem uma componente amplamente extra-mercado-lógica, já que podem acompanhar as trocas de informações, mas, em caso algum, podem ser o objeto de uma troca em mercado. O segundo resultado é a revelação da importância dos processos de aprendizagem, que assumem diferentes formas recenseadas na literatura (por meio da prática, por meio do uso...). Em função de seu caráter interativo, esses processos concernem ao mesmo tempo o indivíduo e os grupos, no interior da firma (departamentos) ou no exterior (redes sociais). A aprendizagem também se encontra no ponto fulcral dos processos de inovação, definidos como processos de criação de novos conhecimentos ou combinações originais de conhecimentos existentes.

A proximidade geográfica possibilita as interações cognitivas, na medida em que se inscreve em um contexto organizacional e institucional adaptado. Assim, a análise dos processos de inovação resulta do jogo das relações evolutivas entre proximidade organizada (em sua dupla concepção de pertencimento e de adesão a normas de comportamento, a regras sociais...) e proximidades geográfica: um Sistema Local de Inovação corresponde a um momento dessa dinâmica, quando coexistem e se articulam as duas proximidades.

As conseqüências dessas escolhas analíticas são de duas ordens para os estudos de proximidade: por um lado, essas escolhas possibilitam infirmar a visão simultaneamente cômoda e simplista segundo a qual as relações que implicam o funcionamento dos conhecimentos tácitos solicitam a proximidade geográfica, enquanto aquelas que se baseiam em conhecimentos codificados adaptam-se às distâncias. De fato, essa visão esteia-se em uma concepção limitada

da relação proximidade-distância, além de ignorar a coabitação freqüente dos conhecimentos tácitos e codificados no âmbito das empresas ou das redes, assim como a importância das escalas temporais no pleno equacionamento dos efeitos da proximidade (em função da existência de fases de apropriação e de aprendizagem, ou de decodificação e de recodificação da informação). Essa visão também negligencia a sucessão das etapas do processo de aquisição e de transferência dos *savoir-faire* que privilegiam mais intensamente a mobilização de conhecimentos tácitos ou de conhecimentos codificados.

Por outro lado, essas escolhas conduzem à evidência de um agenciamento temporal complexo, que inclui diferentes escalas de tempo em função das aprendizagens e apropriações de conhecimento. A proximidade geográfica é sobretudo necessária nas fases iniciais do mecanismo de transferência e de apropriação de saberes e de tecnologia, enquanto a interação à distância pode realizar-se mais facilmente fora de tais momentos críticos.

3.2 Proximidade e coordenação econômica

Nesta análise, é fundamental a noção de agente ubíquo, ou seja, aquele que, ao mesmo tempo, está presente aqui e alhures: presente aqui em função de sua localização no interior de um espaço geográfico e econômico; presente alhures em razão tanto das interações entretidas à distância quanto das interações com outras entidades econômicas (firmas ou, de forma geral, atores produtivos). Essa noção implica a necessidade de se considerarem fatores decorrentes dos processos de coordenação que conferem um papel importante às dimensões institucionais.

É importante, por duas razões, considerar-se uma coordenação entre atores que extrapole a mero equacionamento da informação veiculada pelos preços.

Primeiramente, a interação por intermédio dos preços não ocorre de forma solitária e pode acompanhar-se de outras modalidades de coordenação: relações de cooperação, de confiança, de interação tecnológica, etc. Nesse sentido, é preciso considerar as interações diretas, ou seja, em particular aquelas não intermediadas pelos preços,

informações essenciais para a compreensão das dinâmicas espaciais.

Simultaneamente, as dimensões cognitivas têm um impacto imediato sobre a análise dos laços de proximidades, conforme observou-se em relação aos pontos de intersecção entre proximidade geográfica e proximidade organizada.

Essa abordagem permite que se trate de questões relativas ao defrontamento entre atores, à transferência de tecnologia ou de cooperação bilateral, preservando-se espaço para os determinantes espaciais. Por exemplo, ela se revela fecunda na análise do dilema entre concorrência espacial e localização em proximidade das empresas, questão que percorre de maneira subjacente uma boa parte da literatura consagrada às questões de espaço e de indústria. Ela também levanta a questão do nomadismo das empresas e de sua ancoragem territorial.

A análise das formas de ação coletiva é a mais adequada a fazer surgirem interrogações quanto ao modelo "walrasiano"; por outro lado, essa análise sublinha a possibilidade de discordância entre nível individual e ordem social, com relação à questão da desigualdade espacial. Nem todos os indivíduos ou empresas encontram-se em posição similar em relação à proximidade geográfica, e amplificam essa situação, ou dela se servem, por intermédio de fatores espaciais na formação de agrupamentos que podem levar a ações coletivas. Tais comportamentos implicam a questão das relações micro-macro, ou pelo menos a questão da inclusão de agentes que, por não estarem unicamente inseridos em lógicas individuais, privilegiam as estratégias de grupo.

Tal abordagem permite compreender fatores de emergência das dinâmicas locais no âmbito dos Sistemas Localizados de Produção, assim como as modalidades de emergência das formas espacializadas de ação coletiva, segundo três pistas principais:

A primeira pista refere-se à noção de rede de atores ubíquos, quando utilizada para a compreensão das estratégias locais dos produtores. O funcionamento em rede permite a saída do eventual isolamento, facilita a transmissão das informações e das aprendizagens, assim como permite definir de forma coletiva as normas e as regras

compartilhadas que visam as propriedades dos produtos ou a troca de saberes.

A segunda pista remete à análise das modalidades de estabelecimento das relações de confiança e/ou de cooperação nos sistemas para os quais as dinâmicas endógenas de emergência não são formalizadas pela elaboração explícita de regras compartilhadas.

A terceira concerne os sistemas locais que se baseiam em regras explícitas compartilhadas (por exemplo, as Denominações de Origem Controlada de vinhos e queijos), passíveis de rediscussão. Observa-se que os atores locais aderem a um conjunto de regras elaboradas em comum, das quais obtém um benefício que se esteia, de forma intensa, na exclusão do sistema de outros agentes.

De forma geral, a consideração fatorial de agentes ubíquos (por intermédio do binário proximidade organizada - proximidade geográfica) permite conceber as relações micro-macro de forma não determinista. A ação coletiva encontra-se encastrada nas estruturas econômicas e nas instituições sociais, mas os atores (individuais ou coletivos) gozam de uma margem de manobra que podem conduzi-los, em situação de crise, a transformar coletivamente as estruturas existentes. Essa abordagem leva a conceber os espaços sócio-econômicos intermediários nos quais se articulam e se regulam formas estruturais (herdadas do passado) e ação coletiva (antecipando o futuro) na resolução de um problema produtivo.

O lugar e o papel assumidos pelas instituições, em particular no âmbito da governança dos territórios, constituem, na análise das coordenações, o terceiro fator para a consideração explícita do espaço, assim como para a integração das noções de proximidade.

Sublinhou-se, nos parágrafos acima, o papel central exercido pelas instituições formais e informais, assim como sua importância na reflexão sobre o território. Esse papel solicita o aprofundamento da visão comumente adotada sobre os atores locais, representativa de uma dinâmica institucional que corresponde à governança territorial, aqui definida como uma forma de coordenação contratual (WILLIANSO, 1985), político-jurídica (COOIMAN, 1993), social (GRANOVETER, 1973). Essa dinâmica visa a integrar os mecanismos produtivos e

institucionais nas dimensões locais e local-global. Da reaproximação e da hibridação das proximidades institucionais resulta um “processo de liga” (no sentido proposto por Dumond) de sistemas de representações diferentes, que revela e desencadeia o potencial produtivo derivado do par proximidade geográfica-proximidade organizada: o território se constrói quando se instala esse esteio entre proximidades, cujo resultado mais aparente é a ressurgência de regularidades produtivas localizadas.

A noção de governança territorial, que concerne as relações entre instituições locais (formais e informais) e globais, não depende portanto unicamente de um processo endógeno. É pelo canal das mediações local-global que, em períodos de estabilização da economia, podem se difundir os princípios dominantes (do global rumo ao local), ou os princípios emergentes (do local rumo ao global), em períodos de crise. Convém insistir no papel por vezes decisivo que exercem as instituições formais, notadamente as coletividades territoriais, que contribuem para orientar os comportamentos dos agentes econômicos e para fazer emergir ou perdurar a governança territorial.

4. Conclusão: rumo às considerações sobre as dimensões negativas da proximidade

As questões apresentadas neste estudo demonstram que é possível agregar componentes teóricas à noção de proximidade, lembrando-se que essa noção é de grande utilidade para o trato de um certo número de situações às quais se confrontam, hoje, atores econômicos e sociais. Observa-se, em particular, o caso das situações de ubiquidade, ou seja, casos em que atuam agentes ubíquos, aqueles presentes simultaneamente aqui e alhures (por exemplo no caso de um enleamento por meio da internet, ou daquele, muito mais clássico, de malhas telefônicas), portanto mergulhados, simultaneamente, nas relações de proximidade geográfica e organizada, o que os conduz à realização de arbitragem de atividades, em função dos espaços implicados.

Nesse sentido, uma importante área de estudos permanece pouco explorada nos

dias de hoje, justamente a que trata das dimensões negativas ou inconvenientes da proximidade. De fato, a proximidade geográfica nem sempre é voluntariamente escolhida pelos atores econômicos e sociais, pois eles podem ser submetidos passivamente a elas, como é o caso de pessoas afetadas pela poluição que provém de fábricas próximas e que não podem se mudar de residência. Todo o papel exercido pela proximidade organizada encontra-se então modificado. Nesse sentido, a proximidade pode constituir uma solução à questão dos incômodos e das externalidades negativas, ao favorizar a busca de uma saída de natureza cooperativa (arranjos locais ou ações coletivas concertadas) ou institucionais (incitação dos poderes públicos à solução cooperativa ou ação de atores locais que adotam e manejam as ferramentas concebidas pelas instituições públicas).

N.d.E.: O presente trabalho foi traduzido do francês por Marcelo Marinho.

Referências bibliográficas

ALONSO, W. *Location and land use*. Cambridge: Harvard University Press, 1964.

AMIN, A.; WILKINSON, F. Learning, proximity and industrial performance: an introduction. *Cambridge Journal of Economics*, n. 23, 121-125, 1999.

ANSELIN, L.; VARGA, A.; ACS, Z. Local Geographic Spillovers Between University Research and High Technology Innovations. *Journal of Urban Economics*, 42, 422-448, 1997.

AOKI, M. Towards an economic theory of the Japanese firm. *Journal of Economic Literature*, n. 26, 1, 487-522, 1990.

D'ASPROMONT, C.; GABSZEWICZ, J.; THISSE, J. F. On Hotelling's stability in competition. *Econometrica*, 47, 1, 145-150, 1979.

AUDRETSCH, D.; FELDMAN, M. R&D Spillovers and the Geography of Innovation and Production. *The American Economic Review*, 86, 3, 630-640, 1996.

AURAY, J. P.; DURU, G.; LAMURE, M.; NICOLOYANNIS, N.; PERRAUD D. Proximités et mathématiques: espaces quasi-pseudo-métriques. In: HURIOT, J. M. (ed.). *La ville ou la proximité organisée*. Paris: Anthropos, 1998.

BECATTINI, G. The Marshallian Industrial District as a Socio-Economic Notion. In: PYKE, F.; BECCATINI, G.; SENGENBERGER, W. (eds.). *Industrial Districts and Inter-Firm Co-operation in Italy*. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.

BELLET, M.; KIRAT, T.; LARGERON, Ch. (eds.). *Approches multiformes de la proximité*. Paris: Hermès, 1998.

BELLET, M.; COLLETIS, G.; LUNG, Y. (eds.). Economie de proximités. In: *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, 1993, n. 3.

BRAMANTI, A.; RATTI, R. (1998). The multi-faced dimensions of local development. In: RATTI, R.; BRAMANTI, A.; GORDON, R. (eds.). *The dynamics of innovative regions*. Ashgate: Aldershot, 1997.

Cambridge Journal of Economics. Learning, proximity and industrial performance, 23, 1999.

EYMARD-DUVERNAY, F. Les interactions aux frontières des organisations: l'économie des relations de proximité. In: GARROUSTE, P. (ed.). *Les frontières de la firme*. Paris: Economica, 1997.

FELDMAN, M. P. *The Geography of Innovation*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1994.

FUJITA, M. *Urban Economic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

GILLY, J. P.; TORRE, A. (eds.). Prossimità: Dinamica industriale e Territorio. Studi Francesi. In: *Industria*, n. 3, 1998.

GILLY, J. P.; TORRE, A. Proximity relations: Elements for an analytical framework. In: GREEN, M. B.; MCNAUGHTON, R. B. (eds.). *Industrial Networks and Proximity*. Aldershot: Ashgate, 2000a.

GILLY, J. P.; TORRE, A. (eds.). *Dynamiques de Proximité*. Paris: L'Harmattan, 2000b.

GLASMEIER, A. Factors governing the development of high-tech industries agglomerations: a tale of three cities. *Regional Studies*, 22, 287-301, 1988.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. In: *American Journal of Sociology*, n. 78, 1973.

GREEN, M. B.; MCNAUGHTON, R. B. (eds.). *Industrial Networks and Proximity*. Aldershot: Ashgate, 2000.

GUTMANN, L. A general non metric technique for finding the smallest coordinate space for a configuration of points. In: *Psychometrika*, 33, 469-506, 1968.

HÄGERSTRAND, T. *Innovation diffusion as a spatial process*. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

HOTELLING, H. Stability in competition. In: *Economic Journal*, n. 39, 41-57, 1929.

HURIOT, J. M. (ed.). *La ville ou la proximité organisée*. Paris: Anthropos, 1998.

JAFFE, A.; TRAJTENBERG, M.; HENDERSON, R. Geographic Localization of Knowledge Spillovers as Evidenced by Patent Citations. *Quarterly Journal of Economics*, 108, 577-598, 1993.

JESKOW, P. Vertical integration and long-term contracts: the case of coal-burning electric generating. *Journal of Law, Economics and Organization*, 1, 1, 33- 78, 1985.

KOOIMAN, J. Findings, speculations and recommendations. In: KOOIMAN, J. (ed), *Modern governance. New government. Society Interactions*. London: Sage, 1993.

KRUGMAN, P. Increasing Returns and Economic Geography. *Journal of Political Economy*, n. 99, 3, 483-499, 1991.

KRUSKAL, J. B. Non metric multidimensional scaling: a numerical method. *Psychometrika*, n. 29, 115-129, 1964.

- LAWSON, C. Towards a competence theory of the region. *Cambridge Journal of Economics*, n. 23, 151-166, 1999.
- LUCAS, R. E. On the Mechanics of Economic Development. In: *Journal of Monetary Economics*, n. 22, 3-42, 1988.
- LUNDVALL, B. A. Relations entre utilisateurs et producteurs, systèmes nationaux d'innovation et internationalisation. In: FORAY, D.; FREEMAN, Ch. (eds.). *Technologie et Richesse des Nations*. Paris: Economica, 1992.
- MARSHALL, A. *Principles of Economics*. London: Mac Millan, 1890.
- MASKELL, P. Low-tech competitive advantage and the role of proximity. *European Urban and Regional Studies*, 5, 2, 99-118, 1998.
- MASKELL, P.; MALMBERG, A. Localised learning and industrial competitiveness. *Cambridge Journal of Economics*, n. 23, 167-185, 1999.
- MATULA, D. X.; SOKAL, R. R. Properties of Gabriel graphs relevant to geographic variation research and the clustering of points in plane. In: *Geographic Analysis*. n. 12, 205-222, 1980.
- NELSON, R. (ed.). *National Innovation Systems: a comparative analysis*. New York: Oxford University Press, 1993.
- NONAKA, I. A Dynamic Theory of Organizational Knowledge Creation. *Organization Science*, 5 (1), 14-37, 1994.
- OGAWA, H.; FUJITA, M. Nonmonocentric urban configurations in a two-dimensional space. *Environment and Planning A*, 21, 363-374, 1989.
- PAPAGEORGIOU, Y. Y.; SMITH, T. R. Agglomeration as Local Instability of Spatially Uniform Steady-states. *Econometrica*, 51, 1109-1119, 1983.
- PRED, A. *The Spatial Dynamics of US Urban-Industrial Growth*. Cambridge: MIT Press, 1966.
- PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. *Industrial Districts and Inter-firm Cooperation in Italy*. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.
- RALLET, A.; TORRE, A. (eds.). *Economie Industrielle et Economie Spatiale*. Paris: Economica, 1995.
- RALLET, A.; TORRE, A. Proximité Géographique ou Proximité Organisationnelle? Une analyse spatiale des coopérations technologiques dans les réseaux localisés d'innovation, *Economie Appliquée*, LIV, 1, 147-171, 2001.
- SAXENIAN, A. *Regional Advantage: Culture and Competition in Silicon Valley and Route 128*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- STEYER, A.; ZIMMERMANN, J. B. On the frontier: structural effects in a diffusion model based on influence matrixes. In: COHENDET, P. et al. (eds.). *The Economics of Networks*. Springer Verlag, 1998.
- TORRE, A. Economie de la Proximité et Activités Agricoles et Agro-alimentaires. In: *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n. 3, 407-426, 2000.
- UTTERBACK, J. Innovation in Industry and the diffusion of technology. In: *Science*, n. 183, 658-662, 1974.
- VENABLES, A. J. Equilibrium locations of vertically linked industries. In: *International Economic Review*, n. 37, 2, 341-359, 1996.
- VON THÜNEN, J. H. *Der Isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie*, Schumacher-ZARCHLIN, H. Wiegandt: Hempel und Parey, 1875.
- WILLIAMSON, O. E. *The Economics of Institutions of Capitalism*. New York: Free Press, 1985.

Degradação de reservas florestais particulares e Desenvolvimento Sustentável em Mato Grosso do Sul

Degradation of private forest reserves and Sustainable Development in South Mato Grosso state
Degradación de reservas forestales particulares y Desarrollo Sostenible en Mato Grosso del Sur

Reginaldo Brito da Costa, Ayr Trevisanelli Salles e Heloiza Helena Silva de Moura
Universidade Católica Dom Bosco

contato: rcosta@ucdb.br

Resumo: No presente trabalho, analisam-se dados referentes às Reservas Florestais Particulares no Estado de Mato Grosso do Sul, assim como o processo contínuo de fragmentação de áreas com remanescentes arbóreos. Nesse processo, com a introdução de conceitos e práticas inadequadas às condições e à cultura das comunidades locais, transformações drásticas afetam a população e pressionam os ecossistemas envolvidos. Nesse contexto, apontam-se caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável nos municípios com reservas florestais excessivamente alteradas.

Palavras-chave: Reservas florestais; áreas degradadas; desenvolvimento sustentável.

Abstract: In the work in hand, data referring to the Private Forest Reserves in the State of South Mato Grosso are analyzed as well as the continuous process of fragmentation in areas with remaining trees. In this process, with the introduction of inadequate concepts and practices in relation to the conditions and to the culture of the local communities, drastic transformations affect the population and put pressure on the ecosystems involved. In this context alternative ways of sustainable development are pointed out in the municipalities with excessively altered forest reserves.

Key words: Forest reserves; degraded areas; sustainable development.

Resumen: En el presente trabajo se analizan datos referentes a las Reservas Forestales Particulares en Mato Grosso del Sur, así como el proceso continuo de fragmentación de áreas con remanentes arbóreos. En ese proceso, con la introducción de conceptos y prácticas inadecuadas a las condiciones y a la cultura de las comunidades locales, transformaciones drásticas afectan la población y presionan los ecosistemas relacionados. En ese contexto, se señalan caminos alternativos de desarrollo sostenible en los municipios con reservas forestales excesivamente alteradas.

Palabras claves: Reservas forestales; áreas degradadas; desarrollo sostenible.

Introdução

O Estado do Mato Grosso do Sul conta com uma superfície de 357.139,9 km², majoritariamente em área de domínio do bioma cerrado, superfície que soma 229.742 km² e corresponde a 65,5% da área total do estado. Segundo levantamento da Secretaria de Planejamento, 41,6% da área dos cerrados do Mato Grosso do Sul estavam ocupados, em 1985, por atividades agropecuárias (SEPLAN, 1989).

Na década subsequente, restrições de ordem econômica e legal reduziram o desmatamento nessa região (POTT; POTT, 2003); contudo, intensificou-se, no mesmo período, a degradação das áreas ocupadas anteriormente. Conforme dados da Secretaria de Produção e Turismo¹, o estado apresenta, em 2003, uma área de 95.000 a 100.000 km² de superfície degradada, incluindo-se, nessas estatísticas, uma pequena parcela de terras degradadas no Pantanal.

O cerrado em Mato Grosso do Sul

Segundo Goedert et al. (1980), a vegetação do cerrado pode ser individualizada em quatro tipos, conforme seu aspecto e sua ordem de biomassa: Cerradão, Cerrado, Campo sujo, Campo limpo. Essa classificação

serve também para qualificar as faixas de terra no tocante à aptidão agrícola, conforme sustentam Hoeflich et al. (1977).

Nas últimas décadas, as áreas de cerrado foram tomadas como um território propício à expansão da fronteira agropecuária, especialmente para a produção de grãos destinada à exportação. Todavia, trata-se de um bioma extremamente rico em função da biodiversidade, pois apresenta cerca de um terço do total brasileiro de espécies endêmicas, além de ter um papel decisivo nas questões das mudanças climáticas por sua capacidade de absorção de carbono (NOVAES et al., 2000).

As pressões econômicas resultantes do modelo de crescimento adotado no país levaram à incorporação gradativa dos cerrados à economia agrícola nacional. A tecnologia utilizada, especialmente com a correção dos solos e a adubação intensiva, tornou esses solos produtivos. Se o processo, por um lado, abriu uma nova fronteira agrícola, por outro lado também colocou diversas espécies nativas do cerrado em perigo de extinção (GOODLAND; FERRI, 1979). Dentre essas espécies afetadas do bioma, incluem-se algumas endêmicas.

O atual Código Florestal brasileiro visa atenuar o quadro de degradação decorrente da política econômica do país. Uma das ini-

ciativas previstas em lei contempla a constituição de Reservas Florestais Legais em áreas de propriedades rurais com vegetação nativa, nas quais, com vistas à manutenção das diferentes espécies de plantas e de animais nativos, não se permite o desmatamento, fato que contribui para a manutenção do equilíbrio ecológico (RIBEIRO; LIMA, 2001).

A ausência da cobertura vegetal fornecida pelas Reservas Florestais altera as condições locais, podendo provocar tanto perturbações quanto degradação do ecossistema. As áreas florestais, não obstante estarem sob proteção de legislação federal e estadual, são progressivamente alteradas, chegando-se por vezes ao desmatamento total, fato que se torna uma preocupação constante por parte de pesquisadores e da comunidade envolvida (REZENDE, 1998).

As atividades agrícolas tiveram grande importância no processo de ocupação de território de Mato Grosso do Sul, especialmente a partir das décadas de 60 e 70 do século passado, quando se constituíram extensas áreas agropecuárias produtivas. Nesse sentido, a utilização de práticas modernas de cultivo leva ao intenso desmatamento e à resultante degradação das matas ciliares, afetando-se a dinâmica ambiental do complexo Cerrado-Pantanal. As alterações desses ambientes naturais afetam diretamente o patrimônio genético desses biomas. Sua riqueza biológica está sendo perdida, não só em função das necessidades da população regional, como também em função da produção destinada à exportação, com vistas à alimentação dos habitantes de países desenvolvidos (ODÁLIA-RÍMOLI et al., 2000).

Atualmente, o conhecimento e o emprego, por parte dos produtores rurais, de técnicas apropriadas à sustentabilidade florestal, são fatores de extrema importância, já que possibilitam uma produção agropecuária com menor impacto sobre as reservas florestais situadas em estabelecimentos particulares. Em função do interesse da comunidade pelas reservas florestais, as ações e os programas desenvolvidos no aproveitamento dos recursos naturais regionais privilegiam o emprego de técnicas produtivas pouco impactantes, buscando-se, da mesma forma, despertar uma consciência conservacionista em relação ao ambiente natural (COSTA et al., 2002).

No entanto, em Mato Grosso do Sul, o processo contínuo de fragmentação das áreas com remanescentes florestais demonstra a mais cabal inobservância da lei relativa às Reservas Florestais Particulares. Portanto, torna-se essencial a realização de um levantamento das áreas degradadas em Reservas Florestais Particulares, assim como a discussão sobre alternativas de desenvolvimento rural nos municípios com reservas mais alteradas.

Levantamento de Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas - PRADs

Na coleta dos dados junto aos arquivos do IBAMA-MS e da SEMACT-MS, utilizou-se, como base de pesquisa, uma relação de 843 processos de propriedades rurais particulares, pertencentes a 71 municípios de Mato Grosso do Sul. Desse total, 630 processos foram protocolados no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e 213 na Secretaria Estadual de Meio Ambiente Cultura e Turismo (SEMACT). Estes processos referem-se a Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas (PRAD) de Reservas Florestais estabelecidas por lei.

Na base de dados relativa aos municípios, coletaram-se informações sobre o número de projetos e a área total destinada à recomposição. Posteriormente, definiu-se a proporção entre a área total do município (dados do IBGE) e a área antropizada por estabelecimentos agropecuários (conforme consta nos PRADs).

Os municípios de Mato Grosso do Sul e a perda do patrimônio florestal

A relação dos 843 processos abrange uma área total de 3.663,57 km², parcela dos 246.456,55 km² utilizados para atividades agropecuárias. Dados do IBGE (1990) revelam que, ao todo, a cobertura vegetal natural soma 197.120 km² da superfície de Mato Grosso do Sul (incluindo-se, nesses dados, a área do Pantanal sul-mato-grossense). Essa área de vegetação nativa apresentada pelo IBGE não demonstra a situação atual do estado, pois os PRADs relacionados foram protocolados no período compreendido entre 1993 e dezembro

de 2002. Em realidade, uma área compreendida entre 95.000 a 100.000 km² já está degradada, conforme dados recentes da Secretaria Estadual de Produção e Turismo.

Na Tabela 1, encontram-se os quinze municípios com maiores áreas (em hectares) de reserva degradada, com as respectivas propostas de recomposição, representando

57% dos projetos protocolados junto aos órgãos públicos ambientais do estado. Dos quinze municípios com áreas mais degradadas, 74% representam um percentual expressivo da área total considerada para recomposição. Estes dados revelam a real situação das áreas rurais em Mato Grosso do Sul.

Tabela 1: Municípios com maiores áreas de Reserva Florestal Degradada no Estado de Mato Grosso do Sul (em km²).

Municípios	Área do Município ¹	Área Antropizada/ Agropecuária ¹	Números de PRADs ²	Área Proposta para Recuperação ²
São Gabriel do Oeste	3.854	2.697,8	46	567,80
Dourados	4.086	2.982,7	21	541,39
Ribas do Rio Pardo	17.309	10.904,6	33	255,96
Naviraí	3.165	2.278,8	55	200,71
Itaquiraí	2.062	1.690,8	34	178,91
Campo Grande	8.096	5.181,4	47	142,86
Amambai	4.202	3.067,4	38	117,95
Brasilândia	5.806	3.860,0	15	110,62
Iguatemi	2.947	1.856,6	22	108,18
Maracajú	5.299	3.815,2	45	98,24
Sidrolândia	5.286	3.488,7	13	93,03
Ponta Porã	5.329	3.783,5	20	89,98
Jateí	1.928	1.388,1	22	74,28
Três Lagoas	1.020,7	7.246,9	26	72,35
Ivinhema	2.010	1.587,9	43	63,43
Total	72.399,7 km²	55.831 km²	480	2.715,69 km²

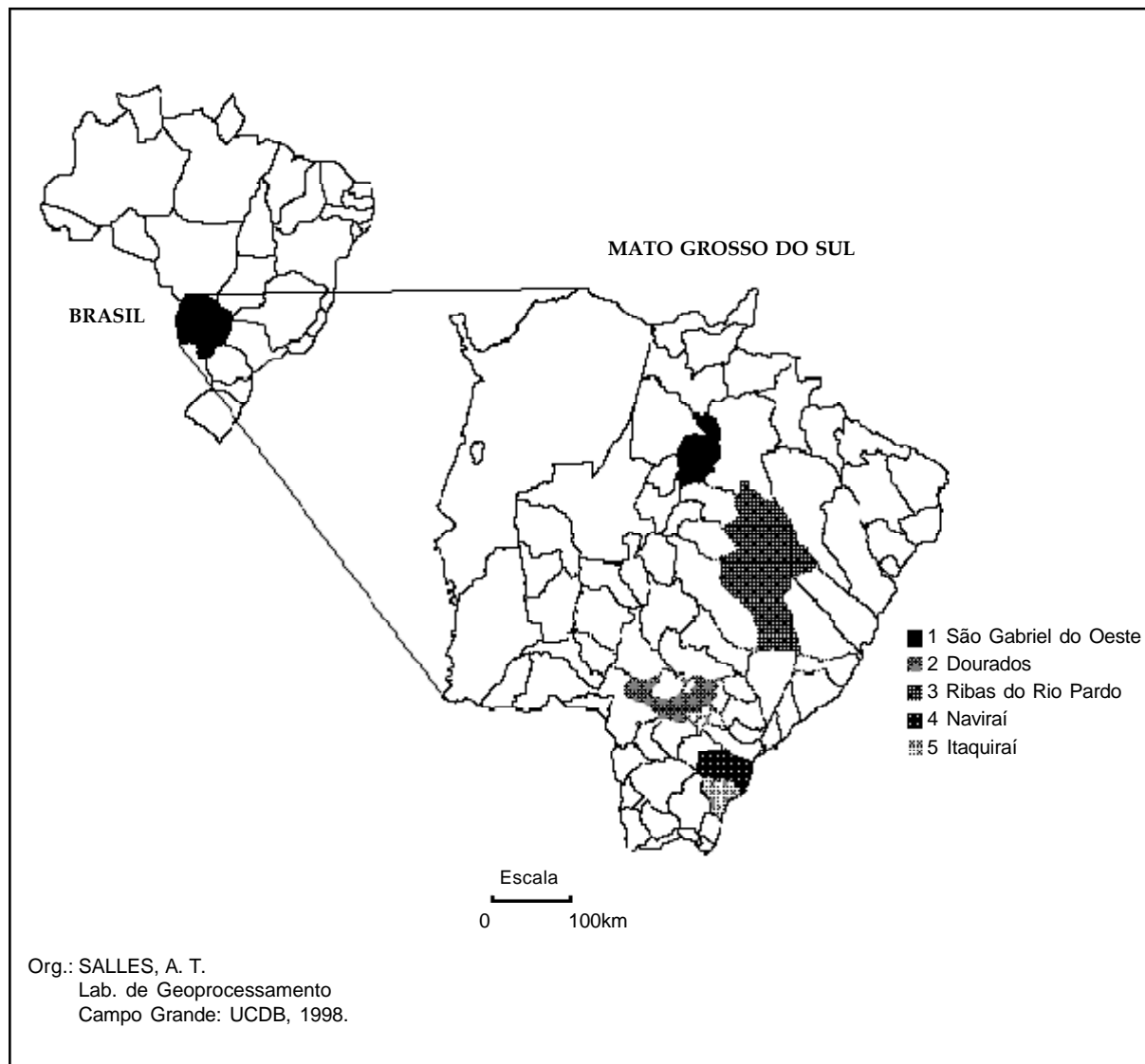
¹IBGE, censo 2002.

²IBAMA-SEMACT, dezembro 2002.

Uma área expressiva da vegetação natural dentro dos limites geográficos de Mato Grosso do Sul está sendo sistemática e intensivamente reduzida, ou seja, perde-se cada vez mais espaço para a produção agropecuária. Embora seja necessário reconhecer que, em algumas situações, a falta de vegetação ciliar dependa da dinâmica da água no solo, responsável pela definição das características edáficas e vegetacionais da faixa ciliar, também é preciso notar que uma ex-

pressiva área com diferentes variações florísticas está sendo sistematicamente suprimida por ação antrópica às margens dos leitos d'água. Tais atividades estão levando à fragmentação de habitat do ecossistema da região. Os cinco municípios destacados na Figura 1 somam mais de 60% da sua área territorial dedicados a práticas agropecuárias, destacando-se as culturas anuais, preferencialmente soja, bem como pastagens cultivadas.

Figura 1: Mapa de Mato Grosso do Sul apresentando os cinco municípios com maiores áreas de Reserva Florestal Degradada.

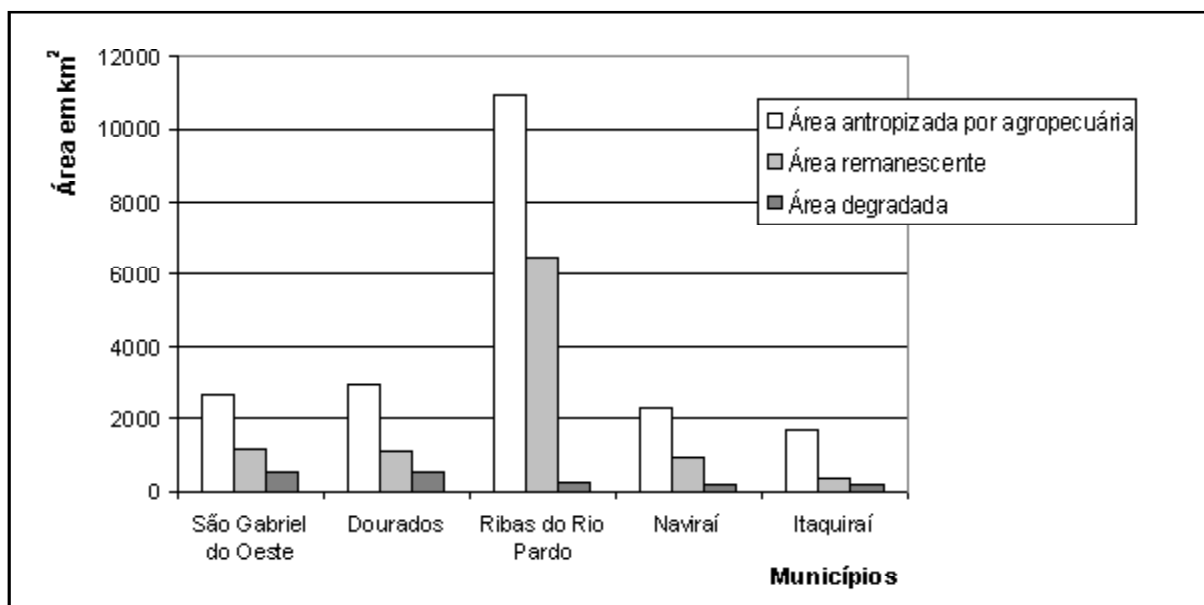


Conseqüentemente, em termos de práticas conservacionistas, o bioma cerrado tem sido negligenciado por parte dos proprietários rurais. Sabe-se que até 1989 o próprio Código Florestal não exigia a preservação dessas áreas, por não considerá-las "formação florestal". De acordo com a Constituição Brasileira (Capítulo XXIII, Artigo 99), essas áreas devem ser recompostas mediante o plantio, em cada ano, de pelo menos um terço da área para complementar a referida Reserva Legal (PEREIRA-NORONHA et al., 2000).

Constata-se, na Figura 2, que nos cinco municípios em que a fronteira agrícola avançou substancialmente, as áreas que suposta-

mente seriam remanescentes florestais são inexpressivas quando comparadas com aquelas que já estão antropizadas por práticas agropecuárias. No entanto, esses fragmentos de florestas apresentam-se ainda mais reduzidos em áreas em que não estão sendo conservados em sua qualidade de Reservas previstas no Código Florestal. Nessas condições, o que deve ser levado em consideração é o fato de as comunidades rurais ignorarem o valor econômico, estético e ecológico das áreas florestais, suprimindo-as para fins de monocultivos, com a freqüente utilização de técnicas inadequadas a posterior recomposição dessas áreas.

Figura 2: Relação dos cinco municípios com maiores áreas degradadas.



A utilização de espécies nativas na recuperação de áreas degradadas é viável e de baixo custo de implantação, o que pode tornar-se uma atividade indicada para os proprietários da região. Além do retorno econômico, esses plantios heterogêneos têm uma grande importância sócio-ambiental para a região Centro-Oeste, onde a taxa de reflorestamento é muito baixa (AGUIAR et al., 2000). Dessa forma, ações governamentais mais efetivas devem ser implementadas visando à mudança das práticas florestais em propriedades rurais de Mato Grosso do Sul, aliando-se estratégias de exploração racional ao uso de técnicas agrícolas adequadas, assim como a conscientização da importância ambiental das Reservas Florestais Particulares a práticas extrativistas que agreguem valor econômico aos produtos das áreas florestais conservadas.

Caminhos alternativos para a sustentabilidade

O desenvolvimento do meio rural foi, por muito tempo, medido por intermédio dos índices de produtividade agrícola, de exportações e de balança comercial. O modelo produtivista impunha uma fórmula e, para atendê-la, convocaram-se a ciência, a tecnologia e o capital. Em nossos dias, os resultados econômicos e as ingerências políticas ainda

prevalecem sobre os interesses sociais. Nesse modelo produtivista, desconsideram-se os efeitos da ação antrópica como agravante dos problemas ambientais no meio rural.

Na sociedade civil, entretanto, a preocupação com o meio ambiente é uma questão que aflora com muita intensidade. Inserida no conceito de desenvolvimento sustentável² apresentado pelo documento “Nosso Futuro Comum”, essa idéia enfatiza que o suprimento das necessidades do presente está associado à preservação das condições de vida das futuras gerações. Tal argumentação foi apresentada pela Brundtland Commission (1987) da seguinte maneira: “o desenvolvimento sustentável é aquele que se preocupa com as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias exigências”.

As iniciativas governamentais – como a do Programa Pantanal, apoiado pelo Ministério do Meio Ambiente e destinado à implantação na Bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – baseiam-se em pressupostos de manejo sustentável, ao mesmo tempo em que se incentivam atividades econômicas compatíveis com o meio ambiente e os ecossistemas (Ministério do Meio Ambiente, 1998). Dentre as iniciativas propostas pelo Programa Pantanal, podem-se citar as mais representativas: criação, implantação e manejo de Unidades de Conser-

vação; implantação da Reserva da Biosfera do Pantanal; gerenciamento dos recursos pesqueiros e faunísticos; ordenamento e promoção do ecoturismo.

Assim, a conservação e a exploração racional dos recursos genéticos remanescentes devem se basear no conjunto das aspirações da comunidade, quais sejam, buscar na ordem local a força interna do desenvolvimento, identificar as potencialidades endógenas da região e estimular, em seu sentido mais amplo, a solidariedade social e participação individual neste processo dinâmico de crescimento (ODÁLIA-RÍMOLI et al., 2000). No entanto, o referido desenvolvimento não pode ser considerado pleno quando o meio ambiente é degradado por práticas inadequadas. Dentre algumas alternativas viáveis, a restauração para proteção ambiental e/ou recuperação para produção podem constituir uma prática para atenuar a degradação das áreas.

As transformações mais drásticas afetam as comunidades locais e pressionam os ecossistemas envolvidos, pois resultam da introdução de conceitos e de práticas inadequadas às condições e cultura locais, destinadas a aumentar a produção agropastoril por intermédio da simples ampliação de áreas de cultivo ou de pastoreio. Além disso, por trás da homogeneidade visual das paisagens assim criadas, esconde-se, ainda, um fator mais inquietante, a redução da base genética das populações, com o aumento da vulnerabilidade genética vegetal e animal, ou seja, em todo o sistema há perdas significativas, que devem necessariamente ser consideradas em qualquer projeto de desenvolvimento.

Notas

¹ Fonte: Informação pessoal de Bendito Mário Lázaro (Superintendente de Agricultura e Pecuária da SEPROTUR, agosto/2003).

² O conceito de desenvolvimento sustentável deve ser entendido de forma mais ampla e incluir a necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte.

Referências bibliográficas

AGUIAR, A. V.; SILVA, A. M.; MORAES, M. L. T. et al. Implantação de espécies nativas para recuperação de áreas degradadas em região do cerrado. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, 4., 2000, *Anais...*, Blumenau: SOBRADE, 2000. 1 CD-ROM.

Ministério do Meio Ambiente. *Recursos hídricos da Amazônia legal*, 1998. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em: 25 jul. 2000.

Brundtland Commission. *World Commission on Environment and Development: our common future*. New York: Oxford University Press, 1987

COSTA, R. B.; ARUDA, E. J.; OLIVEIRA, L. C. S. Sistemas agrossilvipastoris como alternativa sustentável para a agricultura familiar. *Interações*, v. 3, n. 5, set. 2002.

GOEDERT, J. W.; LOBATO, E.; WAGNER, E. In: SIMPÓSIO SOBRE O CERRADO: POTENCIAL AGRÍCOLA DA REGIÃO AGRÍCOLA DOS CERRADOS BRASILEIROS, 6, 1980. *Anais...* Brasília: Pesquisa Agropecuária Brasileira, v. 15, n. 1, p. 3-4, 1980.

GOODLAND, R.; FERRI, G. M. *Ecologia do cerrado*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1979.

HOEFLICH, A. V.; CRUZ, R. E.; PEREIRA, J.; DUQUE, F. E.; TOLLINI, H. In: SIMPÓSIO SOBRE O CERRADO: BASES PARA UTILIZAÇÃO AGROPECUÁRIA, 4, 1997. *Anais...* Mário G. Ferri (coord.). Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1997.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estado de Mato Grosso do Sul: Atlas Multirreferencial*. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Brasília: IBGE, 1990.

NOVAES, W.; RIBAS, O.; NOVAES, P. C. *Agenda 21 brasileira: bases para discussão*. Comissão de políticas de desenvolvimento sustentável e da agenda 21 nacional. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

ODÁLIA-RÍMOLI, A.; ARRUDA, E. J.; RÍMOLI, J.; BUENO, N. R.; COSTA, R. B. Biodiversidade, biotecnologia e conservação genética em desenvolvimento local. *Interações*, v. 1, n. 1, p. 24-25, set. 2000.

PEREIRA-NORONHA, M. R.; STEC, A. P.; QUINTO, A. D. C.; SOUZA, P. B.; OLIVEIRA, T. M. Análise do processo de regeneração do cerrado em duas áreas: pastagem abandonada e pastagem reflorestada. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, 4., 2000, *Anais...* Blumenau: SOBRADE, 2000. 1 CD-ROM.

POTT, A; POTT, J. V. Espécies de fragmentos florestais em Mato Grosso do Sul. In: COSTA, Reginaldo Brito da (Org.). *Fragmentação florestal e alternativas de Desenvolvimento Rural na Região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003.

REZENDE, V. A. Importância das matas de galeria: manutenção e recuperação. In: RIBEIRO, José F. (ed.). *Cerrado: matas de galeria*. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. p. 3-7.

RIBEIRO, João; LIMA, Luís Carlos (coords.). *Campanha de valorização das reservas legais e matas ciliares: como usar, sem destruir, as reservas legais e matas ciliares*. Porto Velho: Ecoporé/WWF-Brasil, 2001.

SEPLAN. Macrozoneamento Geoambiental do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Secretaria Estadual de Planejamento, 1989.

Reflexión intercultural y educación democrática: pueblos autóctonos y sociedad multicultural en América Latina

Intercultural reflection and democratic education: autochthonous peoples and multicultural society in Latin America

Reflexão intercultural e educação democrática: povos autóctones e sociedade multicultural na América Latina

José Marín

Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL-Paris) / UNESCO

contato: jmarin@dplanet.ch

Resumen: Nuestro texto hace una reflexión sobre como adaptar la educación escolar a los pueblos indígenas y a las sociedades multiculturales de América Latina, a partir de una perspectiva intercultural. Concebimos la educación intercultural como una proposición que, a partir de un contexto socio-político y cultural, busca orientar a los actores educativos a reaccionar, frente a la subordinación impuesta por la cultura dominante, por sus sistema de valores y por sus sistemas de conocimientos. Afirmamos que el papel de la socialización en la escuela puede constituir una estimulación al reconocimiento de la pluralidad cultural y de esta manera contribuir a la construcción de una sociedad donde impere el respeto de la dignidad humana.

Palabras claves: Educación y Identidad; educación intercultural; sociedad multicultural.

Abstract: The text in hand brings a reflection on how to adapt schooling to indigenous populations and to the multicultural societies of Latin America, beginning from an intercultural perspective. Intercultural education is seen as a proposition that, from a social-political and cultural context seeks to orientate the educational actors to react in the face of the subordination imposed by the dominant culture, by its system of values and by its systems of knowledge. It can be affirmed that the role of socialization in the school can constitute a stimulus for the recognition of cultural plurality and in this way contribute to the construction of a society where respect and human dignity rule.

Key words: Education and Identity; intercultural education; multicultural societies.

Resumo: O texto faz uma reflexão de como se deve adaptar a educação escolar aos povos indígenas e às sociedades multiculturais da América latina, a partir de uma perspectiva intercultural. Concebemos a educação intercultural como uma proposição que, a partir de um contexto socio político e cultural, busca orientar aos agentes educativos a reagir, frente à subordinação imposta pela cultura dominante, pelo seus sistemas de valores e pelo seus sistemas de conhecimentos. Afirmamos que o papel da socialização na escola pode constituir um estímulo ao reconhecimento da pluralidade cultural e contribuir, desta maneira, para a construção de uma sociedade em que impere o respeito à dignidade humana.

Palavras-chave: Educação e identidade; educação intercultural; sociedade multicultural.

Introducción

La pregunta central que tratamos de responder y que anima nuestra reflexión, es de saber cómo imaginar una educación escolar apropiada para los pueblos autóctonos y para las sociedades multiculturales de América Latina a partir de la perspectiva intercultural.

Al final del siglo XX, los pueblos autóctonos exigen el derecho a la autonomía y a la auto-gestión de sus territorios ancestrales y la revalorización de sus lenguas y culturas. Este hecho constituye un movimiento, de una profunda significación, en virtud del cual son reafirmados sus conocimientos, sus saberes y sus modos de aprendizaje. Este hecho tiene una gran importancia en muchas regiones del mundo actual. A principios del mes de noviembre de 1999, la Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (OMPI) organizó en Ginebra, una Mesa Redonda sobre: "Los saberes tradicionales y la propiedad intelectual indígena", con la asistencia de delegaciones indígenas,

representantes estatales, ONGS y con la participación de delegados de empresas multinacionales.

Actualmente, en la gran mayoría de los países donde sobreviven estos pueblos, los programas escolares desarrollados por la educación oficial monolingüe y mono-cultural se encuentran confrontadas al desafío de saber cómo administrar la diversidad lingüística y cultural.

A partir de esta constatación, nosotros creemos que la educación intercultural puede constituir una de las reflexiones fundamentales en la elaboración de los programas, que puedan poner en valor las lenguas y las culturas autóctonas, asociándolas a las perspectivas de la cultura occidental. En América Latina el respeto de las lenguas y culturas ya es una consideración que es tomada en cuenta en la mayor parte de programas.

La educación a partir de la reflexión intercultural y bilingüe constituye el vehículo a través del cual se expresa la canalización de la defensa de estos derechos en África, Asia, en Oceanía, Europa, en América del

norte y algunos países de América Latina. (LIPKA; STAIRS; ROSTOWSKI, 1973; TEASDALE, 1999).

Se denominan pueblos autóctonos, o pueblos indígenas, a los primeros ocupantes o a los pueblos originarios de un territorio determinado (TEASDALE, 1994). En 1993, las Naciones Unidas han proclamado "El Decenio de los pueblos autóctonos".

En Europa, los programas oficiales de educación están confrontados a la existencia de minorías nacionales y étnicas, igualmente, a una población inmigrante y a poblaciones itinerantes, como es el caso de los gitanos, principalmente en Europa del Este (DERENS, 1999).

Actualmente la educación intercultural en Europa está destinada a la población extranjera, pero es necesario abandonar el lugar marginal que esta ocupa y asumir la diversidad sociocultural y lingüística, como finalidad de la educación, más allá de la visión mono-cultural que impregna la educación europea actual. Jurgen Gasché (1999), afirma que la "educación intercultural debe interesar a todos los países que cuentan con poblaciones minoritarias con características sociales, religiosas, lingüísticas y culturales que los diferencian de una sociedad, de una religión, lengua y cultura que pretenden ser representativas de la 'nación', en tanto que mito unificador proclamado por el Estado".

No se puede hablar de perspectiva intercultural en la educación, sin hacer referencia a la dimensión política que está a la base de los programas educativos oficiales, impuestos por los Estados-Nación, en relación con la diversidad lingüística y cultural, ignorada por la escuela, asociada a la política de asimilación de las minorías étnicas de América Latina.

Nuestro cuadro teórico de referencia está constituido, en principio, por las investigaciones realizadas y publicadas en América Latina en este dominio, principalmente en el Perú, donde he podido visitar el Programa de Formación de Maestros Bilingües (PFMB) iniciado por la Asociación Indígena de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSESP) y el Instituto Pedagógico Superior Loreto (ISPL), actualmente ubicado en Zungarocha, pueblo cercano a la ciudad de Iquitos, en la Amazonía peruana.

Este artículo aborda la problemática de las experiencias en educación bilingüe e intercultural, de una manera introductiva y limitada, por tanto adolece de una serie de limitaciones, y no pretende abordar todas las experiencias existentes, que constituyen un tema amplio y complejo.

La primera parte de nuestro artículo está consagrada a una breve introducción teórica general, sobre las experiencias interculturales en la educación en el contexto histórico de América del Norte y América Latina. La segunda parte trata brevemente sobre las experiencias de América del Sur, tomando como referencia principal la experiencia peruana.

Dimensión histórica del contexto intercultural

Nosotros somos el producto histórico de diferentes mestizajes acaecidos en el curso de la historia de las civilizaciones (LAMPLANTINE & NOUS, 1997). Este proceso se desarrolló y se desarrolla en el marco físico de una enorme diversidad ecológica, de la que surgió la diversidad cultural: El hombre pertenece a una sola especie biológica, más allá de todas las jerarquizaciones ideológicas desarrolladas por el racismo, desde la época colonial hasta nuestros días (LANGANEY; VAN BLIJENBURG & SÁNCHEZ-MAZAS, 1995; MARÍN, 1994, 1995). Desde esta perspectiva, toda pretensión de pureza biológica y cultural es absurda, cada uno de nosotros posee una historia genética única, partiendo del hecho que todos pertenecemos a la misma especie. La unidad del género humano es, hoy en día, indiscutible.

La historia de las sociedades humanas está asociada a la historia de las migraciones; a los contactos culturales, fuente de múltiples influencias. Estos reencuentros han tenido caracteres diversos: ya sea de rechazo y confrontaciones o de intercambios pacíficos y aprendizajes mutuos. Las culturas se han construido y modificado en contextos dinámicos por las colectividades y los individuos; en tanto que participantes de interacciones de su propia historia, sometidos a influencias y a presiones múltiples, que han condicionado la construcción de sus identidades.

Actualmente, con el proceso de globalización de la economía, reforzada por la revolución tecnológica de las comunicaciones, que permiten la circulación de la información, se multiplican los contactos entre los pueblos en diversos dominios; aún cuando la ideología neo-liberal proclame el libre tránsito de las mercancías, los gobiernos de los países ricos imponen una política de inmigración restrictiva y discriminatoria, al limitar el libre tránsito de las personas. El planeta que habitamos se convierte en una "aldea global" con insalvables contradicciones y distancias socioeconómicas que producen repercusiones perversas, tanto en el sur, como en el norte (OMAN, 1996; HALLAK, 1998; FORRESTER, 1996; UGARTECHE, 1999). Más allá de los intereses de la geopolítica, todos nosotros, los más de seis mil millones de seres humanos, sobrevivimos sobre el mismo cielo y habitamos en la misma "casa". La pregunta central a responder es: cómo hacer para vivir juntos? Cómo hacer para respetarnos y aprovechar de nuestra diversidad cultural mutuamente? Este es el desafío universal que nos propone la dimensión intercultural, desafío ineludible, que tiene que afrontar la sociedad humana contemporánea (DEMORGON, 2000; DEMORGON, 1999; DEMORGON; LIPIANSKI, HUNGTINTON, 1997; LEMPEN, 1999; WARNIER, 1999). La manera como se desarrollan las sociedades contemporáneas, está impregnada por la interculturalidad, en contextos muy diferentes: que van desde las descolonizaciones, las guerras, los genocidios, las crisis, las recesiones económicas, la construcción de bloques hegemónicos, las migraciones hasta la actual globalización, que provoca mutaciones y contradicciones socioeconómicas y culturales, y la destrucción del mercado de trabajo y las exclusiones. Estos contextos asocian lo trágico a lo complejo, donde se articulan lo local con lo mundial y que provocan la pérdida de los puntos de referencia sobre los cuales sobrevivían gran parte de nuestras sociedades (HESSE, 1998).

La perspectiva Intercultural entre identidad y alteridad

La reflexión intercultural implica una preocupación fundamental, que es la de

imaginar una pedagogía apropiada a las sociedades multiculturales. La comunicación se construye entonces sobre la base del respeto de la diversidad cultural y nos permite desarrollar una percepción del mundo, como un lugar histórico a compartir entre todos los seres vivientes. El hecho de reconocer y de respetar la existencia de la alteridad -de los otros- nos obliga a reflexionar en las interrogantes, sobre la calidad de nuestras relaciones con los demás. Esta reflexión implica a la sociedad en que vivimos, a sus contradicciones y fundamentalmente a la escuela, en tanto que institución intermedia entre el estado y la sociedad, y en consecuencia intermediaria de la diversidad cultural y lingüística existente en la misma.

Cada cultura construye su propia visión del mundo y en consecuencia su propia racionalidad, pretendiendo considerarla como universal, dentro de la perspectiva etnocéntrica que impregna a cada cultura. Como afirmaba Carmel Camilleri (1993, p. 35), "Las culturas se centran sobre sí mismas, todas proceden de un modelo de partida con relación al cual, sus representaciones y sus valores son justificados".

La implicación social de nuestra vida cotidiana y la interacción de unos, con los otros, ponen en discusión nuestras identidades. Esta confrontación con nosotros mismos engendra una inseguridad que impide la descentración cultural indispensable a una dinámica intercultural, teniendo en cuenta la dificultad que encuentra la reflexión intercultural por la complejidad de la realidad y las exigencias éticas que acompañan esta práctica.

No podemos limitarnos a la lucha contra los prejuicios, la intolerancia, el etnocentrismo, el nacionalismo y el racismo. No podríamos contentarnos tampoco, con la descripción y comparación, sin comprometernos en la búsqueda y la construcción de mecanismos que favorezcan el respeto de la pluralidad de nuestras sociedades. El sentimiento de un mutuo reconocimiento, es sin duda el punto de partida.

La perspectiva de la reflexión intercultural es aplicable en diferentes dominios, partiendo del reencuentro entre la identidad y la alteridad, del diálogo entre nosotros con los otros, dentro de una perspectiva que nos

permita reconocer los rasgos comunes que impregnan a todos los seres humanos. Esta reflexión nos permite igualmente, imaginar la existencia de otras formas de percepción de los conocimientos y de la interpretación de la realidad. El enfoque interdisciplinario utilizado por la reflexión intercultural, nos permite el reencuentro con los múltiples rostros de la sociedad y de su complementariedad, en vista de la integración democrática y participativa que buscamos.

Actualmente, asistimos al fin de ciertas concepciones vinculadas por el etnocentrismo, desde la época colonial, presentadas como "verdades científicas", como aquella de la existencia de las razas y la jerarquización biológica y cultural que de estas afirmaciones se desprenden. No se puede afirmar ni biológica, ni genéticamente, la existencia de razas. No se puede constituir una "raza", ni siquiera al interior de una familia, por que cada persona, es una historia biológica y genética única (LANGANEY; VAN BLIJENBURGH; SÁNCHEZ-MAZAS, 1995).

Todos los seres humanos pertenecen a la misma especie y todos somos diferentes. Esta diversidad no es un defecto, sino un rasgo determinante que preserva la especie humana en su conjunto. La especificidad de la naturaleza humana es precisamente el hecho de inscribirse en culturas con rasgos particulares, que no tienen ninguna relación con un patrimonio genético. Las diferencias socioeconómicas entre los individuos y los pueblos no se justifica ni biológicamente, ni culturalmente (MARÍN, 1994).

Actualmente, la globalización de la economía capitalista controla tan bien el dominio de la información y las comunicaciones que sustentan la imposición de una masificación y "standardización" cultural del modelo de la sociedad norteamericana. Proceso que también se traduce en el debilitamiento económico y político de los Estados-nacionales, que provoca paralelamente, la emergencia de identidades étnicas, como expresión de una resistencia a esta hegemonía. Proceso que favorece, entre otros, la creación de programas educativos alternativos en América Latina (GASCHÉ, 1998b).

En Europa, se manifiesta un doble movimiento de reivindicaciones. De un lado, ciertas regiones se consideran oprimi-

das por un Estado centralizador y reivindican el derecho a sus lenguas y a la revalorización de sus culturas, en las instituciones educativas y culturales (es el caso, entre otros, de los Catalanes en España y de las minorías nacionales Húngaras en Rumania). De otro lado, ciertas regiones recurren algunas veces a estrategias de resistencia militar, en las que la exigencia del respeto a sus lenguas y culturas está asociada a su demanda de independencia política, como es el caso de los Vascos en España y los Corsos en Francia (FERRER, 1998; GASCHÉ, 1998b; PÉREZ, 1998; SALVI, 1973).

Un segundo movimiento en el ámbito europeo es el de las poblaciones de inmigrantes, que buscan proteger y perpetuar sus herencias lingüísticas, culturales y religiosas en los países de su nueva residencia.

En la actualidad, asistimos a otros escenarios de conflictos llamados "inter-étnicos", que han surgido después del desmembramiento de la ex Unión Soviética, dando lugar a conflictos armados, como es el caso de la lucha por la independencia de Tchechenia y Abkasia en el Caúcaso y en otros países del Asia central.

El ejemplo más dramático de las tensiones provocadas por la intolerancia de la diversidad religiosa, lingüística y cultural, de la parte de un nacionalismo extremo se manifiesta en el drama de la purificación étnica, que se desencadenó con el desmembramiento de la Confederación Yugoslava (Serbia, Croacia y Bosnia) a principios de los años 90 y últimamente en el drama vivido entre serbios y kosovares, y a las agresiones sufridas por las minorías gitanas en manos de serbios y kosovares (DERENS, 1999).

Es importante igualmente, señalar el caso dramático del pueblo Kurdo que lucha contra el Estado nacionalista turco, que nos demuestra la incoherencia del discurso de quienes pretenden defender los Derechos Humanos en Yugoslavia, dejando realizar en total impunidad al Estado turco, aliado de las grandes potencias occidentales, su propia purificación étnica. Lo que nos comprueba, que los intereses geopolíticos y económicos son prioritarios, ante cualquier discurso "humanitario" (PICARD, 1991).

La situación mundial contemporánea está caracterizada por las múltiples muta-

ciones que provocan los grandes cambios económicos, sociales y culturales. En esta perspectiva, la reflexión intercultural recupera su dimensión histórica, más allá de la problemática educativa, psicológica y migratoria, esta reflexión nos ayuda a comprender más ampliamente el respeto de la diversidad, de la pluralidad y de la difícil gestión de la democracia. En estas condiciones, la reflexión intercultural nos permite comprender mejor este proceso y puede facilitar la posibilidad de imaginarnos, cómo vivir juntos.

La ruptura y el divorcio entre el Estado y la sociedad, que se supone que el Estado representa, se manifiestan en el ámbito planetario. En América Latina, se caracteriza por la emergencia de las identidades indígenas que buscan defender sus derechos, el caso del Movimiento Zapatista de Chiapas en México, donde el modelo político de Estado-Nación, debilitado por los efectos de la globalización, es puesto en discusión, en tanto que modelo político de Estado, incapaz de representar la sociedad multicultural mexicana (CAMPA MENDOZA, 1999; DÍAZ POLANCO, 1997).

Las revueltas indígenas en el Ecuador, en Bolivia, en Chile, en Colombia o Brasil, no solamente exigen el respeto al derecho a los territorios que ancestralmente ocupan, sino también reclaman el derecho a la revalorización de sus lenguas y culturas a través de programas educativos apropiados.

El caso de Chile, es un buen ejemplo de esta tendencia actual, donde el regreso a las tradiciones democráticas, propician las condiciones para la Educación Intercultural Bilingüe a partir de la promulgación de la Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza (LOCE) promulgada en marzo de 1990 y la otra ley 19253 del año 1993, llamada también Ley Indígena. Esta Ley tiene la virtud, de reconocer por primera vez la multi-etnicidad de Chile y expresa el reconocimiento y valoración de las etnias Mapuches, Aymaras, Rapa Nui, Atacameños, Colla, Kawashar y Yagana, a las cuales, el Estado se compromete jurídicamente a respetar, proteger y promover programas para facilitar el desarrollo de los indígenas. Igualmente esta Ley, se propone proteger los territorios indígenas preservando el equilibrio ecológico. El Título IV acerca de la Cultura y la Educación

Indígena, es el que contempla la necesidad de reconocer y proteger las culturas e idiomas indígenas (MIRANDA VEGA, 1996).

Un buen ejemplo de este proceso lo constituye, el Programa de Formación de Maestros Mapuches de la Universidad Católica de Temuco, que ofrece en su programa un diploma en educación con mención en Educación intercultural y Bilingüe. Este programa está compuesto de tres módulos, y uno de ellos está destinado a la Educación Mapuche, lengua y cultura; historia y sociedad; articulación Institucional y social, y finalmente Metodología Intercultural. Este módulo está basado en una orientación intercultural, cuyo objetivo es "formar maestros de origen mapuche, capaces de actuar en contextos pluri-étnicos y pluriculturales, teniendo como finalidad orientar la acción educativa, en función de la valoración de los pueblos mapuches y su cultura. El programa tiene como objetivo igualmente, desarrollar en sus estudiantes, la capacidad de afirmar sus identidades para participar en el mundo contemporáneo (COCCHI, 2000; QUILLAQUEO, 1999).

En Venezuela, donde la Constitución de 1961 declaraba a los indígenas en vías de extinción, el actual gobierno de Hugo Chávez, elegido recientemente, participó en marzo de 1998, en una reunión de la Confederación Indígena de Venezuela (CONIVE), organización representativa de treinta pueblos indígenas, donde suscribió un documento titulado "Un compromiso para la Historia" en el cual se compromete a saldar la deuda histórica de Venezuela con los pueblos indígenas del país.

Actualmente, existe una representación indígena en el Parlamento venezolano y el respeto de las lenguas y las culturas indígenas, al interior de la política educativa gubernamental que están planteadas en el proyecto de la Constitución venezolana, en el capítulo VIII referente a los derechos de los pueblos indígenas, artículo 119: "El Estado reconocerá la existencia de los pueblos y comunidades indígenas, su organización social, política y económica, sus culturas, usos y costumbres, idiomas y religiones, así como su hábitat y derechos originarios sobre las tierras que ancestral y tradicionalmente ocupan y que son nece-

sarias para desarrollar y garantizar sus formas de vida". Sólo la realidad histórica nos confirmará si, todos estos nobles principios jurídicos serán aplicados en la práctica.

El concepto de cultura y la descentración cultural como punto de partida del intercultural

El concepto de cultura nos permite una mejor comprensión de la naturaleza humana. El hombre, es el producto de esta herencia natural del medio cultural, en el cual ha sido socializado. El hombre surge de un vasto proceso de acumulación ilimitado de conocimientos, según las diferencias de posibilidades y de experiencias que constituyen la historia de cada uno, alejado de todo determinismo. Cada uno de nosotros, es el producto de un contexto cultural, en el cual es capaz de reconocerse y sobre el cual construye su identidad - contexto rico y dinámico - a partir del cual uno trata de adaptarse y construirse constantemente.

Si la cultura puede constituir un recurso muy valioso en la construcción de nuestra identidad, ésta puede constituirse también como obstáculo importante, según la utilización que hagamos de ella, la cultura puede convertirse en una negación del individuo. Si las culturas son las puertas abiertas al desarrollo humano, al mismo tiempo, el etnocentrismo puede convertir las en las murallas, sobre las cuales se apoyan las afirmaciones de identidades extremas que provocan los efectos perversos, que justifican las injusticias de todo tipo en la relación de nosotros con los otros.

Hacemos referencia a la cultura en plural, más allá de toda clasificación jerárquica. Cada pueblo busca responder a las preguntas que le dan sentido a sus existencias. Todos los pueblos tratan de explicarse la vida, la muerte, la salud, la enfermedad y sus relaciones con la naturaleza. Igualmente, se preguntan sobre la importancia de cómo transmitir a sus descendientes, sus visiones del mundo, sus conocimientos en diferentes dominios y sus sistemas de valores que les permiten construir una coherencia en sus existencias. Todo este vasto proceso de transmisión a través de la educación, en su sentido más amplio, constituye la cultura que caracteriza a cada pueblo.

La cultura se traduce bajo las formas

de las tradiciones y los comportamientos que se expresan a través de los sistemas de símbolos, de códigos, de valores, de técnicas etc. Todo este proceso es fundador de identidades. Es a partir del contexto de referencia cultural de origen, que los individuos pueden "negociar" constantemente las influencias, los aprendizajes y adaptarse a las imposiciones culturales, en relación con su propia historia cotidiana. Es en este proceso, donde se tejen las relaciones entre el individuo y su cultura de origen confrontada a las interacciones con otras culturas, que desbordan ampliamente todo determinismo cultural.

Del etnocentrismo a la descentración cultural

El cuerpo de profesores puede convertirse en el principal obstáculo a la aplicación y al desarrollo de los programas de educación bilingüe e intercultural. No se puede limitar en dar a los maestros, una formación estrictamente técnica - pedagógica; hay que realizar tan bien, un trabajo de concienciación y sensibilización, a fin de que puedan adquirir una nueva percepción, tanto de las posibilidades reales de aprendizaje y de desarrollo intelectual de sus alumnos, como también de los recursos potenciales de las culturas indígenas, en el marco de la revalorización de sus lenguas y de sus culturas. Este objetivo impregna la perspectiva intercultural e implica a todos los participantes de los programas. La sensibilización e identificación de los maestros con el proyecto, son condiciones fundamentales. Como lo afirma Luís Enrique López:

[...] muchas veces son los maestros diplomados y capacitados, productos del sistema educativo, a quienes se trata de modificar, en la medida que ellos han estado preparados para ocuparse de estudiantes, cuyo perfil difiere bastante del pequeño campesino o del niño que habla una lengua indígena. (LÓPEZ, 1990, p. 347).

A partir de estos antecedentes, imaginar la aplicación de la reflexión intercultural supone, como primera consideración: un trabajo de descentración cultural de los actores. Esto evitará, en gran parte, la reproducción de esquemas mentales de categorización y de jerarquización de valores; es el esfuerzo cotidiano de ponernos en el lugar del "otro", para tratar de comprender los

puntos comunes que no asemejan. Alejados por la reflexión intercultural de los prejuicios, podremos construir conjuntamente los saberes necesarios, para resolver nuestras necesidades actuales e imaginar las repuestas a los desafíos futuros.

La descentración cultural, como una respuesta al etnocentrismo que nos impregna, debe constituir un trabajo permanente, en tanto que reflexión y práctica cotidiana, sobre nosotros y sobre el mundo exterior. Esta práctica constituye la única posibilidad de llevar adelante la aplicación de la interculturalidad, que nos permita construir un real diálogo de culturas.

De la evangelización a la alfabetización bilingüe

En estos pueblos, como por todas partes en el mundo, encontramos máquinas de coser Singer. Una compañía comercial es capaz, en una sola generación, de vender su mercadería en el mundo entero, en tanto que la iglesia, después de 19 siglos, no ha podido, de la misma manera, hacer conocer el evangelio.

Una alfabetización en castellano y en portugués fue desarrollada por los Jesuitas para evangelizar a los indígenas, en los territorios de las Misiones en el Paraguay y el Brasil en el siglo XVIII. En ese contexto histórico, una educación bilingüe y textos de gramática e incluso diccionarios de las lenguas indígenas (Tupí-Guaraní) fueron implementados. Existe en la actualidad, una similitud, guardando las distancias históricas, con las misiones protestantes fundamentalistas norteamericanas del Instituto Lingüístico de Verano (ILV/SIL): con sus programas de alfabetización, limitada a la traducción al castellano o al portugués de textos religiosos y en su objetivo de conversión de los indígenas a una religión y a la cultura occidental, en el cuadro de una política de asimilación de los indígenas, por parte de los Estados dominantes. Más allá de la intención de los misioneros, la alfabetización realizada en el curso de este período, permitió la implantación precoz en el Paraguay, de un sistema de educación bilingüe (castellano-guaraní), sistema que tiene una gran influencia hasta nuestros días. Todavía, como sostiene el fundador del Instituto lingüístico

de Verano (ILV), William Cameron Townsend (*apud* E. WALLIS & M. BENNETH, 1976, p. 6), "en estos pueblos, como por todas partes en el mundo, encontramos máquinas de coser Singer. Una compañía comercial es capaz, en una sola generación, de vender su mercadería en el mundo entero, en tanto que la iglesia, después de 19 siglos, no ha podido, de la misma manera, hacer conocer el evangelio."

Hacia el fin del siglo XIX, fue la época en la que el imperialismo norteamericano inició el desplazamiento de la hegemonía inglesa, en los sectores económicos más importantes. El protestantismo, es en tanto que ideología y práctica religiosa, el instrumento ideológico, que sirvió como uno de los agentes de la penetración de los intereses hegemónicos norteamericanos. En el ámbito ideológico, el Pan-americanismo protestante busca imponerse con relación al Pan-hispanismo católico, herencia colonial adoptada por la gran mayoría de las nuevas repúblicas latinoamericanas. "América para los americanos", frase célebre de Monroe, traducía la quimérica idea de expandir y sobretodo imponer los valores y el modo de vida de la América anglosajona sobre todo el continente. Este proyecto, que tenía que ser precedido por la difusión masiva del protestantismo, no logró cristalizarse como se había previsto inicialmente (MARÍN, 1992).

Durante los años veinte, las iglesias evangélicas, nacionales y misioneras descubrirán un terreno virgen, donde ellas podían lograr rápidamente un gran número de conversiones entre los indígenas, sobre quienes, la expansión de la sociedad industrial producía una gran destrucción de la armonía social de sus mundos. Las congregaciones religiosas ya establecidas, comenzaron a activarse en la época, en la que, los gobiernos populistas nacionalizaban las escuelas primarias y secundarias. Las misiones canalizaron sus programas proselitistas hacia los sectores, donde no llegaba la presencia del Estado. Con el apoyo de los gobiernos, algunas misiones norteamericanas, como "La Pioner Missionary Agency" se instalaron en la Huasteca mexicana en 1930, en 1940 lo hicieron en el Brasil, con "La Misión de la Nuevas Tribus" de la Convención Bautista del Sur de los Estados Unidos y en Venezuela en 1943.

En el Perú, en 1927, "La South American Indian Mission" (SAM) estableció su sede en Iquitos, capital de la Amazonía peruana, centrandó su trabajo sobre el plano escolar. La más famosa entre ellas, fue el Instituto Lingüístico de Verano (ILV), conocido también como Summer Linguistics Institute (SIL), creada por William Cameron Townsend, un ex misionero, con experiencia sobre los indígenas de Guatemala, inició sus actividades en México en 1937.

Durante "la guerra fría", que se inició al fin de la segunda guerra mundial, el Protestantismo fue portador de un mensaje anticomunista, mensaje que fue todavía más desarrollado al final de los años cincuenta, para bloquear y limitar la influencia de la triunfante revolución cubana. Este discurso se transforma en una cruzada ideológica, precediendo y anticipándose al fracaso de la política norteamericana.

Marginados por el desarrollo industrial, víctimas del parasitismo de las ciudades, los indígenas constituyeron un motivo de preocupación para los gobiernos de los años treinta. Su potencial social y político y el carácter agrario de la revolución mexicana eran considerados como un precedente, que había que tener en cuenta. Fue precisamente en México, donde se crea el primer Instituto Indigenista, que realiza en 1940, en Patzcuaro, el primer Congreso de Indigenistas de América Latina, presidido por Moisés Sanz, asesor del gobierno mexicano, que abrirá las puertas de México al ILV. Ya en el siglo XIX, las sociedades protestantes europeas consideraban que el sector "indígena - animista", constituía un territorio exclusivo de su acción (MARÍN, 1992).

En América Latina, las primeras iniciativas de educación bilingüe, se desarrollaron sobre la base de programas de alfabetización destinados a los pueblos indígenas en 1937 en México y en los años siguientes en varios países de América Latina y sobretudo en América del Sur, en los años cincuenta. Estos programas han sido realizados principalmente por los misioneros norteamericanos del Protestantismo Fundamentalista del ILV. Esta institución religiosa ha tenido, en esta época, una cobertura académica, que le ha permitido firmar acuerdos con los gobiernos, como el del Perú en 1945, con el Ministerio

de Educación, para desarrollar un programa de alfabetización destinado a los pueblos indígenas de la Amazonía, en 1953 con Ecuador con el Ministerio de Educación, en 1955, en Bolivia, con el Ministerio de Educación y Cultura. Al principio de los años sesenta, la sede boliviana cubría también el noreste argentino y el territorio paraguayo del Chaco.

En el Brasil en 1956, con la Fundación Nacional del Indio (FUNAI) del Ministerio del Interior, en Colombia en 1962, con el Ministerio del Gobierno, en Surinam en 1967, con el Ministerio de Educación. En 1976 se instalaron en Chile y en Argentina. En 1972, el ILV trabajaba con 250 grupos etnolingüísticos en América Latina, lo que equivalía al 47% de los pueblos indígenas. El número de sus colaboradores creció en diez años (1975-1985) de 2,150 a 8,000.

Los gobiernos de estos países encontraron en los misioneros los aliados indiscutibles de sus políticas de "Integración Nacional", destinadas al control político, económico y cultural de los indígenas. En realidad las llamadas políticas de "Integración" se redujeron y se reducen en gran parte, hoy en día, a políticas de simple asimilación en el cuadro del modelo político del Estado-Nación, incapaz de reconocer y respetar la diversidad cultural y lingüística que impregna cada país (MARÍN, 1992).

La alfabetización bilingüe propuesta está centrada principalmente sobre la imposición del castellano o del portugués, como lenguas oficiales y a la traducción en lenguas indígenas de los textos del Nuevo Testamento, con el fin de facilitar su evangelización, objetivo fundamental del ILV.

La formación de maestros indígenas bilingües se realizó dentro de esta perspectiva de alfabetización y evangelización. Los primeros ejemplos de una formación de este tipo se remontan a los años cincuenta, época en la que se organizan en México, los primeros cursos para enseñar a los indígenas a escribir en sus lenguas, a fin que ellos puedan enseguida traducir y utilizar la Biblia y así servirse de los manuales de lectura redactados por los misioneros lingüistas del ILV (STOLL, 1989; MARÍN, 1992).

Esta estrategia debía ser ulteriormente adoptada en la mayoría de los países de la

región, en el Perú, por ejemplo, el primer curso de este tipo se realizó durante el verano de 1953: once jóvenes indígenas provenientes de seis grupos etnolingüísticos de la región amazónica participaron y comenzaron, en el mismo año, a difundir una educación bilingüe a 270 personas de sus comunidades de origen (LARRON et al., 1979).

A partir de los años 60, los cursos de formación se multiplicaron y diversificaron, en Bolivia por ejemplo, en el cuadro de un proyecto de educación en el medio rural financiado por la Agencia de Ayuda de los Estados Unidos (USAID), proyecto centrado en la formación de maestros que logro formar de 1978 a 1980, 506 maestros de escuelas. Estos cursos estaban caracterizados por dos aspectos esenciales: su corta duración y su carácter funcional, sobre todo limitados a la traducción en lenguas indígenas de ciertos aspectos de la cultura occidental y mensajes de la ideología protestante.

La alfabetización bilingüe en América del Sur ha sido desarrollada principalmente por misiones religiosas, en el interés de difundir su ideología religiosa, bajo la cobertura de programas escolares. La alfabetización en castellano o portugués que fue adoptada por los Estados que apoyaron la instalación de los grupos misioneros, se realizó a fin de que éstos les ayuden en la asimilación de los pueblos indígenas dentro del marco de sus políticas mal llamadas de "integración nacional". La alianza de los Estados y las misiones se consolidó en el eje evangelización y alfabetización.

La escuela oficial y la sociedad multicultural en América Latina

En América Latina, la escuela oficial es tributaria del modelo occidental. Desde el siglo XIX, la escuela se institucionaliza paralelamente a la constitución de las repúblicas. En el siglo XX, esta educación oficial y los programas de alfabetización prueban de implantar sistemas de valores extranjeros a las culturas indígenas, a pesar de la resistencia cultural y la represión que provocaron, el Occidente impuso su visión del mundo, su lengua y su cultura. Montoya, 1990, 1998; Marín, 1992, 1994; Ugarteche, 1999. Tatanga Mani (*apud* T. C. MACLUHAN, 1971, p. 10),

Indio Stoney, comenta, en pasaje de su autobiografía, la educación que él recibió de los hombres blancos:

[...] Oh si, yo fui a la escuela de los hombres blancos y aprendí a leer en sus textos escolares, sus periódicos y la Biblia. Pero descubrí a tiempo, que eso no era suficiente. Los pueblos civilizados dependen demasiado de la página impresa. Yo me dirijo hacia el libro del Gran Espíritu, que está constituido por el conjunto de su creación. Usted puede leer una gran parte de ese libro estudiando la naturaleza. Usted sabe, si usted coge todos vuestros libros y los expone y deja algún tiempo en la lluvia, la nieve y deja a los insectos cumplir su tarea, no quedará nada. Pero el gran espíritu, nos ha dado la posibilidad a usted y a mí, de estudiar en la universidad de la naturaleza, los bosques, los riachuelos, las montañas y los animales de los cuales, nosotros formamos parte.

Para el conjunto de pueblos indígenas de las Américas, la cultura está considerada como el producto de las relaciones íntimas que desarrollan el hombre y la naturaleza. La naturaleza es considerada como un sistema viviente, del cual el hombre forma parte (DESCOLA, 1987; GASCHÉ, 1999; GIRALDO, 2000; MONTOYA, 1990; MARÍN, 1996; NARBY, 1995).

Habría que preguntarse: ¿al imponer el sistema de educación oficial occidental, no tomamos el riesgo de dar las espaldas a la herencia cultural indígena?

En razón de una larga historia de genocidios y etnocidios sufridos por esos pueblos, la educación oficial se traduce en un proceso de "desindianización" para los pueblos indígenas (DASEN & MARÍN, 1996, p. 133-135).

Desde el principio del siglo XX, emerge en América del Sur, un pensamiento político, en el cual, la escuela es concebida como una intermediaria importante del cambio social. Las influencias del marxismo, de origen europeo, fueron retomadas y adaptadas a las realidades de esta parte de América. En el Perú, José Carlos Mariátegui escribía antes de 1930, su obra "Temas de la educación", texto en el cual, él presenta la educación, como el eje del pensamiento económico y político (IBAÑEZ, 1993; MARIÁTEGUI, 1970).

En los años 70, en el Brasil, Paulo Freire publica en 1969, "La educación como práctica de la libertad" y, en 1970, "Pedagogía del Oprimido", obras en las cuales él desarrolla su reflexión sobre la educación popular. Su

innovación educativa es concebida en tanto que instrumento de liberación del individuo y como una reflexión sobre los cambios fundamentales en la sociedad (FREIRE, 1969, 1970).

De la educación bilingüe a la perspectiva Intercultural en la educación en América del Sur

Al principio de los años setenta, las federaciones indígenas asumen la defensa y el reconocimiento de sus territorios y al final de esta década, la defensa de las lenguas y las culturas indígenas, que permitirán el surgimiento de una nueva alternativa educativa, que se desarrollará para anteponerse a las políticas asimilacionistas de los Estados.

En los años ochenta, una nueva reflexión en la educación toma forma y se desarrollan en América Latina, los programas de educación bilingüe e intercultural. Estos programas buscan construir una escuela apropiada a los intereses y el respeto por las lenguas y la revalorización de las culturas de los pueblos indígenas de este continente.

En el ámbito oficial, los indígenas son considerados como un obstáculo para el "desarrollo" y el "progreso" de los países. Los indígenas son considerados como la expresión de culturas atrasadas, que constituyen una barrera a la modernización. La problemática indígena ha estado construida principalmente sobre una doble situación de opresión de los pueblos indígenas, marcadas por la explotación económica y la discriminación racial, lingüística y cultural (VARESE, 1985, 1987).

La perspectiva intercultural se inscribe como el eje principal de la respuesta a la interrogante, de cómo construir una educación adaptada a los pueblos indígenas de América Latina. Este desafío debe proponerse en función del respeto de la diversidad lingüística y cultural, que deben tener en cuenta los programas educativos desarrollados por los Estados.

Todos estos proyectos son desarrollados por equipos multi-diciplinarios (antropólogos, lingüistas, pedagogos, ingenieros, biólogos etc.) Estos equipos pertenecen a diferentes instituciones y organizaciones que proponen los programas, Instituciones universitarias,

organizaciones religiosas, organizaciones no-gubernamentales, muchas veces en asociación con organizaciones indígenas o estatales (DASEN & MARÍN, 1996; GASCHÉ, 1989, 1998, 1999; MONTOYA, 1990, 1998).

En el caso particular de la Amazonía peruana, el primer programa de educación bilingüe e intercultural se desarrolló en 1975, como proyecto de revalorización de lenguas y saberes de las culturas indígenas. La idea del respeto de los derechos de estos pueblos y de sus identidades, fue tomada como punto de partida de una política de integración democrática al interior de una sociedad multicultural, característica que impregna a muchos países de América Latina. La participación de organizaciones indígenas a estos programas, permite abrir el debate sobre el problema relativo a la posesión de sus territorios, sin los cuales, estas culturas están condenadas a la extinción. ¿Cuál es el lugar de los indígenas en el presente y en el futuro económico, social y cultural de estos países? Esta importante interrogante queda sin respuesta, esta pregunta nos hace comprender que, la dimensión política de la educación tiene una gran importancia en la historia de estos pueblos.

Gasché afirma que: "La educación en los pueblos indígenas de América Latina, vista desde una perspectiva más general de una educación intercultural y bilingüe, desborda hoy en día, la problemática concerniente a los indígenas. Esta debe interesar a todos los países que albergan poblaciones minoritarias con características sociales, religiosas, lingüísticas y culturales que les diferencian de una sociedad, religión, lengua o cultura que pretenden ser representativos de "la nación", en tanto que mito unificador patrocinado por el Estado; de este hecho, este se atribuye el derecho de ocupar una posición dominante en el panorama pluricultural del país" (GASCHÉ, 1999, p. 1).

En América Latina, las tradiciones amerindias han tenido contactos con otras culturas, principalmente con España y Portugal y las diferentes culturas europeas, árabes, africanas y asiáticas, en circunstancias históricas diversas. Este proceso ha permitido tejer múltiples redes culturales y sociales en el pasado, como actualmente. Estas relaciones son el producto de múltiples

interacciones, tanto pacíficas como conflictivas. Los pueblos indígenas de América, cuentan aproximadamente con 50 millones de personas; estos pueblos determinan la configuración histórica y cultural del continente. En consecuencia tiene un papel a jugar en el futuro de la cultura y de la educación de sus pueblos. Estos últimos años, los gobiernos latinoamericanos han tomado conciencia de esta realidad; lo que explica que asistamos actualmente, al desarrollo de diferentes iniciativas (LÓPEZ, 1993, p. 8; GODENZZI, 1996; GASCHÉ, 1998).

Estos pueblos se convierten en sujetos de su propia historia, después de haber sido objetos de la política de asimilación forzada, impuesta por los Estados-Nación.

Constituidos en federaciones y apoyados por las Organizaciones No-Gubernamentales (ONGs), exigen el derecho a sus territorios que ocupan después de tiempos ancestrales y aspiran a una educación que revalorice sus lenguas y culturas; educación capaz de responder a sus realidades ecológicas y a sus necesidades cotidianas. Los gobiernos han realizado algunas concesiones y reconocido ciertos derechos. Las reivindicaciones políticas concernientes a la educación son fundamentales, desde el momento que la escuela, en cierta medida, es portadora de un modelo de sociedad determinada.

Estos programas no se limitan solamente a los países donde la población indígena es cuantitativamente importante (México, Guatemala, Ecuador, Perú y Bolivia) sino también a países como Colombia y Chile, con una minoritaria población indígena, donde constatamos la creación de programas de educación bilingüe e intercultural o intercultural y bilingüe, tal como son denominadas en los diferentes países de la región.

En el contexto latinoamericano, la reflexión intercultural, como eje de la educación, no se limita a una simple reflexión teórica; si no ésta constituye la base de investigaciones asociadas a una práctica en relación con realidades concretas, como es el caso de la elaboración de programas de educación, donde el bilingüismo y la interculturalidad son los fundamentos de la práctica educativa (MONTROYA, 1990; GASCHÉ, 1989, 1998, 1999; GODENZZI, 1996).

La perspectiva intercultural no busca

encerrar a los individuos en sus identidades culturales, bajo el pretexto de liberarlos del dominio occidental y de la *standardización cultural*, sino, de construir un nuevo paradigma basado sobre los intercambios culturales, dentro de una perspectiva y en condiciones de complementariedad e igualdad, respetando la dignidad de los participantes, a esta experiencia, basados en el reconocimiento y en la valorización mutua, en el ámbito social, económico, político, religioso y cultural. En el caso de los pueblos indígenas, el respeto de las personas que pertenecen a una cultura determinada es fundamental.

La interculturalidad es concebida como uno de los fundamentos, de un proyecto democrático, al interior de las políticas educativas; esta impregna la sociedad y la democracia en el sentido más amplio. La interculturalidad como proyecto de diálogo de culturas está asociada a los programas educativos, en la búsqueda de reforzar las identidades propias a los pueblos indígenas. Desde el principio la relación entre colonos y pueblos colonizados, solo podían provocar conflictos de poder. La condición de una verdadera relación intercultural, en estas condiciones, no podía ser viable. Han sido necesarios siglos de injusticias y sufrimientos para imaginar el reconocimiento de los indígenas y sus culturas. Esta condición histórica previa, se ha tenido que traducir en el rechazo de los prejuicios, en un cambio de actitudes y mentalidades, como condición esencial para imaginar la interculturalidad en la práctica. La descentración cultural, como una trabajo sobre nosotros mismos, que facilite nuestra relación con los otros, es un trabajo cotidiano que nos libera de las perversidades del etnocentrismo, que nos impregna a todos. En el plano educativo, esta premisa nos puede ayudar a no imponer contenidos ya definidos, desde nuestro etnocentrismo, en nombre de la interculturalidad (GODENZZI, 1994, p. 172).

Para algunos, el concepto de interculturalidad representa sobre todo la relación entre una cultura indígena y la cultura occidental, pero la multiculturalidad que impregna las sociedades contemporáneas, desborda ampliamente esta visión reduccionista. En América Latina en los años ochenta, se hablaba de educación bi-cultural. Actual-

mente la opción se dirige hacia una educación intercultural (JUNG, 1992, p. 62-65).

Introducción a la reflexión intercultural en el contexto de América del Sur

Desde el punto de vista teórico, se puede concebir la educación intercultural, como una proposición a partir de un contexto político dado, que busca orientar a los actores educativos a reaccionar a la subordinación impuesta, por los sistemas de conocimientos y los sistemas de valores de la cultura dominante.

Según Godenzzi (1996), la interculturalidad, como reflexión de base en los programas educativos, tiene en cuenta, ciertos hechos que podríamos resumirlos de la manera siguiente:

- La finalidad de la reflexión intercultural se plantea en la perspectiva de construir relaciones justas en términos económicos, sociales, políticos y culturales.
- El paso de una situación de igualdad es el resultado de un proceso de negociación social en el curso del cual los participantes, sobre todo los pueblos indígenas, los más marginados, logran construir su autonomía y logran definir sus derechos en tanto que ciudadanos.
- La interculturalidad busca construir relaciones pedagógicas y un diálogo en términos de igualdad, donde se articulen de manera creativa los diversos conocimientos y los diferentes sistemas de valores.
- El paso de una situación anterior determinada, hacia una situación deseada a través de la aplicación de la reflexión intercultural, estimula la acción educativa hacia una negociación permanente entre los diferentes actores (GODENZZI, 1996, p. 14-15).

Brandão (1991, p. 32-45) sugiere que, para abordar el análisis de la interacción de las culturas, cabe distinguir dos enfoques: uno de tipo socio-político, centrado sobre el poder y el otro de tipo simbólico, centrado sobre el saber.

El primer enfoque considera la cultura, como un conjunto de repuestas dadas por el hombre para satisfacer sus necesidades de reproducción y de organización social, y como un instrumento de poder que, a través

de diversas estrategias, legitima un orden social existente, se reproduce y transforma. El segundo enfoque, comprende la cultura como una creación solidaria gobernada por las necesidades del consenso, como saber y comunicación, que permite acuerdos básicos sobre el significado de los códigos y del sentido del mundo. Estas dos maneras de comprender las realidades culturales están presentes y describen aspectos claves que deben ser considerados en todo estudio sobre las propuestas interculturales (GODENZZI, 1996, p. 16).

Actualmente, la tendencia dominante de los Estados-Nación en América Latina y principalmente en América del Sur, se inscriben en el marco de la globalización bajo la orientación de políticas y de la ideología neo-liberal, que imponen los mitos del progreso y del desarrollo económico y del pensamiento único hegemónico. Bajo estos antecedentes, asistimos a la negación y a la destrucción arbitraria de tradiciones culturales, hecho que erosiona la dignidad y los derechos fundamentales de las personas y de los pueblos indígenas. Este proceso de globalización de la economía no posee un proyecto de sociedad humana, donde las respuestas concretas a los desafíos contemporáneos del medio ambiente y de la dignidad humana, me parecen indispensables.

En el contexto latinoamericano, hay que imaginar la creación de proyectos capaces de responder a las necesidades fundamentales de los sectores populares. En América Latina, la interculturalidad, es todavía en gran parte, una respuesta en construcción, limitada a concebir una educación "destinada a los indígenas". En Europa, actualmente, la reflexión de la interculturalidad, solo se limita a los inmigrantes; sin tener en cuenta que la diversidad sociocultural y lingüística de la multiculturalidad ya impregna a nuestras sociedades, y en consecuencia, es por tanto necesario abandonar el lugar marginal que este enfoque ocupa y asumirlo en la búsqueda de la construcción de una educación adaptada a la sociedades multiculturales en las que hoy vivimos (ALLEMANN-GHIONDA, 1999).

Más allá del continente americano, tenemos el ejemplo de los pueblos autóctonos de la Polinesia, de Hawái, de Nueva Zelanda

y de los aborígenes de Australia, que han sufrido grandes mutaciones, perpetradas por el colonialismo y el post-colonialismo. Actualmente, la agresión cultural continúa por las enormes fuerzas de la uniformización cultural, que representan las sociedades industriales dominantes, la mayoría de las naciones insulares del Pacífico sur se encuentran dentro de esta realidad. Aún cuando los pueblos indígenas son numéricamente y políticamente más importantes, sus tradiciones y valores culturales están amenazados (TEASDALE & LITTLE, 1995, TEASDALE, 1999).

Según Teasdale (1999), algunas soluciones comienzan a emerger de la parte de ciertas culturas autóctonas. Las condiciones socioculturales varían enormemente, de ahí que, las soluciones planteadas en un contexto, no funcionen necesariamente en otro, a pesar de estas consideraciones, las tendencias más importantes que se afirman, puedan ayudarnos a comprender mejor el contexto latinoamericano.

- Es indispensable que los pueblos autóctonos posean verdaderamente la libertad de tomar sus propias decisiones concernientes a la educación. Ellos tienen perfectamente el pleno derecho y la autoridad sobre la educación, sino también sobre todas las otras instituciones sociales, económicas, políticas que influyen directamente sobre sus vidas.
- La preservación de las lenguas es vital para la supervivencia de las culturas de los pueblos autóctonos. Tendrían que beneficiarse de un apoyo para mantener y desarrollar sus lenguas.
- Los pueblos indígenas tendrían que tener la libertad de volver a pensar la escuela, en función de sus propios parámetros culturales y disponer de los recursos que les aseguren la posibilidad de escoger los modelos de escolarización, que favorezcan su desarrollo lingüístico y cultural.
- Reconociendo los derechos culturales de los pueblos indígenas, los educadores no-indígenas deberían rechazar la suposición de que, el conocimiento occidental sea más válido o más legítimo que los otros conocimientos, deberían afirmarse igualmente, los saberes tradicionales y “desfolklorizar” los conocimientos indígenas, afirmando

que pueden ser parte de la convergencia de saberes, al interior de las escuelas y de las otras instituciones de educación. lo que asocia la educación formal e informal en la práctica escolar.

↳ El enfoque del “sentido negociado”, puede servir para ensamblar un sincretismo de saberes, dentro de una perspectiva complementaria entre los sistemas de conocimientos indígenas y occidentales (TEASDALE, 1999).

Plantear esta última característica de la aplicación de la reflexión intercultural implica que, los actores deben realizar un trabajo sobre ellos mismos, para lograr una descentración cultural, que permita crear el diálogo intercultural, dentro de una perspectiva de complementariedad y reciprocidad, que sea capaz de integrar los conocimientos de las culturas que participan en el programa, más allá de las falsas oposiciones, entre la oralidad y la escritura y entre la educación tradicional y la educación occidental, reconociendo la racionalidad propia a cada cultura.

El Programa de Formación de Maestros en Educación Bilingüe e intercultural (PFMB) de Zungarococha, cerca de Iquitos, ciudad en la Amazonía peruana, plantea algunos puntos de referencia para llevar adelante su iniciativa:

- ↳ Asociar la educación tradicional a la escuela occidental.
- ↳ No, a un sistema único de escuela.
- ↳ No, a una oposición de la educación tradicional a la escuela “moderna”.
- ↳ (escuela oficial).
- ↳ No, a una ideología del asistido.
- ↳ No, a una simple traducción de la cultura occidental en el cuadro de la educación Bilingüe.
- ↳ Sí, a un aprendizaje del castellano como segunda lengua.
- ↳ Sí, a una educación ligada a la ecología.
- ↳ Sí, a una educación asociada a la realidad socioeconómica, política y cultural. (AIDSESP / ISPL / PFMB, 1998).

Podemos encontrar un punto común, en las diferentes iniciativas y en su carácter complementario, lejos de toda oposición falsa entre educación tradicional y educación occidental; entre la oralidad y la escritura; entre la lengua oficial y las lenguas maternas. Otra característica importante, es la preocu-

pación de no reproducir la dominación cultural, a través de la simple traducción de la cultura occidental en nombre de una supuesta educación bilingüe y de no oponer, ni jerarquizar los saberes de los diferentes actores en estas iniciativas: Indudablemente, la descentración cultural, es una preocupación constante, para garantizar la construcción de un diálogo de culturas, como eje de la interculturalidad.

Conclusiones

La experiencia de la reflexión intercultural latinoamericana y en Sudamérica está en construcción. No podemos hablar de una experiencia tipo, ya que ésta depende del contexto de cada país y de cada región, y de quienes llevan adelante la experiencia sobre el terreno.

Las actuales iniciativas existentes en los diferentes países están asociadas a políticas sociales y educativas, en tanto que referencia en el debate pedagógico, en la formación y la creación de programas y de material didáctico. El eje "educación y democracia", constituye un debate obligado. Esta reflexión es considerada como el fundamento de una escuela adaptada a la diversidad cultural y lingüística de cada país, una escuela capaz de poner en valor y de coordinar las diferentes culturas existentes.

La interculturalidad no es la simple transmisión de programas, ya que esta perspectiva interdisciplinaria permite la articulación de diferentes aportes a los nuevos conocimientos, en favor de una construcción global, elaborada por el conjunto de los actores alrededor de un mismo sujeto. De hecho, la interculturalidad enriquece los programas del conjunto con los aportes de cada cultura, a partir de la interculturalidad vivida en la práctica (HOWARD-MALVERDE, 1996).

Aplicada en el dominio de la educación, una aproximación de la realidad observable por las diferentes culturas, implica el estudio de las condiciones de la transmisión de saberes en diferentes tipos de aprendizajes. El estudio transversal de la educación, en el sentido más amplio, permite comprender mejor y poner en valor la educación tradicional, formal e informal en su complementariedad.

¿Cómo imaginar la colaboración de profesores formados en la universidad occidental, compartiendo con los especialistas indígenas en su lengua y su cultura, en vista de elaborar un programa educativo intercultural? ¿Cómo evitar el riesgo de una imposición del contenido, que se limite a la cultura oficial en los programas, que pretendan presentarse como interculturales? ¿Cómo se podría lograr la necesaria descentración cultural de los actores? ¿Cómo coordinar las experiencias vividas, en la perspectiva de compartir saberes, como base en el diálogo de culturas? Estas son preguntas a responder y una realidad por construir.

Es posible de imaginar el papel importante que puede jugar las emisiones de radio, difundida en lenguas indígenas, como agente de socialización familiar e imaginar que puedan difundirse estos programas en el ámbito internacional. Las experiencias de Bolivia y Ecuador, son una buena demostración de la puesta en práctica de la interculturalidad, tanto en el ámbito lingüístico como cultural (ALBO e D'EMILIO, 1990; ALBO, 1995; AMADIO, 1989, 1990; AMADIO, VARESE e PICON, 1987; CHUQUIMANTARI e QUISPE, 1996; HOWARD-MALVERDE, 1996; MOYA, 1990; VARESE, 1987, 1990).

La descentración cultural, constituye un paso obligado para los actores, que participan en la aplicación de la interculturalidad, en las diferentes iniciativas existentes. El rechazo de los prejuicios que nos permita un cambio de actitud, es un acto necesario, que evite la reproducción de esquemas mentales de jerarquización de valores; este acto corresponde a un esfuerzo fundamental, constante y a un trabajo sobre nosotros mismos, que nos facilite el encuentro y un diálogo justo y respetuoso con los otros.

La descentración cultural, debe permitirnos de imaginarnos, en el lugar y en la situación de los otros, para así tratar de comprender los puntos comunes que nos unen, en tanto que miembros de una sola especie humana. El papel de la socialización en la escuela podría constituir una estimulación muy eficaz en la descentración cultural.

Crear las condiciones que nos permitan vivir juntos, con nuestras diferencias, debería constituir un desafío colectivo. En efecto, a

partir de una reflexión intercultural de los prejuicios, puede ser posible construir conjuntamente, los saberes necesarios para satisfacer nuestras necesidades actuales e imaginar las respuestas a los desafíos futuros. Los pueblos indígenas forman parte de las sociedades multiculturales de las diferentes regiones de América Latina y encontrarán necesariamente en la riqueza del intercambio de sus diversidades con las sociedades llamadas "nacionales", los materiales necesarios para una construcción social y democrática, respetuosa de la dignidad humana.

Las interrogantes planteadas por el problema de los pueblos indígenas del continente americano, pueden compararse, guardando las distancias y teniendo en cuenta su especificidad, con los problemas que encuentran el respeto de la diversidad lingüística y cultural en otros continentes, como hemos visto en el caso de Oceanía, o el de Europa, confrontadas al desafío de la integración de sus minorías étnicas o nacionales y a los inmigrantes.

La democracia actual, sumergida en el proceso de la globalización de la economía, encuentra en una justa gestión de su pluralidad cultural, lingüística y en la solución de los grandes conflictos socioeconómicos, uno de sus grandes desafíos.

La interculturalidad, es una reflexión necesaria para imaginar, no solamente una educación adaptada y respetuosa de la diversidad de los pueblos indígenas o de los inmigrantes; sino también, una reflexión obligada para la gestión democrática de la sociedad multicultural contemporánea.

Referencias y bibliografía complementaria

ALBO, X. *Bolivia plurilingüe: guía para planificadores y educadores*. 2 vol. La Paz: UNICEF - Centro de Investigación y Promoción de las Culturas Autóctonas, 1995.

ALBO, X.; D'EMILIO, L. Education et langues autochtones en Bolivie. *Perspectives*, 75 (3) 358- 365, 1990.

ALLEMANN-GHIONDA, C. Assumer la diversité socioculturelle et linguistique comme finalité de l'éducation. In: ALLEMANN-GHIONDA, C. (ed.). *Education et diversité socioculturelle*. Paris: L'Harmattan, 1999. p. 11-27.

AIDSESP / ISP Loreto / PFMB. *Programa curricular diversificado de educación primaria intercultural bilingüe para los pueblos amazónicos*. Iquitos (Perú): AIDSESP-ISP, 1998.

AMADIO, M. Deux décennies d'éducation bilingue en

Amérique Latine (1970-1990). *Perspectives*, 75, 339-344, 1990.

AMADIO, M. La cultura como recurso político: dinámicas y tendencias en América Latina. In: LÓPEZ, L. E.; MOYA, R. (ed.). *Pueblos Indios, Estados y Educación*. Lima: PEB - Puno, Proyecto EBI/ MEC-GTZ, Programa Educación Rural Andina (ERA), 1989, p. 27-37.

AMADIO, M.; VARESE, S.; PICON, C. (ed.). *Educación y pueblos indígenas en Centro América. Un balance crítico*. Santiago de Chile: UNESCO, Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe (OREALC), 1987.

AMADIO, M.; LÓPEZ, L. (ed.). *Educación bilingüe intercultural en América Latina: guía bibliográfica*. La Paz: UNICEF-Centro de Investigación y Promoción de las Culturas Autóctonas, 1993.

Amodio, E. *Formas de la alteridad. Construcción y difusión de la imagen del indio americano en Europa durante el primer siglo de la conquista de América*. Quito: Ediciones Abya - Yala, 1993.

ARRATIA, M. I. Una experiencia piloto en educación intercultural en la región aymara del norte de Chile. *Pueblos indígenas y educación*. 29-30,193-212. Quito: Proyecto EBI y Ediciones Abya - Yala, 1994.

BRANDÃO, C. A arca de Noé. Aportamentos sobre sentidos e diferenças a respeito da ideia de cultura. In: SUESS, P. (ed.). *Culturas e evangelização*. São Paulo: Loyola, 1991. p. 21-40.

CAMILLERI, C. Le relativisme: du culturel à l'intercultural. In: TANON, F.; VERMES, G. (ed.). *L'individu et ses cultures*. Paris: L'Harmattan, 1993. p. 34-39.

CAMPA MENDOZA, V. *Las insurrecciones de los pueblos indígenas en México. La rebelión Zapatista en Chiapas*. Durango (México): Ediciones Cuellar, 1999.

CHIOLDI, F. (ed.). *La educación indígena en América Latina. México - Guatemala - Ecuador - Perú - Bolivia*. Quito - Santiago de Chile: Proyecto EBI (MEC-GTZ) & ABYA - YALA / UNESCO / Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe (OREALC), 1990.

CHOMSKY, N.; DIETERICH, H. *La Aldea global*. Tafalla (Espagne): Txalaparta, 1998.

CHUQUIMANTARI, N.; QUISHPE, N. Interculturalidad en las aulas y en los libros. In: GODENZZI, J. (ed.). *Educación e interculturalidad en los Andes y la Amazonía*. Cusco (Perú): Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 1996. p. 329-364.

CLANET, C. *L'Interculturel: introduction aux approches interculturelles en éducation et en sciences humaines*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1993.

COCCHI, F. Recherche sur le terrain concernant l'éducation bilingue et interculturelle en Amérique du Sud. Manuscrito no publicado, 2000.

CUCHE, D. Nouveaux regards sur la culture. Evolution d'une notion en anthropologie. *Sciences Humaines*, 77, 20-26, 1997.

CUCHE, D. *La notion de culture dans les sciences sociales*. Paris: La Découverte, 1996.

DASEN, P.; MARIN, J. La modernité éducative à la conquête du monde? In: HAMELINE, D.; VONÈCHE, J. (ed.). *Jean Piaget. Agir et construire. Aux origines de la*

- connaissance chez l'enfant et le savant*. Genève: Faculté de Psychologie et de sciences de l'éducation, Université de Genève / Musée d'ethnographie, 1996.
- DEMORGON, J. *L'histoire interculturelle des sociétés*. Paris: Anthropos, 1998.
- DEMORGON, J.; LIPIANSKI, E.-M. (ed.). *Le guide de l'interculturel en formation*. Paris: Retz, 1999.
- DEMORGON, J. *L'interculturalisation du monde*. Paris: Anthropos, 2000.
- DERENS, J.-A. (1999, novembre). Les Tziganes, indésirables au Kosovo. *Le Monde Diplomatique* 548, novembre, 8-9.
- DESCOLA, Ph. *La nature domestique: Symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar*. Paris: Fondation Singer-Polignac / Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1986.
- DÍAZ POLANCO, H. *La rebelión Zapatista y la Autonomía*. México: Editorial Siglo Veinte, 1997.
- FERRER, F. L'Espagne des communautés autonomes et les droits linguistiques. In: PEREZ, S. (ed.) *La mosaïque linguistique. Regards éducatifs sur les pays industrialisés*. Paris: L'Harmattan, 1998. p. 21-40.
- FORRESTER, V. *L'horreur économique*. Paris: Fayard, 1996.
- FREIRE, P. *La educación como práctica de la libertad*. Montevideo: Tierra Nueva, 1969.
- FREIRE, P. *Pedagogía del oprimido*. Montevideo: Tierra Nueva, 1970.
- FULLER, N. (ed.). *Interculturalidad y Política*. Desafíos y posibilidades. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú - Universidad del Pacífico - Instituto de Estudios Peruanos, 2000.
- GALE, P. Donner leur chance à tous? Les droits autochtones et l'enseignement du troisième degré en Australie. *Perspectives* 96, (4) 671-686, 1995.
- GASCHÉ, J. Un concept syntactique de la "culture" et ses avantages: créativité et flexibilité. Manuscrit soumis pour publication, 1999.
- GASCHÉ, J. Rapports interculturels entre les peuples indiens et la société nationale: portée politique et pédagogique des variétés de discours. [Texte téléchargé] Accès: <http://www.uquebec.ca/diverscite>. (1998a, 22 novembre).
- GASCHÉ, J. Revalorisation culturelle et structure du programme de formation d'instituteurs interculturels et bilingues de la confédération indienne amazonienne AIDÉSEP et de l'Institut Supérieur Pédagogique LORETO. [Texte téléchargé] Accès: <http://www.uquebec.ca/diversite>. (1998b, 22 novembre).
- GASCHÉ, J. A propos d'une nouvelle expérience d'éducation bilingue au Pérou. L'indigénisation d'un programme, sa critique de l'anthropologie. *Bulletin de la Société Suisse des Américanistes*, 53-54, 131-142, 1989.
- GIRALDO, J. *Gli U'wa un popolo che non vuole essere venduto*. Roma: Fondazione Lelio Basso, 2000.
- GLEICH, U. *Caracterización de la educación primaria bilingüe intercultural para niños de habla vernácula*. Eschborn (RFA): Coopération Technique Allemande (GTZ), 1989.
- GODENZZI, J. (ed.). *Educación e interculturalidad en los Andes y la Amazonía*. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 1996.
- HALLAK, J. *Education et globalisation*. Paris: UNESCO, 1998.
- HESS, R. Une grande aventure de notre temps. In: DEMORGON, J. *L'histoire interculturelle des sociétés* (p. V-XIII). Paris: Anthropos, 1998.
- HOBSBAWM, E. *L'âge des extrêmes. Histoire du court XXème siècle*. Paris: Complexe/Le monde Diplomatique, 1999.
- HOWARD-MALVERDE, R. La interculturalidad vivida: testimonios de mujeres desde el norte de Potosí. In: GODENZZI ALEGRE, J. (ed.). *Educación e interculturalidad en los Andes y la Amazonía*. Cusco (Pérou): Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 1996. p. 115-138.
- HUNGTINTON, S. *Le choc des civilisations*. Paris: Odile Jacob, 1997.
- IBAÑEZ, A. *Para repensar las utopías*. Lima: Sur - Tarea, 1993.
- JÄGGI, C. *Les gens du voyage en Suisse*. Lucerne: Caritas-Suisse, 1988.
- JANODET, L.; FERREIRA, C. *Les Tziganes et les gens du voyage dans la cité*. Paris: L'Harmattan, 1992.
- JUNG, I. *Conflicto cultural y educación. El proyecto de educación bilingüe - Puno*. Quito: Proyecto Educación Bilingüe (EBI) y Ediciones Abya - Yala, 1992.
- LANGANEY, A.; VAN BIJENBURGH, N.; SÁNCHEZ-MAZAS, A. *Tous parents, tous différents*. Paris: Chabaud, 1992.
- LAPLANTINE, F.; NOUSS, A. *Le métissage*. Paris: Dominos/Flammarion, 1997.
- LATOUCHE, S. *L'occidentalisation du monde*. Paris: Agalma - La Découverte, 1989.
- LEMPEN, B. *La mondialisation sauvage. De la fin du communisme à la tragédie du Kosovo*. Lausanne: Favre, 1999.
- LEWIN, K. Le cas de Yi dans la province de Szeu Ch'uan (Chine). *Perspectives*, 96, (4), 687-704, 1995.
- LIÉGEOIS, J.-P. *Roma, Tziganes, voyageurs*. Strasbourg: Les Editions du Conseil de l'Europe, 1994.
- LIPKA, J.; STAIRS, A. (ed.). *Negotiating the culture of indigenous schools*. [numéro spécial]. *Peabody journal of education*. 69 (2), 1994.
- LONGO, T. *Philosophie et politiques Néo-Libérales de l'éducation dans le Chili du Pinochet, 1973-1983*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- LÓPEZ, L. Le développement des ressources humaines par et pour l'éducation bilingue interculturelle en Amérique Latine. *Perspectives*, 75 (3) 345-355, 1990.
- LÓPEZ, L. E.; MOYA, R. *Pueblos Indios, estados y educación*. Lima: Proyecto de educación bilingüe (PEB) - Puno, Proyecto Educación Bilingüe intercultural (EBI) / MEC-Coopération technique allemande (GTZ), Programa Educación rural andina (ERA), 1989.
- MARIATEGUI, J.-C. *Temas de educación*. Lima: Amauta, 1970.

- MARÍN, J. Le développement durable et la dimension interculturelle. In: GIORDAN, A.; DENIS-LEMPEREUR, J. (ed.). *12 questions d'actualité sur l'environnement*. Nice: Ministère de l'Environnement - Z'édicions, 1996. p. 127-130.
- MARÍN, J. Dimension historique de l'ethnocentrisme européen dans le processus de la domination coloniale et post-coloniale de l'Amérique. In: BLOMART, J.; KREWER, B. (ed.). *Perspectives de l'interculturel*. Paris: L'Harmattan, 1994a. p.123-134.
- MARÍN, J. Ethnocentrisme et racisme dans l'histoire européenne dans le cadre de la conquête de l'Amérique et perspective actuelle. In: ALLEMANN GHIONDA, C. (ed.). *Multicultur und Bildung in Europa. Multiculture et éducation en Europe*. Bern: Peter Lang, 1994b. p. 181-196.
- MARÍN, J. *Peuples indigènes, missions religieuses et colonialisme interne dans l'Amazonie péruvienne*. Uppsala: Missionsforskning, Uppsala University, 1992.
- MARÍN, J. El Estado y el problema étnico en el Perú. In: ALVARSSON, J.-A.; HORNA, H. (ed.). *Ethnicity in Latin America/Etnicidad en Latinoamérica*. Uppsala (Suède): Uppsala Universitet/Centro de Estudios Latinoamericanos, 1990. p. 89-112.
- MARÍN, J. Une éducation appropriée aux peuples autochtones d'Amérique Latine. In: PERREGAUX, C.; DASEN, P. (eds.). *Pour quoi des approches interculturels en éducation*. Bruxelles: De Boeck Université, 2000. p. 261-280.
- MARÍN, J. (ed.). Une éducation appropriée aux peuples autochtones d'Amérique Latine. In: *Reformes des systèmes éducatifs et Réformes curriculaires: Situation dans les Etats africains au sud du Sahara*. Genève: Commission National Gabonaise pour l'UNESCO/Bureau International d'Education (BIE), 2001.
- MARÍN, J. Histoire de l'Etat-Nation: de la politique d'intégration en Amérique Latine et en Europe. In: PERREGAUX, C. et al. (eds.). *Integrations et Migrations. Regards pluridisciplinaires*. Paris: L'Harmattan, 2001. p. 141-157.
- MAYER, E. Los alcances de una política de educación bicultural y bilingüe. In: AMADIO, M.; VARESE, S.; PICON, C. (Ed.). *Educación y pueblos indígenas en Centro América. Un balance crítico*. Santiago de Chile: UNESCO, Oficina Regional para la Educación de América Latina y el Caribe (OREALC), 1987. p. 27-37.
- MC LUHAN, T. *Pieds nus sur la terre sacrée*. Paris: Denoël, 1971.
- MIRANDA VEGA, G. Formación de profesores indígenas para una educación intercultural bilingüe en el norte de Chile. In: GODENZZI, J. (ed.). *Educación e interculturalidad en los Andes y la Amazonía*. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 1996. p. 149-163.
- MONTOYA, R. *Multiculturalidad y Política. Derechos indígenas, Ciudadanos y Humanos*. Lima: Sur Casa de Estudios del Socialismo, 1998.
- MONTOYA, R. *Por una educación bilingüe en el Perú. Reflexiones sobre cultura y socialismo*. Lima: Mosca Azul, 1990.
- MOYA, R. Dix années d'éducation bilingue et de participation indigène en Equateur. *Perspectives*, 75 (3) 367-379, 1990.
- NARBY, J. *Le serpent cosmique. L'ADN et les origines du savoir*. Genève: Georg Editeur, 1995.
- OMAN, Ch. *Los desafíos políticos: globalización y regionalización*. Lima: Fundación Friedrich Ebert, 1996.
- PEREZ, S. (ed.). *La mosaïque linguistique. Regards éducatifs sur les pays industrialisés*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- PERREGAUX, C. *Odyseea. Accueils et approches interculturelles*. Neuchâtel: Commission romande pour les moyens d'enseignement, 1994.
- PICARD, E. *La question Kurde*. Paris: Editions Complexe, 1991.
- PRIDMORE, P. L'apprentissage et la scolarité des enfants basarwa (bochimans) au Botswana. *Perspectives*, 96 (4) 783-800, 1995.
- QUILLAQUEO, R. D. (ed.). *Educación Intercultural Bilingüe. Actas del Segundo Seminario Latinoamericano*. Temuco: Universidad Católica de Temuco, Chile, 1999.
- RAMONET, I. *Géopolitique du chaos*. Paris: Editions Galilée, 1997.
- RODRIGUEZ, N.; MASFERRER, K.; VARGAS VEGA, R. (ed.). *Educación, etnias y descolonización en América Latina. Una guía para la educación bilingüe intercultural*. Mexico: UNESCO - Instituto Indigenista Interamericano, 1983.
- ROSA RIVERO, A.; BELLELLI, G.; BAKHURST, D. (eds.). *Memoria colectiva e identidad nacional*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.
- ROSTKOWSKI, J. *Le renouveau Indien aux Etats-Unis*. Paris: L'Harmattan, 1973.
- SALVI, S. *Le Nazione proibite*. Firenze: Vallecchi Editore, 1973.
- SINGH, A. K. La construction culturelle du savoir à la maison et à l'école dans l'Inde tribale. *Perspectives*, 96 (4) 815-828, 1995.
- STENOUE, K. Images de l'Autre. La différence du mythe au préjugé. Paris: Seuil / Editions Unesco, 1998.
- STIGLITZ, J. E. El malestar en la globalización. Buenos Aires: Taurus, 2002.
- TEASDALE, G. Education et culture: quelques mots d'introduction. *Perspectives*, 96 (4) 645-651, 1995.
- TEASDALE, G.; LITTLE, A. (ed.). Education et culture. [numéro spéciale] *Perspectives*, 96 (4) 645-872, 1995.
- TEASDALE, G. L'éducation et la survie des petites cultures autochtones. Développement, culture et éducation. *Annuaire international de l'éducation*, XLIV, 215-245, 1994.
- TEDESCO, J. (ed.). Dossier: L'éducation interculturelle bilingue en Amérique Latine. [numéro spéciale]. *Perspectives*, 75 (3) 335-426, 1990.
- THODÉ-STUDER, S. *Les Tziganes suisses*. Lausanne: Réalités Sociales, 1987.
- UGARTECHE, O. *Arqueología de la modernidad*. Lima: Desco, 1999.
- VARESE, S. Cultural development in ethnic groups:

Anthropological explorations in education. *International Social Science Journal*, XXXVII, (2) 201-216, 1985.

VARESE, S. Défis et perspectives de l'éducation indigène au Mexique. *Perspectives*, 75 (3) 381- 392, 1990.

VARESE, S. La cultura como recurso. El desafío de la educación indígena en el marco del desarrollo nacional autónomo. In: ZUÑIGA, M.; ANSIÓN, J. ; CUEVA, AL. (ed.). *Educación en poblaciones indígenas. Políticas y estrategias en América Latina*. Santiago de Chile: UNESCO - Instituto Indigenista Interamericano, 1987. p. 169-162.

WARNIER, J.-P. *La Mondialisation de la culture*. Paris: La Découverte, 1999.

ZAVALA, J. M. *Les indiens Mapuche du Chili*. Paris: L'Harmattan, 2000.

ZIMMERMANN, K. Formas de agresión y defensa en el conflicto de las lenguas española y portuguesa con las lenguas amerindias. In: MÖRNER, M.; ROSENDHAL, M. (Ed.). *Pueblos y medios ambientes amenazados en las Américas*. Stockhölml: Actas del 48° Congreso Internacional de los Americanistas. Instituto de Estudios Latinoamericanos, 1995.

ZUÑIGA, M.; ANSIÓN, J.; CUEVA, L. (ed.). *Educación en poblaciones indígenas. Políticas y estrategias en América Latina*. Santiago de Chile: UNESCO - Instituto Indigenista Interamericano, 1987.

ZUÑIGA, M.; POZZI-ESCOT, I.; LÓPEZ, L. *Educación bilingüe intercultural: Reflexiones y desafíos*. Lima: FOMCIENCIAS, 1991.

Desenvolvimento Local e educação política urbana para a relevância rural

Local Development and urban political education for rural relevance

Desarrollo Local y educación política urbana para la dimensión rural

Robinson Jorge Paulitsch^a e Vicente Fideles de Ávila^b

^aServiço Nacional de Aprendizagem Rural e ^bUniversidade Católica Dom Bosco

contato: fideles@ucdb.br

Resumo: Este estudo trata da conscientização e da educação política no tocante às potencialidades e multifuncionalidade rurais. Após análises sobre multifuncionalidade, pluriatividade e desenvolvimento rural no prisma do Desenvolvimento Local, o texto se conclui com referências à educação política urbana para a dimensão rural no processo de desenvolvimento quantitativo-qualitativo nos âmbitos comunitário-local e urbano-rural.

Palavras-chave: Educação política; desenvolvimento rural; Desenvolvimento Local.

Abstract: This study handles awareness and political education as to rural potential and multifunctional activities. After analyzing the rural multifunctional, plurality and development aspects through the prism of Local Development, the text concludes with references to urban political education within the rural dimension in the process of quantitative-qualitative development in the ambits of local community and urban-rural community.

Key words: Political education; rural development, Local Development.

Resumen: Este estudio trata de la conscientización y de la educación política concerniente a las potenciabilidades y multifuncionalidades rurales. Tras análisis sobre multifuncionalidad, pluriactividad y desarrollo rural en el prisma del Desarrollo Local, el texto concluye con referencias a la educación política urbana para la dimensión rural en el proceso de desarrollo cuantitativo-cualitativo en los ámbitos comunitario local y urbano rural.

Palabras-clave: Educación política; desarrollo rural; Desarrollo Local.

Introdução

A importância da vida rural não se restringe, em todos os países do mundo, tão-somente aos seus limites geo-humanos. No Brasil, a urbanização se acelerou vertiginosamente após os anos 1940. O Censo Demográfico daquele ano identificou em torno de 70% da população vivendo em zona rural e, trinta anos depois, o Censo de 1970 já acusava situação praticamente inversa, ou seja, a população da zona urbana é que rondava os 70%. Em verdade, o esvaziamento populacional do campo continua, só que de maneira não tão rápida quanto naquela época, em virtude tanto do sonho em relação a emprego e facilidades urbanas quanto da intensificação de conhecimentos científicos e logística tecnológica em todas as dimensões da produção rural.

No entanto, o Brasil como um todo é, ainda, um país dependente da vida assim como da produção rural. E depende não só economicamente, como os noticiários da imprensa nacional têm apontado nesta época recorde de produção de grãos, cerca de cento e dezesseis milhões de toneladas neste ano, o que já pode representar expectativa de fatura interna – embora mal aproveitada e distribuída – e entrada de divisas externas, até mesmo para a geração de ocupação e renda urbanos. Depende também sócio-culturalmente, ou seja, milhões de brasileiros, entre migrados do campo, seus descendentes

e familiares, abarrotam as periferias das cidades país afora, numa situação atípica em termos de identidade sócio-cultural: descaracterizaram a rural, predominante até o final da primeira metade do século XX, mas ainda não internalizaram a urbana. Por isso, lhes calha bem a situação de periféricos em relação a ambas, não significando, todavia, total perda de vínculo com o campo.

Daí também a dualidade de vinculação das populações urbano-periféricas brasileiras com o campo: o de repulsa pelo lado racional, acompanhando o núcleo populacional urbano de berço e tradição, e o do “saudosismo rural”, pelos ângulos cultural e sentimental, ainda enraizado na mentalidade da população que margeia inclusive nossas grandes metrópoles.

No entanto, e apesar das características típicas das populações urbano-periféricas, elas se somam nas ocasiões das grandes decisões políticas que regem os destinos do país, visto primordialmente pelo prisma da dinâmica urbana e apenas abrindo concessões de investimento e valorização às potencialidades e multifuncionalidade da dimensão rural brasileira.

Portanto, o que o título geral desta matéria quer apontar é a oportunidade ou mesmo necessidade de que toda a população urbana, a nuclear e a periférica somadas, seja não apenas conscientizada, mas, de fato, educada, em relação às supramencionadas potencialidades e multifuncionalidade rurais,

para melhor conhecê-las, valorizá-las e implementar o surgimento de classe política interessada por desenvolvimento que gere bem-estar quantitativo-qualitativo a todo e qualquer cidadão brasileiro, independentemente se da cidade ou do campo, dado sua esmagadora supremacia representativa se comparada ao contingente populacional diretamente ligado ao campo.

Multifuncionalidade rural

A Europa – de maneira bem explícita a Noruega e a Suíça –, bem como o Japão e a Coreia, na Ásia, consideram¹ que os seus “territórios rurais” se constituem locais em que se desenvolvem diversas atividades e também se cumprem diferenciadas funções no contexto da sociedade. Isto significa dizer que estes países acreditam e investem na *multifuncionalidade*² do setor rural, cujo papel extrapola a simples bifuncionalidade, como normalmente se conhece e acredita, de produzir alimentos e fornecer matérias-primas para vestir a população. Dentre as várias outras funções que a União Européia³ atribui ao setor rural, entendidas como imprescindíveis, estão as de: garantir a segurança alimentar (as constantes guerras que assolaram a Europa justificam este temor); manter as fronteiras nacionais através da ocupação do território de cada país pela agricultura; assegurar a preservação ambiental necessária à qualidade de vida das populações de cada região e à manutenção das atividades ligadas ao turismo; bem como propiciar diversas outras atividades econômicas, mormente em termos de comércio e demais serviços, que mantenham a população rural no campo, de maneira a evitar o esvaziamento dos territórios rurais e a conseqüente migração das populações campestres para as cidades, com todos os problemas que isto acarreta (aliás, nós – brasileiros – conhecemos e sentimos muito bem os efeitos desse fenômeno migratório nas periferias urbanas, principalmente no que se refere à qualidade de vida das populações urbano-periféricas).

Um país de dimensões continentais como o Brasil deve ter o governo e seu povo como principais defensores da *multifuncionalidade* do setor rural, dando respaldo e apoiando para que o mesmo possa de fato

cumprir as funções de:

- Agente de estabilização social: se a população rural tiver ocupação definida, que garanta vida condigna, dificilmente irá competir por emprego com a população urbana. Trata-se de disputa desigual que apenas serve para inchar os bolsões de pobreza das periferias das cidades, exigindo constantes e altos investimentos em saúde, infra-estrutura básica, educação e segurança, com resultados já reconhecidos como totalmente insatisfatórios para todos os envolvidos. Basta perguntar a quem veio do campo, atraído pela ilusão da cidade, e que agora se encontra em periferia de cidade, se não deseja voltar ao campo caso lhe seja oferecida esta oportunidade. Em pesquisa informal⁴, realizada na periferia da cidade de Campo Grande, a maioria das respostas foi “sim”.
- Fornecedor de alimentos, visando a segurança alimentar: a falta de alimentos básicos levar as pessoas à sublevação, com assaltos e saques, comprometendo seriamente a paz social, a exemplo do que vem acontecendo, infelizmente, com a nossa vizinha Argentina.
- Mecanismo estratégico para a plena ocupação do território nacional: a manutenção da integridade do território nacional só é possível com a efetiva ocupação de seu território, como nos mostra nossa conhecida história em termos de Brasil. O Homem que vive e desenvolve suas atividades no meio rural, ao defender sua propriedade, independente de seu tamanho, é certamente o primeiro guardião do território nacional.
- Produtor de matérias-primas: se pararmos para pensar por alguns instantes na origem das matérias-primas de nossas indústrias, chegaremos à conclusão de que praticamente tudo vem do ambiente rural, pelo trabalho do homem ou por simples extração do solo, da água e das florestas.
- Preservador ambiental: a população rural é a grande responsável pela preservação e utilização sustentável dos nossos recursos naturais, que, além de produzirem riquezas, têm de absorver todos os impactos destrutivos, sobretudo os provocados pelo setor urbano ao ambiente natural. Certamente que muito ainda deve ser feito em

termos de Educação Ambiental para a manutenção de importantes atividades econômicas, tais como: produção de alimentos, turismo e obtenção de fármacos. Além disso, a manutenção e o incremento na qualidade de vida da população urbana e rural dependem diretamente da utilização racional e sustentável de nossos recursos naturais, ao contrário do que se pensava, poucas décadas atrás, hoje sabida e rapidamente esgotáveis pelo uso da tecnologia pesada como recurso de devastação em massa.

Ao tratarmos do rural, devemos evitar a exclusividade do viés agrícola, pois este é apenas uma parte do todo e, na atualidade, nem mesmo a em que mais se investe. Segundo dados do Projeto Rurbano⁵, as ocupações rurais não-agrícolas⁶ (ORNAs) aumentaram, na década de 1990, à taxa de 3,7% ao ano, ao passo que as ocupações agrícolas diminuíram 1,7%. Além disso, a combinação de atividades agrícolas com outras não-agrícolas, fenômeno este denominado *pluriatividade*⁷, vem ganhando importância crescente não só em termos de aumento da quantidade de adeptos como também, e principalmente, pela renda superior proporcionada, se comparada com a exclusivamente oriunda das atividades agrícolas.

No Brasil, convivem lado a lado a agricultura familiar e a empresarial. Talvez sejamos um dos poucos países do mundo, em virtude de nossas características ímpares, a comportar e ter vantagens com a convivência e com o caráter de complementaridade entre ambas. A agricultura empresarial – que envolve elevados investimentos em terras, máquinas, equipamentos, capital humano e tecnologia – está mais voltada para as *commodities*⁸, incentivando as culturas de exportação e/ou que possam ser mecanizadas, as quais são favorecidas pela existência, no Brasil, de grandes áreas agricultáveis e topografia excelente para a mecanização. Por outro lado, o grande número de pequenas propriedades com famílias que se dedicam à agricultura, e poucas chances de conseguir alguma ocupação geradora de renda para sua sobrevivência no meio urbano, permite a produção de outros tipos de alimentos destinados ao mercado interno (agregando valor aos produtos por intermédio

do seu beneficiamento primário, com o uso da própria força de trabalho familiar), além da manutenção dessas famílias e viabilização de sua permanência no campo.

A diversificação das atividades produtivas desenvolvidas pelo setor rural reveste-se de importância fundamental porque, além de contribuir para a diminuição dos riscos pela diversidade, enseja oportunidades e condições ao melhor aproveitamento de recursos e potencialidades existentes no meio rural, propiciando o aumento de renda da população aí radicada e refletindo, de maneira positiva, direta e indiretamente assim como imediata e mediatamente, em todos os fluxos de dinamismo e vida também das populações urbanas.

Nesse contexto, o da diversificação produtiva rural, o turismo⁹ merece destaque vez que, em razão das variadas potencialidades oferecidas tanto pela natureza quanto pela ação humana ao longo de todo o nosso território nacional, também pode ser diversificado em termos de: natureza (ou seja, turismo de lazer, científico, relacionado com saúde, esportivo, cultural, social, econômico, etc.) e geração de renda, ou seja, como principal e até única fonte de recursos financeiros ou enquanto renda complementar a atividades agrícolas, pecuárias e outras, empresariais ou de subsistência, em curso no âmbito de cada região ou localidade; e, sobretudo, formação permanente de mentalidade das pessoas (rurais e urbanas, adultas e crianças, ricas e pobres, letradas e iletradas) sobre questões de manejo, preservação, aproveitamento adequado e respeito ao meio-ambiente.

Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Local

Muito se tem dito a respeito de Desenvolvimento Rural em palestras, artigos, propostas de políticas, discursos políticos e reportagens. O que se observa também é que o entendimento do que venha a ser ou se espera que o desenvolvimento rural proporcione não é muito claro, se analisado com mais profundidade¹⁰. Inicialmente acreditamos ser necessário definir o que vêm a ser, em sua essência, alguns termos-chaves muito utilizados, implícita ou explicitamente, tais

como *crescimento, rural, desenvolvimento e Desenvolvimento Local (DL)* por serem os mais relacionados com esta matéria.

O fenômeno denominado “crescimento” implica aspectos quantitativos sem que se correlacione, necessária e diretamente, com outros de cunho eminentemente qualitativos: só aumentar de tamanho e volume nem sempre significa crescimento sadio em termos de gente, coisas e fatos, inclusive no que respeita à qualidade socioeconômica da vida de um local, região ou país. Do contrário, elefantíase e inchaço de qualquer natureza deixariam de ser doenças.

A compreensão exata do que vem a ser rural ou urbano está em discussão desde que alguns pesquisadores começaram a questionar os critérios adotados pelo IBGE, comparando-os com aqueles adotados pelos países europeus (VEIGA, 2001). Para o nosso Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, rural é tudo que não é urbano. Todos os aglomerados (cidades, vilas, distritos) são considerados como área urbana, independente de outros critérios (VEIGA, 2001). De acordo com Veiga (2001, p. 80), o Brasil possui, na realidade 4.500, municípios rurais, nos quais vivem 52 milhões de habitantes, tendo em vista que o critério adotado envolve uma combinação entre a população e a densidade demográfica dos municípios brasileiros.

Já o conceito de desenvolvimento é muito mais amplo, complexo e abrangente do que o de crescimento pode expressar por si só. Desenvolvimento significa, de acordo com Pereira (apud ÁVILA et al., 2000, p. 20):

[...] um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Na verdade, não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. [...] O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global.

No que diz respeito a Desenvolvimento Local, Ávila et al. (2000, p. 68) assim o conceituam:

[...] o ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento - a

partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade - assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito¹¹.

A separação dicotômica de desenvolvimento em urbano e rural só é possível para fins acadêmicos ou didáticos, tendo em vista que ambos formam um todo indissociável como faces de uma mesma moeda. Na filosofia preconizada pelo Desenvolvimento Local (DL), o desenvolvimento rural, sem se descambar de maneira alguma para a hermeticidade em relação à vida urbana e a outros universos geofísicos, tem razão de ser se visto sob o prisma e de acordo com as aspirações e as condições da população diretamente visada por este processo, bem como considerando, descobrindo e aproveitando as potencialidades, tanto explícitas quanto latentes, e condições imediatas e mediatas que esse meio, como um todo, oferece ou simplesmente detém. Numa visão genérica, considera-se, por um lado, que a gestão mais eficiente e eficaz canaliza a maior parcela de recursos financeiros e os melhores talentos profissionais para o aproveitamento das mais abundantes e rentáveis potencialidades locais e, por outro, que o agronegócio se apresenta, no momento brasileiro, como grande vocação em termos de sadio desenvolvimento rural, em se tratando do mencionado aproveitamento de potencialidades no contexto de toda uma localidade, entendida como município, distrito ou bairro, por exemplo.

Organismos nacionais e internacionais, imbuídos da melhor boa vontade, estão dependendo recursos financeiros e disponi-

bilizando profissionais altamente qualificados com o intuito de “promover” o desenvolvimento rural. Entretanto, como podemos observar, na maioria das vezes trata-se de esforço que conduz ao Desenvolvimento no Local (isto é, em que o desenvolvimento apenas se sedia neste ou naquele local) ou, então, ao Desenvolvimento para o Local (aquele pelo qual o desenvolvimento, além de se sediar neste ou naquele local, irradia benefícios às respectivas comunidades-locais, mas visando principalmente os objetivos e finalidades das próprias instâncias ou agências que o promovem), no entender de Ávila et al. (2000, p. 72).

O primeiro passo para o autêntico desenvolvimento rural requer que tenhamos consciência sobre o que dele entendemos e com ele queremos, visto que o estamos considerando no prisma do *Desenvolvimento Local* assim caracterizado:

[...] o desenvolvimento local só se configurará como autêntico se resultar dos dinamismos e ritmos do progresso cultural da comunidade que cobre a localidade a que se refere, inclusive no que respeita a saber como discernir e implementar o sadio desenvolvimento que se compatibilize com suas peculiaridades e catalise suas potencialidades (ÁVILA et al., 2000, p. 75).

E, quanto à questão dos caracteres auto-sustentabilidade e trabalho integrado, a conclusão a que chegou o já mencionado grupo de estudos, sobre Desenvolvimento Local, é a de que os mesmos são inerentes tanto aos próprios conceitos e quanto à dinâmica processual dessa modalidade de desenvolvimento, desde que evidentemente não confundida com desenvolvimento no local ou para o local, como antes mencionado (ÁVILA et al., 2000, p. 91). O Desenvolvimento Local implica, por natureza e essência, que a evolução desenvolvimentista se torne endógena, por envolvimento e atuação ativo-coparticipativa da comunidade no âmbito da localidade com a qual se relaciona, visando permanentemente a processual conquista da auto-sustentabilidade, pela ininterrupta aquisição de capacidades, competências e habilidades de se desenvolver, de forma que se quebrem os círculos-viciosos das eternas dependências externas quanto a iniciativas e investimentos de toda ordem: “No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão do seu êxito ou fracasso” (ÁVILA et al., 2000, p. 23).

Educação política da dimensão urbana da comunidade local

E outra conclusão extremamente importante a que o referido grupo chegou é a de que a educação tem papel vital nesse processo de desenvolvimento, ficando aí subentendido que a educação começa e permeia o processo como um todo bem como suas dimensões componentes, sobretudo a rural hoje normalmente relegada a segundo plano em nosso contexto de economia e sociedade urbanizadas, tendo em vista que:

[...] o verdadeiro desenvolvimento local implica a formação e educação da própria comunidade em matéria de cultura, capacidades, competências e habilidades que permitam a ela mesma, evidentemente com a ajuda de todos os agentes e fatores externos – e não o inverso –, agencie e gerencie todo o processo de desenvolvimento da respectiva localidade (ÁVILA et al., 2000, p. 75).

Por outra, o coordenador do grupo acima referido, Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila, avançou seus estudos voltados à educação e vem de publicar o livro *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstrações no currículo*, que, ao tratar da relação temática *Educação Escolar versus Desenvolvimento Local*, assim o introduz e conclui:

Em termos mais descritivos, essa relação é focada como indispensável e intercomplementar, tendo em vista que a educação escolar pode, ou mesmo deve, tornar-se dinamismo formador de gerações que capilarizem a cultura do *desenvolvimento local endógeno* (de dentro para fora) no seio de suas próprias comunidades-locais, sem enfraquecer ou desvirtuar os compromissos e atividades de ensino-aprendizagem que a sociedade espera e cobra da instituição escolar (p. 9).

Educação e desenvolvimento têm-se constituído duas temáticas dicotomicamente tratadas em nossa história: a educação escolar exacerbadamente centrada no circuito fechado do processo ensino-aprendizagem e o desenvolvimento economicamente submetendo povos, grupos e indivíduos a regras capitalistas de jogo. [...] Mas essa dicotomia não tem a mínima razão-de-ser no contexto da relação entre *educação escolar* e *desenvolvimento local*. Este emerge de dinâmicas sócio-culturais orientadas para a endogeneização de capacidades, competências e habilidades nas comunidades-locais a fim de que se desenvolvam em todos os sentidos, e não apenas economicamente: por ele, o desenvolvimento sócio-cultural é que gera o desenvolvimento econômico, e não o contrário, de acordo com as teorias e práticas capitalistas vigentes (p. 91-92).

Portanto, a educação para o Desenvolvimento Local não se restringe a movimentos de educação informal comunitária, mas pode e deve enraizar-se e perpetuar-se também na dinâmica escolar, visto esta constituir-se viveiro de formação comunitária e societária dos futuros sujeitos e, ao mesmo tempo, agentes do desenvolvimento comunitário-local.

Mas, retomando o título desta seção (“Educação política da dimensão urbana da comunidade local”), convém ressaltar que a manutenção da vida e o desenvolvimento das pessoas que vivem no meio urbano dependem diretamente do meio rural. O desenvolvimento rural (isto é, das pessoas radicadas nessa área: o que importa e tem de se desenvolver é o homem que dinamiza e equilibra sua interação com o meio) trará, inevitavelmente, também o desenvolvimento para o setor urbano, subsidiando melhoria de vida para as pessoas que aí residem.

O processo de conscientização da população urbana, sobre a importância vital do meio rural – inclusive para ela mesma –, é tão importante quanto formular políticas públicas que beneficiem ou dêem sustentação a algumas atividades ou questões rurais. Isso, tendo em vista a multifuncionalidade rural, referida logo no início desta matéria, que se desenrola no meio rural e os indelévels laços de dependência ou correlação que as cidades – seu crescimento, seus problemas e o próprio desenvolvimento das pessoas que as habitam – têm em relação a essa multifuncionalidade como infra-estrutura de sustentação da complexa vida urbana.

Somente com visceral conscientização da população urbana a respeito dessas questões é que as lideranças políticas, também conscientizadas e assessoradas pela sociedade civil organizada, assim como por técnicos capacitados, poderão propor e adotar decisões a favor do setor rural de forma a se tornarem aplaudidas, cobradas e apoiadas inclusive pela própria população urbana, cujo volume de voto é fundamental para eleger e balizar a atuação dos políticos que tomam tais decisões, justo por ser largamente majoritária em relação à população rural geral, sobretudo a votante.

Nos dias de hoje, todas as decisões que interferem de forma significativa em nossas

vidas, tanto positiva quanto negativamente, para efeito de melhoria ou até de degradação das condições e qualidade de vida, são políticas. Mas enquanto persistirem idéias errôneas sobre o campo, como foi apontado de maneira gritante na pesquisa realizada pela acreditada revista *Exame*¹², o desenvolvimento não chegará ao campo, as cidades serão prejudicadas e o Brasil todo perde. Essa pesquisa ouviu a população urbana para saber quais os setores que mais contribuem, para o desenvolvimento do país, e os que mais o atrapalham, ficando o campo em quarto lugar no grupo dos que mais atrapalham: 19% das pessoas entrevistadas opinaram (portanto acreditam nisso) que o campo (naturalmente só representado pelos fazendeiros) é um dos setores que mais atrapalha o desenvolvimento do Brasil¹³.

Esse resultado denota claramente o pensamento que domina a população urbana, que se reflete em nossos políticos e precisa ser modificado urgentemente, tendo como base a atuação conjunta da minoria rural e suas entidades representativas com outros segmentos da sociedade civil organizada (sindicatos, associações, federações, entidades de classe, conselhos profissionais, ong’s, etc.), conferindo ênfase à permanente e indispensável busca de apoio da mídia nacional.

Breve conclusão

E o que se pode concluir, de toda esta matéria, é que o estudo e a divulgação da importância multifuncional da dimensão rural precisam urgentemente inserir-se em todos os âmbitos de qualquer comunidade – localidade, fundamentalmente em seu horizonte urbano – por este influenciar decisivamente a formação política e as decisões dos políticos sobre o todo da comunidade-, tanto por meio de movimentos de educação informal quanto da inserção na própria dinâmica escolar dos diferentes graus de ensino, da Educação Infantil à Superior.

Dessa forma, as populações rural e urbana, esta majoritária, poderão interferir e exigir das lideranças políticas ações que permitam ao setor rural cumprir plenamente suas funções em benefício de toda a sociedade brasileira.

Notas

- ¹ Página: <<http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/model/art02.htm>. Acesso em: 27/05/2003.
- ² “Estes países reconhecem todos o facto de a agricultura ter muitos papéis a desempenhar para além da produção de bens agrícolas e alimentares. E consideram que, devido a esta especificidade, a agricultura merece um tratamento particular nas negociações comerciais internacionais a fim de preservar os papéis que a agricultura desempenha para o ambiente, para as paisagens rurais e também para o desenvolvimento rural.” (<<http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/model/art02.htm>, acesso em 27/05/2003).
- ³ A visão da União Européia sobre a multifuncionalidade é de que “a agricultura contribui para a preservação, manutenção– e valorização das paisagens. Por outro lado, sublinhe-se ainda o facto de os caminhos rurais, as áreas de lazer, os bosques e outros elementos- da paisagem e do património rural terem uma vocação recreativa que se encontra em plena expansão”: <<http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/model/art02.htm>, acesso em 27/05/2003.
- ⁴ Pesquisa realizada pela EMPAER- (Empresa- de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso do Sul) no ano de 1980 com pessoas de origem– rural e que na época se encontravam morando na periferia de Campo Grande (MS).
- ⁵ Este projeto propõe cinco grupos de políticas, consideradas fundamentais para o desenvolvimento rural brasileiro (UNICAMP, 2000):
- “a. Políticas de “desprivatização” do espaço rural tais como a criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas; e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola nas regiões Centro-Sul do país;
- b. Políticas de urbanização do meio rural visando a criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação;
- c. Políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), promovendo também a re-qualificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo;
- d. Políticas sociais compensatórias ativas, tais como aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças (como no caso dos cortadores de cana mirim, das carvoarias), etc.;
- e. Um re-ordenamento político-institucional que reconheça as novas formas de regulação que vem surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos
- beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país”.
- ⁶ A classificação em ocupação agrícola (ocupação relacionada a atividades agropecuárias) e não-agrícola (ocupações relacionadas a agroindústria, prestação de serviços pessoais, construção civil, comércio, etc.) diz respeito à ocupação principal que a pessoa está exercendo no período de tempo em que foi realizada a pesquisa: “[...] embora a literatura disponível refira-se quase sempre aos empregos rurais não-agrícolas (ERNA), o correto seria falar de ocupações rurais não-agrícolas (ORNA), pois grande parte dessas pessoas [...] são trabalhadores por conta própria e não necessariamente empregados.” (UNICAMP, 2000)
- ⁷ O termo *pluriatividade*, segundo as informações da pesquisa *Rurbano* (UNICAMP, 2000), pode ser assim entendido: “O conceito de pluriatividade permite descrever a conjunção das atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não-monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Isso permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não-assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias. Desse modo, os conceitos de diversificação produtiva e da agricultura a tempo parcial ficam contidos no conceito de pluriatividade; como queríamos analisar todos os integrantes da família, a unidade relevante de análise passa da exploração agrícola para as famílias ou domicílios rurais nela contidos”.
- ⁸ “Com a unificação dos mercados propiciada pela globalização, o mercado agrícola mundial passou a dividir-se, simplificada, em produtos de *commodities* e produtos especializados ou diferenciados. Entretanto, a agricultura de *commodities* induz maior concentração de terras, exige cada vez mais capital tecnológico, busca alta eficiência produtiva e faz surgir a agricultura de precisão. Para a agricultura familiar, a realidade imposta pelos anos 90 aponta a necessidade da diversificação, da agregação de valor aos seus produtos, da ocupação de espaços consistentes de mercado com produtos diferenciados /especialidades, enfim, da geração de alternativas econômicas como sustentáculos para sua viabilização” (GUSI, 2000) .
- ⁹ “O Turismo no espaço rural é concebido pela extensão em Minas Gerais como parte do processo de desenvolvimento local; onde as pessoas do meio rural organizadas em grupos de interesses comuns trabalham com recursos e possibilidades da própria localidade, buscando melhores condições de mercado para a produção, qualidade de vida, desenvolvimento e sustentabilidade. [...] No momento em que se aceleram a globalização da economia, a industrialização e a comunicação, podemos perceber um fenômeno paradoxal da valorização do pequeno, do raro, do diferente, do natural, das potencialidades locais e das formas de sabedoria típicas do homem do campo” (GUIMARÃES, 2000).
- ¹⁰ “O Brasil, a África do Sul e a Colômbia são nações que adotaram um padrão de desenvolvimento

agrícola e rural caracterizado pela 'expulsão prematura de trabalho'. A partir dos anos 60 suas políticas governamentais passaram a promover a superação de anacrônicas relações de trabalho por meio de uma caríssima modernização de grandes fazendas que envolveu crédito subsidiado, investimento a fundo perdido em infra estrutura, e sistemas estatais de comercialização. Uma modernização que condenou um grande número de agricultores à decadência; forçou grande parte da força de trabalho rural a favelizar periferias urbanas; e fez dobrar ou triplicar o número de pobres rurais, elevando a níveis insuportáveis a violência, a destruição ambiental e a criminalidade. Essa é a visão do principal especialista em desenvolvimento rural do Banco Mundial, Hans P. Binswanger." (VEIGA, 2000).

¹¹ Na realidade, o referido grupo de estudos retomou o "núcleo conceitual" já formulado em artigo publicado por Ávila (2000, p. 68), acrescentando-lhe as especificações ou explicitações, entre hífens, relacionadas com os conceitos implicados pelo *Desenvolvimento Local* e estudados pelo grupo, conforme mencionado anteriormente.

¹² Pesquisa encomendada pelo Instituto Pão de Açúcar (braço social do Grupo Pão de Açúcar) e publicada pela *Exame* em agosto de 2001.

¹³ Os pesquisadores entrevistaram – 2.000 pessoas como amostra seletiva – nacional e urbana – das classes A, B e C. Dentre outras questões, perguntou-se: "Quais os setores que atrapalham o progresso e o desenvolvimento do país?". E os 19%, acima registrados, foram compostos pelos seguintes tipos de respondentes, que integraram a amostra, e respectivos percentuais: políticos, 54%; banqueiros, 53%; juizes, 39%; fazendeiros, 19%; e funcionários públicos, 14%. (BLECHER, 2001).

Referências bibliográficas:

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstrações no currículo*. Brasília: Plano Editora, 2003.

_____. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande: UCDB, v. 1, n. 1, set. 2000, p. 63-76.

ÁVILA, Vicente Fideles de; CAMPOS, Izaura M. Moura; ROSA, Maria Vilma Casanova; et al. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB, 2000.

BLECHER, Nelson. O Brasil e os brasileiros: saiu bem na foto? *Revista Exame*, São Paulo, a. 35, n. 16, p. 16-17, ago. 2001.

GUIMARÃES, Cléia Venina Ruas M. A empresa de assistência técnica e extensão rural de minas gerais – Emater-MG no contexto do turismo rural mineiro. In: ORNAS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS, 2000, oficina de atualização temática, Londrina. *Anais...* Londrina: IAPAR, 2000, p. 105-152.

GUSI, Luiz Damaso. Fábrica do agricultor. In: ORNAS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS, 2000, oficina de atualização temática. Londrina. *Anais...* Londrina-PR: IAPAR, 2000, p. 81-104.

UNICAMP. *Projeto Rurbano*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 5 set. 2000.

VEIGA, José Eli da (coord.). *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

- Art. 1 - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2 - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3 - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4 - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.
- Parágrafo 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.
- Parágrafo 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.
- Parágrafo 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.
- Art. 5 - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.
 - II - Traduções de textos fundamentais, isto, é daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.
 - III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.
 - IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.
- Art. 6 - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter obrigatoriamente:
 - a) título em português ou espanhol;
 - b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
 - c) resumo em português ou espanhol (máximo de 6 linhas, ou 400 caracteres) e *abstract* fiel ao resumo, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave e *keywords*, ambos em número de 3, para efeito de indexação do periódico;
 - d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
 - e) notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
 - f) referências bibliográficas.
 - II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:
 - a) uma cópia em disquete no padrão Microsoft Word 6.0;
 - b) três cópias impressas, sendo uma delas sem identificação de autoria e outra acompanhada de autorização para publicação devidamente assinada pelo autor;
 - c) a extensão do texto deverá se situar entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço duplo;
 - d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
 - e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
 - f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
 - g) as citações virão entre aspas, em fonte normal (não itálica).
 - III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em português ou espanhol, e encaminhados em três vias, com texto rigorosamente corrigido e revisado.
 - IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.
 - V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).
 - VI - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7 - Não serão aceitos textos fora das normas estabelecidas, com exceção dos casos previstos no artigo anterior, e os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa, no prazo máximo de três meses.

Art. 8 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 9 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, e com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: “a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano” (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado “avessa ao contato com o ser humano”...

b) Referências bibliográficas:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e permutas:
Universidade Católica Dom Bosco
Programa de Desenvolvimento Local
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário
Caixa Postal 100
CEP 79117-900 Campo Grande-MS
Fone: (67) 312-3800
e-mail: mdlocal1@ucdb.br